

José Lucio da Silva Machado

**O SERTÃO E O CATIVO:
Escravidão e Pastoreio. Os Campos de Palmas -
Paraná
1859-1888**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Mário Maestri.

Passo Fundo
2014

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo observar as relações escravistas em áreas voltadas para a economia pastoril, destacando a influência e as contribuições dos trabalhadores escravizados no desenvolvimento das mesmas. Para tanto, procuramos identificar os modelos teóricos utilizados pelos principais pesquisadores que escreveram sobre este tema e justificar nossa opção pelo modelo de análise proposto por Jacob Gorender, ao abordar a escravidão no Brasil como um modo de produção historicamente novo. O trabalho discute as diferentes formas de abordagem deste tema, e dos modos de tratamento quando nos referimos a estes trabalhadores. Através de extensa revisão bibliográfica, o texto procura demonstrar o processo inicial de colonização do Brasil, realizando um resgate histórico sobre a introdução dos primeiros gados e trabalhadores escravizados no território brasileiro. O texto destaca a introdução dos trabalhadores escravizados de origem africana e sua disseminação pelos diferentes setores da economia do Brasil, procurando apontar os fatores que favoreceram esse tráfico, observando também as transformações relativas à população nativa. Analisamos o desenvolvimento e expansão da atividade pastoril, observando as regiões onde estas atividades predominaram e as funções desempenhadas pelos trabalhadores escravizados nessas áreas. Por fim, abordamos os Campos de Palmas observando as características dos trabalhadores escravizados e as profissões desempenhadas por estes cativos, estabelecendo uma relação entre sua presença nessas áreas de criação, e seu grau de envolvimento nas atividades de campo como o pastoreio, mas também nos trabalhos agrícolas de subsistência e domésticos. Destacamos ainda para esta região dos Campos de Palmas as proporções entre cativos do sexo feminino e masculino, observando as profissões desempenhadas por estes trabalhadores e o grau de dependência dessa sociedade em relação à mão de obra escravizada. Analisamos também a movimentação de compra e venda desses trabalhadores, sua circulação local, as concessões de liberdade e as condições em que estas relações se desenvolveram.

Palavras-chave: cativo campeiro, pastoril, Palmas, trabalhadores escravizados.

ABSTRACT

This work aims to observe the slave relations in areas facing the pastoral economy, highlighting the influence and contributions of enslaved workers in their development. Therefore, we sought to identify the theoretical models used by leading researchers who have written on this topic and justify our choice of the analysis model proposed by Jacob Gorender when addressing slavery in Brazil as a historically new mode of production. The paper discusses the different ways of tackling this issue, and ways of treatment when we refer to these workers. Through extensive literature review, the text seeks to demonstrate the initial process of colonization of Brazil, performing a historical survey about the introduction of the first cattle and slave laborers in Brazil. The text highlights the introduction of slave laborers from Africa and its distribution to different sectors of Brazil's economy, trying to point out the factors that favored such trafficking, also noting the changes on the native population. We analyze the development and expansion of pastoral activity, observing the regions where these activities predominated and the functions performed by enslaved workers in these areas. Finally, we address the Palmas fields observing the characteristics of the enslaved workers and occupations performed by the captives, establishing a relationship between their presence in these areas of creation, and their degree of involvement in field activities such as herding, but also in the work subsistence agricultural and domestic. We also point to the region of Palmas de Campos proportions between captive female and male, watching the occupations performed by these workers and the degree of dependence of the company in relation to the hand of enslaved work. We also analyze the movement of purchase and sale of such workers, their local circulation, the concessions of freedom and the conditions under which these relations have developed.

Keywords: captive pampas, pastoral, Palmas, enslaved workers.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Caminho de Peabiru e seus ramais sobre mapa do Paraná - século 20.....	58
MAPA 2 - Formações sociais espanholas nos territórios paranaenses.....	61
MAPA 3 - Caminhos de tropas: Caminho de Viamão e Caminho das Missões	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entrada de cativos africanos no Brasil: 1501-1866.....	39
Tabela 2 - Exportações brasileiras - início do século 18.....	42
Tabela 3 - Demonstrativo da propriedade rural no Paraná - 1818.....	68
Tabela 4 - População de Guarapuava - 1828, 1835 e 1840.....	78
Tabela 5 - Porcentagem por área de criação de gado graúdo entre 1862-1864.....	83
Tabela 6 - Relação de trabalhadores escravizados divididos por ano, sexo e idade, 1859-1888.....	91
Tabela 7 - Registro de batismo em Palmas 1872-1875, distribuídos por ano e sexo.....	93
Tabela 8 - Número de cativos distribuídos por tipo de documento do Cartório de Notas: 1859-1885 (ATL).....	97
Tabela 9 - Distribuição de cativos por registros de compra e venda em Palmas, organizados por período e sexo - 1859-1885.....	105
Tabela 10 - Distribuição de cativos por registros de cartas de liberdade (Alforrias) em Palmas, organizados por período e sexo, 1859-1885.....	107
Tabela 11 - Distribuição de trabalhadores escravizados por propriedade/proprietários em Palmas, 1859-1888.....	113
Tabela 12 - Características gerais das propriedades dos Campos de Palmas.....	120
Tabela 13 - Representação dos capitais e cativos nas propriedades da Faixa 3.....	130
Tabela 14 - Cavaleiros nas propriedades escravistas dos Campos de Palmas.....	134
Tabela 15 - Muas nas propriedades escravistas dos Campos de Palmas.....	136
Tabela 16 - Proporção de gado vacum, cavalos e muas nas propriedades dos Campos de Palmas.....	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APPR – Arquivo Público do Paraná
ATL – Arquivo do Tabelionato Leinig
CCA – Cartório do Cível e Anexos
CDP – Cúria Diocesana de Palmas
CLB – Coleção de Leis do Brasil
IFPRCP – Instituto Federal do Paraná Campus Palmas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 ESCRAVIDÃO E ECONOMIA PASTORIL NO BRASIL	15
1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ESCRAVISMO COLONIAL	15
1.2 O <i>AFRICANO</i> É MELHOR.....	20
1.3 O COMÉRCIO ESCRAVIZADOR	26
1.4 HEGEMONIA ESCRAVISTA NA PRODUÇÃO.....	35
2 A ECONOMIA É MAIS AMPLA QUE O ENGENHO E AS MINAS	41
2.1 O GADO E O SERTÃO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	44
2.2 AS DIFERENTES REGIÕES E OS CICLOS DO GADO	49
2.3 O GADO NO SUL.....	51
2.4 AS FEIRAS DE GADOS E AS ECONOMIAS ASSOCIADAS	55
3 ECONOMIA PASTORIL E CATIVOS NO PARANÁ	58
3.1 CONHECENDO O TERRITÓRIO	58
3.2 FATORES ECONÔMICOS PARA FIXAÇÃO DAS PRIMEIRAS COMUNIDADES PARANAENSES	64
3.3 POVOS NATIVOS HISTORICAMENTE SUBESTIMADOS	69
3.4 <i>DESINFETANDO</i> O TERRITÓRIO	75
3.5 FORMAÇÃO E EXPANÇÃO SOCIOECONÔMICA	78
3.6 OS CAMPOS DE PALMAS	79
4 CAMPOS DE GADOS E TRABALHADORES ESCRAVIZADOS	83
4.1 ESCRAVISMO E ATIVIDADE PASTORIL - GUARAPUAVA E PALMAS ..	83
4.2 TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NOS CAMPOS DE PALMAS	87
4.3 RELAÇÕES ECONÔMICAS SOCIAIS E A MANUTENÇÃO DOS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS	96
4.4 RELAÇÕES DE COMPRA E VENDA	102
4.5 COMÉRCIO E LIBERDADE	107
4.6 AS <i>PROFISSÕES</i> E O CATIVO CAMPEIRO	110
5 PROPRIEDADE PASTORIL ESCRAVISTA DOS CAMPOS DE PALMAS ..	119
5.1 PROPRIEDADE PASTORIL E O CATIVO	124
5.2 CRIAÇÃO INVERNAGEM E REPRODUÇÃO	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
FONTES	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

INTRODUÇÃO

Ao estudar a escravidão no Brasil, nos deparamos com diferentes modelos explicativos, associados aos posicionamentos teórico-ideológicos de cada autor. Difundidos através de suas obras, esses posicionamentos refletem-se diretamente na forma de interpretação e na dimensão social alocadas aos trabalhadores escravizados. Com maior e menor sucesso, essas visões tendem a criar consensos sociais sobre o objeto em questão. Desta forma, o conceito de escravidão aceito e incorporado pela sociedade vem sofrendo constantes mutações ao longo dos anos. Nosso texto, portanto, tem a finalidade de contribuir para que o conceito de trabalhador escravizado, apropriado pela sociedade, seja mais dinâmico e mais complexo. Nesse sentido, em um primeiro momento do Capítulo 1, abordamos a importância da definição do modo de produção em que aquele trabalhador esteve inserido, para então, observar a condição que ocupou nessas estruturas econômicas e sociais.

A partir desta perspectiva, percebemos que nas diferentes bibliografias sobre a história e historiografia do Brasil, a posição ocupada pelos trabalhadores escravizados foi definida de acordo com a necessidade desses autores de enquadrá-los em determinados modos de produção, não raro, incompatíveis com a exploração deste tipo de mão de obra. A partir disso, o evidente conflito analítico, que não pode ser ignorado, é tratado no nível da adaptação empreendida. Comumente, empreende-se tentativa de re-enquadramento daqueles trabalhadores em modelos econômicos que negam ou diminuem a importância de sua existência e principalmente as tensões que delas resultam, ao invés de encarar as incompatibilidades da interpretação proposta. Prossegue-se, nesses textos, desvirtuando socialmente o papel desempenhado pelos escravizados.

Assim, a visibilidade “dada” aos trabalhadores escravizados é apresentada na historiografia brasileira com intensidade e grau de importância que variam de autor para autor, não considerando apenas os que escrevem especificamente sobre o tema. No entanto, observamos que, em sua maioria, ao abordar a organização social e econômica do Brasil, os autores marginalizam a importância-determinação dos trabalhadores escravizados.

Mesmo as observações e constatações dos textos que evidenciam a presença e a introdução de um número elevado de trabalhadores escravizados, durante todo o período colonial e a maior parte do período imperial do Brasil, não garantem

legitimidade valorativa desses agentes sociais. Em geral, eles são percebidos por determinados autores exclusivamente a partir das atividades econômicas em que estiveram inseridos, relegando a própria existência do trabalhador escravizado ao grau de importância econômica da região ou do trabalho que desempenhavam.

Buscando um posicionamento que se diferencie dessas posturas, procuramos demonstrar, no presente texto, a presença e introdução dos trabalhadores escravizados em diferentes períodos da história do Brasil, destacando principalmente as suas importantes contribuições para a manutenção e desenvolvimento das áreas voltadas para a atividade pastoril. O destaque dado para as atividades produtivas nasce da compreensão de sua determinação das demais, não abordadas devido aos limites objetivos desses trabalhos, no que se refere, sobretudo, ao tempo.

Desta forma, para que possamos observar as reais contribuições destes trabalhadores, nos apropriamos de conceitos apresentados por Jacob Gorender (2010), um dos mais destacados estudiosos do escravismo no Brasil, que observou a introdução e a existência do trabalhador escravizado no Brasil a partir de uma categoria de análise distinta. Nela, o estudo da economia e da sociedade brasileira parte da compreensão da condição do trabalhador escravizado como base central social e econômica de todo o processo. Nessa visão, como proposto, durante a Colônia e o Império, não é o período, o ciclo econômico, etc. que iluminam a maior ou menor importância do trabalhador escravizado. É, ao contrário, este último, que explica todo o processo.

Como o foco de nossa análise é justamente o trabalhador escravizado em áreas de atividades pastoris, procuramos demonstrar, a partir do Capítulo 2, a importância histórica dessa atividade, analisando seus registros mais remotos, que como poderemos observar, confunde-se com a própria história da conquista e da colonização dos futuros territórios brasileiros. Esperamos contribuir, dessa forma, com a ampliação da visão interpretativa relativa às atividades econômicas desenvolvidas no Brasil Colônia e Império. Da mesma forma que as economias mineradoras e agroexportadoras, elas tiveram sua constituição, consolidação, produtividade e manutenção, fortemente dependentes dos trabalhadores escravizados. Procuramos demonstrar que as formas como os cativos são vistos e mostrados na nossa sociedade estão permeadas por uma mescla de necessidades econômicas e permissividades sociais e morais específicas.

Mesmo que alguns trabalhos demonstrem as atividades econômicas totalmente dependentes da mão de obra do trabalhador negro escravizado, sua contribuição foi associada a uma participação de menor importância e historicamente desvalorizada.

Esta ação que permeia grande parte dos trabalhos sobre escravidão no Brasil não deriva necessariamente da falta de vontade de mostrar o cativo como essencial, mas principalmente, da incapacidade social de aceitar e compreender como válida esta dimensão. Se ao escrever sobre os trabalhadores negros escravizados encontramos relativa aceitação da pesquisa como algo dado, deve-se principalmente aos trabalhos pioneiros sobre este tema, e a mudança de postura da sociedade como um todo, sejam negros ou brancos, que ao se distanciarem de determinados valores tendem a oferecer menos resistência ao deparar-se com a realidade.

Ou seja, nossos estudos procuram contribuir para a elaboração de políticas efetivas em relação a eliminação das diferenças raciais no Brasil não identificando-se como base para medidas paliativas. Assim, torna-se fundamental ampliar a visão sobre a real dimensão que representou a escravidão no longo período em que ela existiu. Nessa perspectiva, analisamos também, as atividades relativas ao tráfico de trabalhadores escravizados da África para o Brasil observando seu emprego na gradativa substituição da mão de obra do nativo americano escravizado, da mesma forma, durante extenso período.

Como estamos escrevendo sobre a mão de obra do africano introduzido no território brasileiro para tornar-se trabalhador escravizado, não poderíamos deixar de fazer observações sobre as relações que permitiram e levaram a substituição do trabalhador nativo americano escravizado, pelo trabalhador africano escravizado. A partir disso, podemos observar, no Capítulo 3, o caráter econômico que envolveu essa substituição. Destacaremos ainda as diferentes regiões em que a atividade pastoril constituiu-se em principal produto da economia, enfatizando o comércio interno de animais de criação e as regiões em que, durante determinado período, aquela atividade foi o núcleo da economia, como nos casos da região do interior do Nordeste e do Extremo Sul do Brasil.

Nesse contexto, abordamos a região paranaense, que a partir do intenso comércio de gados, realizado entre Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, inseriu-se na economia pastoril do Brasil daquele período. Analisando as atividades pastoris a partir de alguns autores que escreveram sobre a região paranaense, demonstramos as fases de colonização do território paranaense e observamos o envolvimento das populações nativas e dos trabalhadores escravizados nas mesmas.

Direcionando nossa perspectiva de análise abordamos no Capítulo 4, a região dos Campos de Palmas e a presença do trabalhador escravizado nessa sociedade ligada à

economia pastoril. Para esta análise, os inventários post-mortem foram os principais documentos que nos possibilitaram visualizar a formação socioeconômica dos campos de Palmas. A data inicial do registro destes documentos é de 1859 e, para os fins propostos em nossos estudos, estipulamos, como data limite final para nossa análise, o ano de 1888, quando da dissolução total da organização social escravista, através da lei abolicionista. Entre 1859 e 1888, constatamos a existência de 105 inventários *post-mortem*, em sua maioria ainda disponíveis no arquivo do Cartório Cível e Anexo, junto ao Fórum Municipal de Palmas.

Devido às péssimas condições de arquivamento destes documentos, muitos já se perderam e alguns estão em adiantado estado de decomposição. Assim, para poder complementar as informações fornecidas pelos inventários, tivemos acesso ao fichamento realizado pelo historiador Adilson Miranda Mendes. Estas fichas, preenchidas manualmente, registram informações como: nome do inventariado e seus herdeiros; descrição dos bens móveis, imóveis e semoventes; assim como seus respectivos valores e quantidades ou extensões. Nas propriedades com cativos, foi registrado o nome, o sexo, a idade e a profissão com os respectivos valores monetários dos trabalhadores escravizados.

Essas fichas com registros complementares para nossos estudos faziam parte da documentação de um extinto arquivo público municipal e se encontram no arquivo, junto a biblioteca do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas (IFPRCP). Os dados extraídos dos inventários foram complementados por informações do Cartório de Notas, disponíveis no arquivo do Tabelionato Leinig, onde foi possível verificar nos documentos de compra e venda e nas cartas de liberdade dos trabalhadores escravizados, dados como idade, profissão, local de origem e valor de comércio. Os registros nesta documentação também partem do ano de 1859 e limitamos nossa análise até 1888.

Os registros de batismos da Cúria Diocesana de Palmas foram outra documentação importante que utilizamos para visualizar a presença do trabalhador escravizado na região. Analisamos o livro 2b que registrou os batismos de filhos de trabalhadores cativos entre o período de 1872 e 1875. Complementamos ainda as informações com os dados extraídos do Arquivo Público do Paraná em que analisamos, principalmente, os relatórios dos presidentes da província. Nesta documentação, as informações são diversas, abordando trabalhadores feitorizados, as políticas públicas referentes à região, a economia pastoril, etc.

No Capítulo 5, analisamos essa documentação, estabelecendo as relações entre os escravizadores, por um lado, e o perfil da mão de obra escravizada, por outro. Realizamos o levantamento dos bens e sua distribuição pelas propriedades, procurando identificar um padrão de propriedade em relação à concentração de capitais imóveis, em gados e em trabalhadores escravizados. Este último capítulo se divide em três partes, sendo a primeira, dedicada à identificação das propriedades, de acordo com seu montante de capitais e o número de cativos. Procuramos também, levantar os valores e dimensões das propriedades, estabelecendo relação com a utilização do trabalhador cativo.

Em um segundo momento, observamos o cativo na propriedade pastoril e se esteve presente, com maior frequência, em propriedades com maior quantidade de gados e terras, procurando compreender as diferentes relações de dependência que esta sociedade estabeleceu com o cativo. Neste ponto, percebemos que a exploração da mão de obra escravizada nestas áreas estende-se para economias paralelas ao pastoreio, extremamente ligadas a subsistência local.

No entanto, o envolvimento do cativo com as atividades pastoris demonstram-se inegáveis e fundamentais. Nesse sentido, na última parte do capítulo 5, observamos as características dos animais criados nesses campos, procurando demonstrar a relação da diversificação econômica e o reflexo sobre a maior utilização do cativo.

Conforme observado anteriormente, utilizamos, para esta pesquisa, fontes primárias como inventários *post-mortem*, notas de compra e venda, cartas de liberdade e registros da Igreja Católica: casamentos, batizados e óbitos. Cabem aqui algumas considerações sobre a utilização e tratamento dessas fontes.

Nossa pesquisa teve como base, os inventários que localizamos no arquivo do Fórum Municipal da cidade de Palmas – PR. Através de solicitação por escrito, tivemos acesso ao arquivo do Cartório do Cível e Anexos, onde foi permitida uma única visita ao local dos documentos, e posteriormente, solicitávamos a um funcionário do Cartório, que troxesse os maços de documentos de acordo com os anos. Esta fase foi muito difícil e trabalhosa, pois no arquivo, esses documentos estavam em péssimas condições de acondicionamento, e nem sempre a pessoa designada para nos trazer a documentação tinha tempo para procurar, entre o amontoado de papéis, a sequência correta dos anos, fazendo com que o trabalho de coleta de dados não fosse linear – ano após ano, exigindo maior organização e atenção para não perder o controle dos registros. O acesso aos documentos, na Cúria Diocesana e no Tabelionato Leinig, deu-se de forma igual,

porém, nestes locais, os documentos seguiam uma ordem, e estavam em bom estado de conservação.

Em todos os arquivos, tivemos a possibilidade de fazer registros fotográficos dos documentos, o que nos possibilitou analisar o conteúdo específico da documentação posteriormente, em um ambiente mais reservado, já que os locais disponibilizados para registro dos documentos eram improvisados e geralmente com constante circulação de pessoas. Para que pudessemos controlar melhor os registros para organizá-los sequencialmente de acordo com os anos, foi necessário utilizar uma plaqueta contendo as informações gerais de cada documento, que marcam seu início e no caso dos livros do Tabelionato e da Igreja, também, a transição dos anos, pois alguns livros concentraram informações de dois, três anos.

Ao todo, coletamos documentação em quatro locais diferentes, pois além do arquivo do Fórum, da Diocese e do Tabelionato, tivemos acesso aos documentos conservados no arquivo junto a biblioteca do Instituto Federal do Paraná - IFPR - Campus Palmas -, onde, além de atas de recenseamento de eleitores, documentos e correspondências oficiais da Câmara Municipal de Palmas [séc. 19], encontram-se arquivos de fichamentos de inventários realizados pelo pesquisador Adilson Miranda Mendes, historiador e responsável pelo extinto Arquivo Municipal de Palmas. Considerando todos os registros, montamos um arquivo com mais de cinco mil páginas digitalizadas.

Após este período de registro das fontes, passamos a extrair as informações da documentação. Primeiramente, utilizamos fichas para serem preenchidas manualmente, de acordo com os itens que estipulamos relevantes para nossa pesquisa. Separamos os documentos que possuíam registros de trabalhadores escravizados e, na sequência, procuramos nomes dos escravizados e dos escravizadores, idade ou datas de nascimento ou compra/venda, origem, valor de comércio, profissão e estado civil. A intenção foi de realizar um cruzamento sistemático destes dados. Entretanto, muito logo, o registro manual se mostrou obsoleto, então transferimos os registros para fichas elaboradas no word e, posteriormente, concentramos tudo em planilhas do excel onde, utilizando a função de busca por nomes ou palavras específicas, conseguimos, em menor tempo, cruzar dados em todos os documentos fichados, facilitando o levantamento mais preciso do número de trabalhadores escravizados nessa região e sua movimentação social.

Mesmo com a utilização de programas como o excel para realizar o cruzamento das informações, não conseguimos explorar a documentação registrada em

sua totalidade. Alguns documentos, como de batismos, óbitos e casamentos, foram utilizados parcialmente devido ao tempo que tínhamos para a conclusão da pesquisa. Isso, porque a coleta de informações se deu de forma lenta pela dificuldade de adaptação à leitura dos textos, que além de possuírem uma estrutura de linguagem própria do século 19, em muitos casos estavam com as páginas desgastadas, dificultando a leitura devido às letras apagadas ou rasgadas pela ação do tempo.

Procuramos, primeiramente, extrair da documentação todos os dados que concluimos serem necessários para a produção textual. No entanto, em vários momentos, sentimos a necessidade de voltar e explorar novamente a documentação, a fim de encontrar ou refutar outras questões. Nesse sentido, o fato de possuímos e termos acesso irrestrito as fontes primárias da pesquisa foi essencial, pois, de outra forma, não conseguiríamos preencher algumas lacunas, fundamentais para a melhor compreensão do texto.

1 ESCRAVIDÃO E ECONOMIA PASTORIL NO BRASIL

1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ESCRAVISMO COLONIAL

A escravidão é elemento inseparável da história do Brasil - a mão de obra escravizada foi explorada e utilizada nas mais variadas atividades produtivas. Porém, nas muitas histórias do Brasil produzidas ao longo dos anos, principalmente nas obras de autores considerados clássicos para estes estudos, como Capistrano de Abreu, João Pandiá Calógeras, Roberto C. Simonsen, Hélio Vianna, Darcy Ribeiro, Caio Prado Junior, Celso Furtado entre outros, suas reais influências e contribuições foram comumente apresentadas como fator de importância secundária.

Para alguns destes autores, diminui mais ainda a importância socioeconômica desses trabalhadores, quando o escravismo é observado em atividades econômicas consideradas subsidiárias, como é o caso do emprego dos trabalhadores escravizados em áreas pastoris. Uma observação mais atenta dos diferentes trabalhos dedicados à construção da historiografia brasileira, como nos exemplos citados acima, deixa-nos cientes do importante papel que cumpriu o trabalhador escravizado na formação do Brasil atual.

Mesmo não sendo o trabalhador feitorizado o foco principal da abordagem, a contribuição representada pela difusão da mão de obra escravizada nos diferentes setores da economia colonial, também pode ser observada na atividade criatória, com destaque para o gado vacum e muar. Não é tarefa simples tornar visível a influência e contribuição da atividade pastoril e dos trabalhadores escravizados na formação histórica do Brasil. É necessário inserir novas perspectivas de análise nas interpretações historiográficas baseadas quase que exclusivamente nas atividades agroexportadoras e metalíferas, que alimentam uma constante rigidez interpretativa da história.

Nesta perspectiva *agroexportadora* ou *metalífera*, o centro das interpretações “se tornou desde logo, a do comércio exterior, identificando-se a história econômica do Brasil colônia e do Brasil império com a história da sua exportação condensada e periodizada segundo certos produtos dominantes”. (GORENDER: 2010, 50). Assim, foram reproduzidas visões limitadas ou distorcidas sobre as formações sociais e econômicas surgidas do colonialismo.

Em *O escravismo colonial*, o autor baiano Jacob Gorender (2010) observou que essas limitações e distorções decorrem do fato de os pesquisadores não elegerem como categoria central para a abordagem das formações sociais o modo de produção colonial, ou seja, o escravismo colonial. Para Jacob Gorender, o primeiro problema que se apresenta ao estudioso do escravismo colonial no Brasil é a oposição entre portugueses e nativos, nas condições históricas de então, na luta pelo domínio da terra e da mão de obra americana. (MAESTRI: 2013; SALVADOR: 1975).

Essa observação busca a definição objetiva do modo de produção que passa a existir a partir desse confronto. Baseado em Marx, Jacob Gorender considerou três grandes possibilidades para o estabelecimento de um modo de produção quando do confronto entre diferentes sociedades. O caso do Brasil seria distinto. A distinção decorre do fato de que o modelo socioeconômico que predominou no Brasil após a chegada dos europeus não reproduziu o modelo social invasor ou o local – e, muito menos, resultou em uma simples fusão dos dois modelos. (2010).

Torna-se importante definir essa estrutura, pois é a partir do estabelecimento deste modelo que se determina a “tendência fundamental de desenvolvimento da formação social” que se pretende estudar. (GORENDER: 2010, 83-84). Consideramos que a definição do modo de produção está entre os fatores determinantes da abordagem e enfoque de uma pesquisa, norteando suas análises e prioridades.

Encontramos no âmbito da historiografia, sociologia, economia, etc. diferentes trabalhos analíticos que se propõem ao estudo do escravismo no Brasil, na Colônia e no Império, incluindo-o na maioria das vezes, em modelos socioeconômicos pré-existentes. Esses posicionamentos ganham forma em trabalhos que analisam o período escravista brasileiro a partir de uma base socioeconômica feudal; feudalista-patriarcal; feudal-exportadora; patriarcal; capitalista; ou mesmo um modelo híbrido feudal/capitalista. De uma forma geral, os autores citados no início do texto criam modelos explicativos arbitrários baseados nessas estruturas. (GORENDER: 2010, 49-185-189).

Entre essas obras, uma das mais difundidas, certamente pela importância do estudo apresentado, é a do renomado autor Caio Prado Junior - *Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil*. Nestes trabalhos, é possível observar o resultado de uma análise abrangente, que toma como princípio sempre o fluxo comercial. Assim, a apresentação e explicação das esferas sociais, em seus diferentes níveis, se dá pela relação de proximidade com as atividades econômicas primárias ou agroexportadoras. (PRADO JUNIOR: 1980, 1999).

A partir desta perspectiva, ao longo da história e da educação formal do Brasil, nós tomamos conhecimento da presença dos trabalhadores escravizados em atividades agrícolas e mineradoras e de forma tímida, em outros setores econômicos e sociais, como por exemplo, nas atividades urbanas desempenhadas por esses trabalhadores, já que são esferas subordinadas ou complementares das práticas exportadoras.

Considerando essas categorias interpretativas, seria praticamente impossível a abordagem que propomos neste estudo, já que se refere essencialmente à importante presença de trabalhadores escravizados em áreas pastoris, que, “teoricamente”, estiveram em segundo plano da economia e sociedade do Brasil. O ponto central em que nos diferenciamos destes modelos de análises é o tratamento dispensado a estes sujeitos históricos e ao modo de produção em que estavam inseridos - como proposto, observando o trabalhador escravizado como essência, e não como contingência; abordamos as partes, a partir da totalidade.

Ao negar as formulações que incluem o período escravista do Brasil em modelos feudais, patriarcais ou capitalistas, pela sua recorrente contradição ou insuficiência explicativa, Jacob Gorender defende o escravismo colonial como modo de produção historicamente novo. (2010, 83-84). Ao considerar essa proposição, devemos rever as categorias explicativas da formação social e as relações econômico-produtivas relacionadas ao período escravista no Brasil. Neste caso, o modo de produção escravista colonial está submetido, em forma geral, à forma de organização da *plantation* ou plantagem escravista, como prefere o autor.

De acordo com Jacob Gorender, deve ser superada a expressão *plantation* – termo emprestado do inglês, sempre impresso em itálico – usada para definir o modelo econômico das colônias americanas. Observou ainda que o uso dessa expressão deu-se pela falta de univocidade das palavras “plantação” ou “grande lavoura”. Desse modo, é proposto o uso do termo “plantagem” ao invés de *plantation* dispensando o grifo e a pronúncia a inglesa. A plantagem escravista colonial é um estabelecimento que produz gêneros agrícolas em grande escala, economicamente voltada para o mercado, apoiado no trabalho feitorizado. (2010, 121).

Dela o trabalho escravo irradiou a outros setores da produção e se difundiu na generalidade da vida social. As unidades produtoras não plantacionistas se modelaram conforme a plantagem e todas as formas econômicas, até mesmo as não escravistas, giraram em torno da economia de plantagem. Juntamente com a escravidão, a plantagem constitui categoria fundamental do modo de produção escravista colonial. (GORENDER: 2010, 120).

A partir do modelo de economia de plantagem, Jacob Gorender considera uma abrangente estrutura que se inclui de forma direta ou indireta nas relações de produção escravista colonial. Ciro Flamarión Cardoso, historiador pioneiro na discussão do modo de produção escravista colonial, ao estudar essa estrutura, observou que a plantagem “sugere forma de organização da produção bem definida”. (1983, 101).

Ciro Flarmarión descreveu as principais características e elementos definidores da plantagem, destacando os seguintes itens: a estrutura agrícola dividida em dois setores, sendo um exportador e outro de subsistência, dependente dos trabalhadores escravizados; o nível técnico das forças produtivas e sua rentabilidade em níveis macro e micro-econômico; a constituição dos principais “mecanismos de produção das relações de produção e do processo de acumulação”, sendo fundamental o tráfico de trabalhadores escravizados e o tratamento dispensado a estes. (1983,106).

Destacar essas características se torna importante para que possamos visualizar a aplicação desse modelo interpretativo como base em diferentes setores da economia e sociedade brasileira, sem se restringir à economia do engenho de cana-de-açúcar, das minas ou das plantações de café. A partir da plantagem escravista ocorre a disseminação do modo de produção essencialmente baseado na exploração da mão de obra escravizada. A observação dessa estrutura, considerando o modo de produção escravista colonial, permite não apenas evidenciar o caráter escravista dessas formações sociais, mas também trazer para o debate formações sociais localizadas em áreas distantes dos centros e economias exportadoras.

As regiões que compõem parte do Sul e do Sudoeste paranaenses são exemplos daquele processo de absorção. Ela, em sua fase de *colonização pioneira*, mesmo que tardia, reproduzem o modelo socioeconômico de base escravista, incorporando características próprias da região. No entanto, paradoxalmente, no nível das representações históricas, são historicamente observadas como formações sociais organizadas exclusivamente em torno de trabalhadores livres. Ao igual do que ocorreu no Rio Grande do Sul, no relativo à economia escravista de forte viés escravista.

A organização socioeconômica que denuncia a todo o momento a herança escravista dessa região apresenta-se naturalizada socialmente e cristalizada em um imaginário que lhes parece tão distante, que é praticamente impossível perceber a sua herança. Mais do que mostrar uma realidade recente, é preciso fazer com que os eventos histórico-sociais façam sentido para a comunidade. Nesse contexto, é fundamental

apresentar realidade histórica que aproxime os fatos dos sujeitos sociais objetivos, e não imaginários.

Ao observar a formação socioeconômica brasileira a partir do modo de produção escravista colonial, Jacob Gorender (2010) desencadeia uma necessária reformulação dos modos de tratamento textuais. Propondo abordagem inovadora do período escravista, sugere também a reconsideração dos termos linguísticos tradicionalmente utilizados para designar os sujeitos históricos envolvidos nesse processo: condição necessária para uma revisão conceitual ampla.

Considerando a linguagem enquanto produto socialmente produzido, é necessária uma revisão dos termos empregados no texto, para melhor compreensão e aproximação dos fatos históricos com o real. Esta ação é uma tentativa de desvelamento das contradições sociais, ocultadas nos termos empregados a serviço dos períodos históricos que os criaram. (CARBONI; MAESTRI: 2012).

Em adequação a esta proposta, substituiremos no texto, os termos “índios”, “selvagens”, “gentil”, por “nativos”, “americanos”, “nativos americanos”, “povos americanos” ou “homem americano”. A aplicação desses termos demarca a identidade genérica, geográfica dos povos nativos americanos em relação aos europeus, africanos, etc. (CARBONI; MAESTRI: 2012, 67-68).

A superação destes termos, carregados ideologicamente de conteúdos depreciativos, contribuem objetivamente para a valorização dos povos nativos americanos. Essa valorização é buscada através das formas de tratamento sugeridas, que evidenciam a presença anterior dos nativos nas terras tomadas pelos colonos europeus. (2012, 67-78).

Do mesmo modo, negando as formulações de escrita que mascaram as contradições sociais no processo de escravização do trabalhador africano, serão propostas algumas alterações de termos. Ao invés de utilizar “senhor de escravo”, “amo”, ou “escravocrata”, utilizaremos “escravizador”. Esta alteração relaciona diretamente, explorador e explorado. Sujeitos historicamente separados pela instituição escravidão. O termo “escravo” será substituído por “trabalhador escravizado”. “trabalhador feitorizado”, “trabalhador cativo”. (2012, 78-102).

Como trabalhador escravizado - e seus sinônimos - compreendemos o indivíduo que está sujeito a realização de trabalho sob “forma de coerção não-econômica”. Considerado e tratado, socialmente, como mercadoria, propriedade privada, que tem “negada a posse dos meios de produção” e o controle sobre seu

trabalho e os produtos desse trabalho ainda que, em determinados contextos e situações possa ter recebido alguns “privilégios específicos” ou liberdade. (BOTTOMORE: 2001, 132-133).

Considerando as implicações metodológicas que envolvem a abordagem do escravismo e sua forma peculiar na formação social brasileira, passemos a algumas considerações sobre o estabelecimento dessa estrutura. Observando a formação social estabelecida enquanto resultado de um modo de produção historicamente novo e, portanto, submetida a relações socioeconômicas próprias.

Procuraremos destacar as relações escravistas que, analisadas a partir do enfoque de outros modelos socioeconômicos, são negadas ou consideradas insignificantes no contexto econômico geral, como é o caso das atividades pastoris e de suas relações escravistas de produção.

1.2 O *AFRICANO* É MELHOR

O processo colonizador do território brasileiro é desenvolvido por Portugal fundamentalmente a partir da produção do açúcar, o maior responsável pelo estabelecimento do europeu nessas áreas. Foi principalmente a partir dessa estrutura que se consolidou a utilização de mão de obra escravizada. Quando tratamos de escravidão nas atividades econômicas do Brasil colonial, é impossível não fazer menção à escravização dos nativos e ao seu confronto com os colonizadores. (MONTEIRO, 1994; MARCHANT, 1980).

Sobre a opção do colonizador pelo trabalhador escravizado de origem africana cabem algumas considerações. Principalmente quanto às justificativas apresentadas nos textos historiográficos de autores como Calógeras, Roberto Simonsen, Hélio Vianna e textos escritos por religiosos a exemplo do Padre Antônio Vieira. Os nativos dos territórios americanos onde se desenvolveram as atividades agrícolas do tipo plantagem receberam diferentes qualificações, entre as quais destacam-se serem “preguiçosos”, “historicamente inadaptados ao trabalho sistemático”, “incapazes de se aplicarem na agricultura”, etc.

É possível associar essas propostas à necessidade de justificar a importação de mão de obra de outro continente para regiões com relativo contingente populacional, como é o caso do Brasil, após o forte decréscimo dessas populações. O historiador rio-grandense Mário Maestri (1994, 29) observou que o “principal motivo da substituição

dos americanos pelos africanos foi à extinção [tendencial] das populações nativas”, associada a outros fatores como o lucrativo comércio que interessava à Coroa portuguesa e aos comerciantes europeus e também as questões morais ligadas à religião.

É conhecida a tese da falta de adaptação e capacidade produtiva do indígena ao trabalho sistemático, como explícito no texto *Formação histórica do Brasil*, do engenheiro e geógrafo carioca João Pandiá Calógeras. Teoria abraçada igualmente por Gilberto Freyre, em *Casa grande & senzala*. (2004). Naquele texto, Calógeras descreve-os como “criaturas primitivas, filhas da selva e dos campos; não resistiam à vida em recintos fechados como eram as casas dos brancos, nem ao esforço contínuo aturado e duro do trabalho”. Cria, portanto, uma natureza biológica e cultural específica, relativamente inferior associada ao americano. (CALÓGERAS, 1967, 24).

No livro *História econômica do Brasil*, o engenheiro paulista Roberto Cochrane Simonsen propõe a falta de resistência física dos nativos e o fato de não se submeterem às atividades fixas. Entretanto, o autor, mais preciso, não ignora o uso intensivo dessa mão de obra nos períodos iniciais da colonização, também nos engenhos. Estabelece, portanto, contradição interna em seu sistema explicativo. Ele observou como fator fundamental para a *colonização* a necessidade de grande quantidade de mão de obra. Sugeriu, portanto, haver homens naturalmente aptos ao trabalho compulsório e considerou ao mesmo tempo, a mentalidade do nativo, alheia aos sentidos deste tipo de trabalho. (SIMONSEN, 1978, 126).

O referido autor escreveu que só restava “aos lusitanos, a obtenção da mão de obra necessária à organização econômica da terra de Santa Cruz, no trabalho forçado”, defendendo o uso da escravidão, “como imperativo econômico inelutável”. (1978, 126). Ainda segundo esse autor, somente o uso da instituição escravista permitiria manter um fluxo contínuo de mão de obra e a montagem dos engenhos e expedições coloniais.

Estes argumentos podem ser associados ao raciocínio baseado nos escritos do Padre Antônio Vieira. Este religioso foi um dos primeiros a caracterizar o nativo americano. Em seus escritos sobre os povos nativos, destacou a sua incapacidade para o trabalho, propensão para doenças, fugas e apego ao seu modo de vida anterior. (DOURADO, 1968, 128).

É ele, portanto, um dos intelectuais orgânicos da escravidão colonial luso-brasileira a racionalizar a exploração escravista da mão de obra americana e sua superação pela africana. Foi nessa fonte que beberam os analistas tardios daquela realidade, entre os quais se encontram os citados. Certamente, Vieira recolheu tais

visões das percepções justificativas, classistas e alienadas, dos próprios escravistas de sua época.

Os documentos escritos pelos diversos religiosos que vieram para o Novo Mundo desde que os primeiros europeus ali desembarcaram, se constituem em fontes ricas em informações sobre os povos nativos. Essas fontes proporcionam pelo menos duas vias de raciocínio. Possibilitam aos diferentes pesquisadores utilizarem seus escritos para evidenciar apenas a fragilidade social do nativo diante do colonizador europeu, ou mesmo, exaltar a face inventiva, prestativa e resistente desses povos.

O autor mineiro Hélio Vianna abordou o tema escravidão no período colonial no segundo volume de sua obra, *História do Brasil*. Ao estudar esse tema, destacou o trabalho servil como uma exigência da colonização, ao mesmo tempo, que trata de fundamentar a incompatibilidade do nativo para o trabalho exigido. (1967). Hélio Vianna escreveu que empregando os “indígenas, pacificamente ou à força, logo apareceram os inconvenientes da solução. Embora existente entre eles a escravidão”. (VIANNA, 1967, 35).

Destaque-se que, para aquele importante historiador brasileiro, os *inconvenientes* estavam na pretensa pouca funcionalidade do americano para o trabalho escravizado, ou seja, na sua inadaptabilidade à escravidão, e não na sua utilização na produção forçada! De certo modo, décadas após a abolição do escravismo o intelectual preocupava-se com seu bom desenvolvimento.

Hélio Viana alega que o nativo era incapaz de compreender a lógica econômica do trabalho, oferecendo uma resistência incessante ao colonizador. Observou ainda que raramente foram “citados exemplos de submissão proveitosa.” (1967, 35). Estas afirmações quanto ao aproveitamento e submissão da população nativa podem ser consideradas superadas ao considerarmos o papel desempenhado por estes grupos observados em obras como *Negros da Terra* (1994), de John Manuel Monteiro, *Do Escambo à Escravidão* (1980), de Alexander Marchant, e *Os Senhores do Litoral* (2013), de Mário Maestri, entre outras. Não devido à adaptabilidade do americano à escravidão, mas a partir de sua *adequação*, pela força, ao trabalho servil, como ocorreria com os africanos escravizados.

Ao expor suas análises, Hélio Vianna proporciona uma observação relevante com a afirmação de que existiu escravidão entre os indígenas que habitavam as áreas em questão. Ou seja, justifica a escravidão de americanos a partir da pretensa existência entre suas comunidades de escravidão nativa. Com tal proposta justificativa, estabelece

igualmente contradição interna em sua narrativa. Se havia escravidão entre os nativos, por que os luso-brasileiros não a utilizaram, sem traumas, nas roças e plantagens!

Sobre esta afirmação, entendemos que as eventuais relações de servidão estabelecida entre os indígenas e seus prisioneiros, em algumas comunidades, tinha, *necessariamente*, finalidade diversa. Em sua obra pioneira sobre história do Brasil, o inglês Robert Southey (1965, 194), destacou que o “estado em que esses prisioneiros se criam tem da escravidão só o nome, pois que nunca se exige deles trabalho compulsório” não coadunando dessa forma com práticas escravistas. Nessa mesma perspectiva, Jacob Gorender observou que:

[...] diversos cronistas deram aos prisioneiros a denominação de escravos. Mas esses mesmos cronistas não assinalaram qualquer diferenciação *econômica* entre os membros originais da tribo e seus prisioneiros. Esses últimos, mesmo quando condenados ao sacrifício no festim ritual, não eram coagidos a trabalhar mais do que os outros e se beneficiavam da distribuição igualitária do produto. (2010, 160).

Em verdade, o nível de desenvolvimento econômico médio das comunidades americanas produzia apenas episodicamente produção excedente, ou seja, bens de uso que excediam às necessidades básicas do próprio produtor. O que inviabilizava de *per si* qualquer forma econômica de escravidão, equivalente às conhecidas na Antiguidade ou no escravismo colonial.

Ao considerar a existência de escravidão entre as comunidades nativas americanas ou africanas, obras como as citadas anteriormente e outras contribuem para justificar a ação do colonizador sobre esses povos. Difundem conceito de escravidão do qual discordamos, mas que constitui um raciocínio ainda recorrente nos estudos sobre os processos colonizadores. Inclusive, na justificativa da escravização dos nativos africanos pelos portugueses, a partir da proposta de escravidão africana nas comunidades aldeãs daquele continente.

Esta perspectiva apresenta-se de forma controversa entre autores que defendem a existência de trabalhadores escravizados nas sociedades africanas. Proporcionando uma divisão entre os que defendem a existência de trabalhadores escravizados em período anterior à chegada dos colonizadores portugueses à África e os que atribuem a esse fator a sua instalação, sem negar, entretanto, as múltiplas relações semi-servis e servis conhecidas por aquelas formações sociais. (CAREGNATO, 2010, 441-454).

Em o *Escravidão Antigo*, o historiador Mário Maestri (1988, 3) observou que na África “os cativos eram adquiridos e incorporados às comunidades aldeãs. Apesar de tornarem-se membros ‘diminuídos’ destas comunidades, eles participavam delas com direitos claramente delimitados.” (MEILLASSOUX, 1977). Condição de inferioridade social em relação aos demais integrantes do grupo observada também por Robert Southey (1965), em relação aos nativos americanos.

Parece-nos equivocado conceitualmente considerar a existência de relações escravistas nessas comunidades. A relevância dessa observação está baseada na negação das afirmativas de que os povos escravizados haviam estabelecido entre eles, relações de mesmo nível. Implicitamente supondo, uma pré-disposição a tal sistema. Essa contradição pode ser observada no texto citado de Hélio Vianna quando atribui características próprias à suposta escravização existente entre os nativos. Características que não expressam fator de diferencial econômico ou hereditariedade.

O nativo é visto a partir destas análises, baseadas principalmente em relatos jesuíticos como inadequado para o trabalho exigido na empresa agrícola colonizadora. No entanto, como já destacamos, foi observado o emprego de nativos escravizados nas atividades econômicas colonizadoras durante muitos anos. O próprio Roberto Simonsen ao fazer suas considerações sobre as condições que tornam o nativo inadequado para o trabalho, não deixou de registrar sua utilização e exploração. Esse autor destacou que, já “em 1511, a nau ‘Bretoa’, pertencente aos contratantes do pau-brasil, levava para Lisboa 30 índios cativos, apanhados em terras brasileiras” (SIMONSEN: 1978, 127), apontando o emprego e comércio dessa mão de obra. Fez referência ainda aos comentários de antigos cronistas, sobre um porto de escravos em São Vicente.

A historiadora paulista Alice Piffer Canabrava, ao escrever os comentários introdutórios ao texto de André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil* (1967, 53-54), observou a exploração da mão de obra nativa. Escreveu que os portugueses, “em 1545 possuíam escravos índios em suas lavouras e engenhos, de modo que, antes do governo-geral, progredia a escravidão do índio concomitante com os canaviais.” Assinalou ainda que o “espólio de Mem de Sá, avaliado em 1572, constitui um dos documentos fundamentais representativos da transição da força de trabalho indígena para a africana”, pois se registrou um “extenso rol” de nativos escravizados. Ao evidenciar nesse documento o predomínio dos cativos americanos sobre os cativos de origem africana, apresenta o tráfico de trabalhadores escravizados como um processo de substituição de mão de obra. (1967: 53-54).

Essa substituição, lenta e contínua, foi decorrente da extinção tendencial da população nativa da costa, substituída por um comércio de trabalhadores escravizados na África pré-existentes. Nesse contexto, a insatisfação dos colonizadores com relação ao desempenho dos nativos no trabalho - abastecimento irregular e decrescente, conhecimento da região, homogeneidade cultural, etc. - é apresentado como fator que contribui para essa transição. A Igreja através dos religiosos fortalece a necessidade de mudança a partir de um posicionamento de combate à escravização dos nativos, com o objetivo de reservar no nativo para a evangelização, seu espaço de intervenção no Novo Mundo.

A interferência religiosa contribui para diminuir a exploração da força de trabalho americana e fortalecer a africana. Hélio Vianna (1967, 36) destacou o posicionamento da Igreja ao relatar que o Papa Paulo III emitiu, em 1537, bula papal condenando a escravização “dos aborígenes do Novo Mundo”. Observou ainda, que foi recomendado em regimento de “1548 preparado para o primeiro governador que fosse o gentio bem tratado”. Aos transgressores, a pena de excomunhão, demonstrando ser este um interesse comum entre a Coroa portuguesa e a Igreja. Entretanto, o comportamento dos primeiros governadores gerais, com destaque para Mem de Sá, fortemente apoiado pelos jesuítas, primou pela dizimação e submissão a ferro e fogo das populações nativas das costas, com ênfase para o litoral e o recôncavo baiano. (MAESTRI: 2013, 139 et seq.).

É interessante observar as datas em que são registradas as primeiras manifestações religiosas “favoráveis” aos nativos. Pois são coincidentes com as datas que registram o aumento da introdução no Brasil de africanos escravizados. Assinalada essa relação, é possível re-considerar interpretações unilaterais referentes aos nativos americanos observando de forma crítica como diferentes autores constroem historicamente uma imagem de acordo com seus compromissos ordinários. Nos referimos aqui principalmente aos autores de escritos que servem de fonte para os trabalhos sobre história do Brasil como os registros dos jesuítas, dos viajantes, governantes, etc.

Desse modo, não podemos desconsiderar o contexto econômico em que estão inseridas as funções dos religiosos que desembarcam no novo mundo. Em sua obra *Escravidão africana no Brasil* (1975), Mauricio Goulart assinalou o sentido econômico desse posicionamento da Igreja de Roma, ao escrever que esta ação serve para imprimir legitimidade às intenções dos monarcas portugueses.

O autor afirmou que a intenção da realeza lusitana de impor o comércio de africanos escravizados sobre suas colônias americanas “desamparada de qualquer documento idôneo que a pudesse abonar, não passaria de frágil hipótese, sem nenhum valor histórico”. (GOULART: 1975, 54). Assim, não seria capaz de fazer o colono visualizar de forma lógica a necessidade do cativo africano. O mesmo autor afirma ainda que

Realmente, quantos mais óbices se levantassem à exploração do gentio americano, mais africanos se tornariam necessários aos colonos. E se, às múltiplas vantagens oferecidas pelos negros, havia ainda a acrescentar-se a possibilidade de explorá-lo sem a ameaça do inferno, era natural que a sua procura, e, conseqüentemente, o seu valor, aumentassem. (1975, 54-55).

O historiador Mário Maestri (1994, 30) destaca que medidas proibitórias de toda e qualquer escravização do nativo só se efetivam em 1755, não garantindo por isso seu fim, predominando aquela forma de exploração do trabalho ainda, em regiões pobres, sobretudo no relativo às trocas mercantis, como São Paulo, Pará, Maranhão, entre outras. Em acordo com observações anteriores, o tráfico de africanos como trabalhadores escravizados para o Brasil teria se estabelecido tendencialmente a partir sobretudo da insuficiência da mão de obra nativa, associada aos interesses da Igreja e da Coroa.

Esse comércio será responsável por movimentar um grande número de cativos, constituindo inicialmente uma das mais importantes entre as diversas economias paralelas dependentes da estrutura produtiva açucareira. (GORENDER: 2010, 120). A economia escravista movimentou enorme ganho comercial, favorável à metrópole portuguesa e aos traficantes, que lucravam diretamente com a escravização e comércio de africanos. Os colonos foram abastecidos ininterruptamente com trabalhadores africanos, que não conheciam a terra e eram provenientes de diversas regiões da África, portanto, relativamente menos aptos à resistência, proporcionando uma relativa pacificação do litoral.

1.3 O COMÉRCIO ESCRAVIZADOR

Na obra *Cultura e Opulência do Brasil* (1711), o padre jesuíta João António Andreoni, utilizando o pseudônimo de André João Antonil, nome pelo qual ficou conhecido entre os leitores do seu livro, registrou importantes informações sobre o

Brasil. Amplamente difundida na historiografia, é conhecida a expressão desse autor de que os trabalhadores escravizados “são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. (ANTONIL: 1967, 159).

Conforme observamos anteriormente, a economia colonial será condicionada à utilização e à manutenção do trabalhador escravizado. Efetivamente, dependente dessa estrutura escravizadora, o bom funcionamento das atividades econômicas exportadoras estará associado à manutenção de constante reposição de mão de obra, devido a incapacidade estrutural da escravidão colonial brasileira de se auto-alimentar através da expansão vegetativa. (CONRAD: 1985). A partir dessa determinante, a instalação e a manutenção de um engenho não representam pouco investimento, devido ao custo elevado de sua maquinaria e principalmente da aquisição do africano escravizado.

O tráfico de africanos para o Brasil oscilou de acordo com os diferentes períodos e produtividade das atividades econômicas, da qual, em última instância, dependia sua introdução. Nesse sentido, destaque-se que é a produção escravista que determina a circulação de africanos escravizados, e não o contrário. Assim, também é possível observar uma variação no valor pago pelos cativos que foi explorada pelos traficantes em diferentes períodos. Conscientes da grande necessidade desses trabalhadores para a produção, os comerciantes negreiros estavam atentos às oportunidades de aumentar seus lucros.

As condições do tráfico eram precárias, sem entretanto representar fator desfavorável ao lucro final do traficante. Em determinados períodos, as perdas durante a viagem chegaram a representar mais de 20%. Em *O negro na Bahia* (1946), o bacharel em direito e jornalista baiano Luiz Viana Filho forneceu dados importantes nesse sentido. O autor analisou o livro de visitas em embarcações vindas da África do “arquivo da Prefeitura da Bahia”. (1988, 55). Nos documentos referentes aos anos de 1803 a 1810, observou que os maiores índices de mortalidade na travessia são referentes aos navios vindos da região africana conhecida como Costa da Mina.

Referentes aos navios provenientes dessa região, de “570 negros embarcados, morreram na travessia, 230. A proporção é de 40,5% de mortos”. Referindo-se a uma embarcação vinda de Angola o autor aponta que de “616 escravos sucumbiram 207”, representando uma perda de mais de 30%. Viana Filho aponta ainda relatos sobre outro navio carregado na Costa da Mina nesse mesmo período, em que dos “512 cativos, 133 haviam perecido” representando 26% de perdas. (1988, 55-56). Tratava-se, entretanto,

de números extremos. No século 19, as perdas normais se estabilizaram em torno de dez por cento, hemorragia de vidas impressionante, devido a brevidade do trajeto e a juventude das cargas. (RODRIGUES: 2005; FLORENTINO: 1995; CONRAD: 1985; MAESTRI: 1994).

Torna-se importante ainda a observação referente à tonelagem desses navios que, com o passar dos anos, aumentaram, resultado das importantes transformações técnicas. Nesse período, devido ao desenvolvimento do porte dos cargueiros e à ciência da acomodação dos cativos nos navios, observa-se a elevação considerável do número de africanos e africanas transportadas. No entanto, a especialização das embarcações destinadas ao tráfico não diminuiu a condição precária a qual estavam submetidos seus passageiros, devido principalmente, à superlotação das embarcações. (RODRIGUES: 2005).

Jacob Gorender escreveu que mesmo se a “perda fosse de 20%, não era impossível que ainda houvesse lucro [...]. Sendo assim, e, sobretudo em conjuntura de alta de preços no Brasil, por que não aventurar e superlotar os porões com negros comprados a baixo preço na África.” Não é impossível que o autor subestime a lucratividade dos negreiros, em relação às perdas que conheciam. (GORENDER: 2010, 171).

Jacob Gorender assinalou ainda que a dupla face do comércio de africanos possibilitou aos traficantes obterem uma grande margem de lucro. No outro lado do continente, os trabalhadores mercantilizados eram obtidos através do escambo, por baixo preço, já que sua produção era financiada pelas comunidades africanas expropriadas. Essa possibilidade de comprar o cativo numa relação de troca, geralmente por produtos baratos obtidos na América e na Europa, garantia alta margem de lucros. A vantagem financeira era obtida com a venda desses cativos, comercializados em moeda circulante ou em produtos mercantis de elevado preço, no continente americano.

Com relação aos preços dos africanos escravizados, Jacob Gorender (2010, 231) aponta autores que determinaram uma média de 32 libras esterlinas (£) por trabalhador escravizado - Roberto Simonsen (1978, 136) propõe valores de 20 a 30 -, observando que em determinados períodos, chegaram a atingir £100.

Ao escrever sobre as relações comerciais que envolveram a entrada de um grande número de trabalhadores de origem africana na Bahia, durante o século 18, Viana Filho (1988) apontou uma complexa trama de relações comerciais. O governo e

companhias particulares procuraram manter, através de acordos, a margem de lucros e o monopólio sobre o tráfico, tentando

manter um limite de preços para os escravos, cujo custo não poderia exceder de 140\$000 para os escravos de 1.^a escolha; 130\$000 para os de segunda e 110\$000 para os de terceira. Os moleques de 1.^a escolha a 120\$000, e os de segunda e terceira respectivamente a 100\$000 e 90\$000. Os molecotes bons a 85\$000 e ordinários 70\$000. Moleconas a 70\$000 e ordinárias 60\$. Molequinhas boas a 50\$000 e ordinárias a 40\$000. As melhores negras ou molecas a 90\$000, e as inferiores a 75\$000 e 65\$000. E as molequinhas “bem feitas” a 50\$000.

Em 1754, na Bahia, havia se vendido negros a 170\$000 os de 1.^a escolha, e a 150\$000 os de segunda. No fim do século custariam 140\$000. (1988, 49).

Os dados apresentados por Viana Filho referentes ao século 18 e início do 19, reforçam o caráter flutuante das relações comerciais ligadas ao tráfico, representando valores bem abaixo dos demonstrados por Jacob Gorender e Roberto Simonsen para o mesmo período. Estes últimos apresentaram a quantia de vinte Libras como valor mínimo pago por um cativo, enquanto que o valor máximo de 170\$000 apresentado por Viana Filho equivalia a aproximadamente £12.

A conversão dos valores apresentados por Jacob Gorender e Roberto Simonsen permite uma melhor visualização da variação apresentada. Considerando a média de £20, £30, no máximo £32, teríamos uma variação que oscilaria em dados aproximados, entre 277\$000 e 444\$000 mil-réis. Isso representa uma variação superior a 250% se considerado apenas a relação entre os maiores valores apresentados pelos autores citados.

É possível considerar a proporção desses valores baseado nas informações do pesquisador Ângelo Alves Carrara, que elaborou um estudo sobre a história dos preços do período colonial do Brasil. Em sua pesquisa, o autor escreveu que, a partir de dezembro de 1717, o preço oficial da libra esterlina “por onça troy de ouro de 22 quilates” passou a ser “934,5 pence”. Assim, “em termos estritamente oficiais, a relação entre libras esterlinas e o mil-réis entre 1717 e 1817 era de 67,32 pence por mil-réis.” (2008, 178).

Nesta relação cambial, é possível afirmar que, para se obter uma libra esterlina, seria necessário em números relativos, 13,88 mil-réis. Isso demonstra a relativa força da libra esterlina sobre o mil-réis durante o período entre 1717 e 1817. No entanto, as transformações ocorridas no Brasil e no cenário econômico internacional mudaram essas relações. Segundo Paulo Roberto Almeida (2001, 69), após 1820, uma libra

esterlina poderia ser comprada por “menos de 5.000 réis”, situação que não se altera muito durante praticamente todo o século, com mudanças apenas no final do período monárquico em que a libra equivaleu 10.640 réis.

Nesse contexto, é possível observar que ao mesmo tempo em que ocorre uma valorização da moeda portuguesa em relação à libra esterlina, os preços pagos pelos trabalhadores escravizados também se elevam. Considerando o foco principal do texto, que é o de observar a presença marcante do cativo em áreas pastoris, é oportuna a observação de pelo menos dois exemplos. Paulo A. Zarth (2010, 199-200), destaca que no Rio Grande do Sul, antes de “1850, um escravo poderia ser comprado por preços que oscilavam entre 200\$000 e 400\$000 réis”. De outra forma, depois da proibição do tráfico – 1850, “os preços subiram até 1:600\$000 réis”.

Uma proporção semelhante em relação ao elevado preço pago pelo cativo em áreas pastoris, também pode ser observada nos Campos de Palmas - Paraná. Considerando os valores atribuídos aos cativos referentes a trinta e cinco inventários *post-mortem*, foi possível estabelecer uma média geral de 800\$000 por cativo. (Instituto Federal do Paraná Campus Palmas (IFPRCP), Relações de inventários 1859-1888; Cartório do Cível e Anexos (CCA), Inventários *post-mortem*, 1859-1888).

Foi possível observar ainda que nas notas de compra e venda encontramos o registro de valores elevadíssimos, mesmo para este período, chegando a soma de 2:000\$000. (Arquivo do Tabelionato Leining (ATL), Livro de registros, n.1). Uma média visivelmente mais elevada que as observadas anteriormente por Jacob Gorender, Robert Simonsen e principalmente Viana Filho.

Levando em conta esses valores, o tráfico de cativos africanos para as Américas foi considerado um dos grandes negócios internacionais. Tanto, que os direitos de comércio foram disputados pelas diversas potências que dispunham de estrutura marítima para realizar os transportes, como por exemplo, Dinamarca, Holanda, França e Inglaterra. Como proposto por Karl Marx, o tráfico negreiro contribuiu fortemente para a acumulação originária de capitais, que apoiou o surgimento da própria produção capitalista.

A importância econômica relativa ao comércio de cativos, movimentado pela constante necessidade de substituição desses trabalhadores, devido à alta rotatividade de mão de obra escravizada, dada as péssimas condições de trabalho no contexto geral da época, nos conduz para algumas questões: a) Quais os valores movimentados durante o período em que se realizou o comércio de africanos escravizados; b) Como se dava o

retorno econômico do investimento no cativo; c) Qual a importância, nesse contexto, das possessões na costa africana. Estas questões podem nos ajudar a compreender melhor a importância do trabalhador escravizado para os diferentes setores da economia colonial brasileira. Destaque-se que a substituição permanente dos cativos era determinada pelas duras condições de existência na produção escravista mercantil e pela impossibilidade da população escravizada de se reproduzir *naturalmente*, como já proposto. (CONRAD: 1985).

Conforme observado anteriormente, os autores destacam os valores médios considerados para o comércio de cativos na América. Esses valores chamam a atenção dos governantes, que tomam parte nesse comércio através da imposição de diversas taxas e impostos. Roberto Simonsen (1978, 136), observou que o governo português, “auferia grandes lucros com o tráfico dos escravos. Cobrava direitos de entrada, 3\$000 por cabeça, depois elevados a 3\$500”.

O governo impôs ainda tributo de 4\$500 para cada cativo que fosse levado para as minas. Inicialmente, essa taxa sobre um comércio interno de trabalhadores escravizados pretendeu desestimular o deslocamento desses trabalhadores da região açucareira, forma de produção então hegemônica. Já que em período de crise do comércio do açúcar a venda desses cativos para as regiões mineradoras se apresentava como um bom negócio, diminuindo essa mão de obra nos engenhos. (1978, 138).

Ainda de acordo com Simonsen:

A coroa portuguesa, insatisfeita com os tributos e outras vantagens que retirava do comércio dos escravos negros, chamou-o para si, durante certo tempo, fazendo comprar os cativos e revendendo-os na colônia com grande lucro. Pela Carta Régia de 21 de dezembro de 1697, se aplicou, com esse objetivo, a soma de 25.000 cruzados, mencionados, aliás, como destinados a drogas. A Carta Régia de 16 de novembro de 1697 diz expressamente que o Rei tomará a si introduzi-los a bem dos povos. Em 6 de fevereiro de 1703, fixou-se o preço de cada um em 160\$000; e a Provisão de 24 de fevereiro de 1719, em 300\$000, apesar de se reconhecer que ao Rei ficava cada um, posto nas capitanias, em 94\$000!

Foi criado ainda um imposto de sisa de 5% sobre a venda do escravo “ladino”, assim chamado o que já estava aclimatado na colônia.

De acordo com o Alvará de 25 de abril de 1818, sobre direitos aduaneiros, cada negro novo, de mais de 3 anos, trazido da África, devia pagar, além dos direitos já existentes, e que então montavam a cerca de 6\$000, uma taxa adicional de 9\$600. (1978, 138).

Observando a estrutura produtiva do engenho durante o século 18, Jacob Gorender (2010, 208) considerou a necessidade de cem cativos para uma produção satisfatória em um engenho grande. Calculou ainda exigir para a montagem desse

engenho, pagando 100\$000 réis cada trabalhador escravizado, um valor de 10:000\$000 (dez contos de réis). Destaque-se que, de acordo com os dados apresentados, estes valores poderiam alterar consideravelmente o valor dos investimentos e a proporção dos lucros do proprietário, de acordo com a região, atividade e período.

Soma-se a este valor os gastos com os cativos em medicamentos, vestuário, moradia, seguros, etc., acrescentando pelo menos, mais 200\$000 réis. (2010). Demonstrando um custo considerável para o escravista que precisava adquiri-los. Essa estrutura econômica alimentou um intenso tráfico e cobrança de impostos pela Coroa.

Dessa forma, o fluxo de importação de mão de obra escravizada depende de alto investimento, que só seria admissível, segundo Roberto Simonsen, se a produção fosse significativa. Considerando os valores de aquisição do cativo já citados, com variações médias de 20 a 32 libras, podendo em alguns períodos atingir cem libras, o autor aponta valores expressivos para o tráfico de trabalhadores escravizados se comparado com os principais artigos de exportação.

Observando o período que abrange os seus estudos, 1500 a 1820, Roberto Simonsen (1978, 136) apontou uma produção total para a mineração equivalente a 170 milhões de libras, e para o açúcar, quatrocentos milhões. Considerando ter entrado no Brasil uma média de 3.300.000 africanos escravizados, comercializados nos valores médios apontados, o autor assinala um valor superior a cem milhões de libras, destacando a importância desse comércio.

Dessas intensas relações comerciais, destacam-se as considerações de Jacob Gorender sobre a Lei da inversão inicial de aquisição do escravo. Observando que essa relação não se dá, através da troca de valores comercializáveis. A reversão do capital investido na compra do cativo depende da utilização dessa força de trabalho. Pois, ao “comprar o escravo, o plantador encerra função econômica precisa: a de assegurar ao plantador uma força de trabalho *permanentemente* disponível.” (2010, 205).

Essa força de trabalho deverá ser explorada durante um determinado tempo, geralmente longo, para então, passar a gerar lucro. A reversão do capital investido está submetida ao valor pago pelo trabalhador escravizado, que determinará o quanto esse cativo terá que trabalhar. Esse tempo varia dependendo da atividade econômica em que este trabalhador foi empregado, da região e do período em que estava inserido, para que o resultado do seu trabalho possa produzir lucro. (2010).

Nesse processo, é necessário considerar que submetido à exploração contínua a fim de fazer valer o investimento de seu escravizador, a vida produtiva desses

trabalhadores estava reduzida a relativamente poucos anos. Alguns autores consideram sete anos o tempo máximo de vida produtiva, outros, como o autor carioca Maurício Goulart (1975, 132), atribuem um período de 12 a 15 anos de vida produtiva em duras atividades mercantis. Certamente influenciavam essa média variáveis como o tipo de produção - açucareira, mineradora, cafeicultora, pastoril etc.- ; o ritmo da produção e, até mesmo, o valor de mercado do cativo.

A visualização dos retornos financeiros obtidos com a exploração dos trabalhadores escravizados é complexa. Os elementos que influenciam no retorno do capital investido para a aquisição dessa mão de obra, são os mais variados. Estes elementos interferem diretamente no capital que pode ou não ser considerado lucro pelo escravizador.

Jacob Gorender observou que esse investimento só retorna ao comprador através do lucro líquido obtido pela atividade em que o trabalhador escravizado esteve empregado. Dessa forma, o excedente poupado não representa o total do investimento produtivo, já que boa parte deste capital se destina “ao gasto improdutivo da aquisição dos” cativos. (2010, 234). Destaque-se que a escravização direta inicial de nativos dispensava o escravizador daqueles gastos.

O retorno do capital investido não acontece de uma única vez, de forma concentrada, estendendo-se por diversos anos. Estava condicionado aos valores investidos e ao retorno obtido pelo trabalho do cativo. Segundo Jacob Gorender, considerando as últimas décadas do século 18 e as primeiras décadas do século 19, é possível verificar uma oscilação “entre dois e três anos, sendo razoável fixar a média de dois anos e meio”, o tempo necessário de trabalho de um cativo, para que o capital líquido produzido por ele supra o capital investido em sua compra. (2010, 236). O que determinava que, um cativo, com vida média produtiva de dez anos, entregava oito anos de produção de sobre-trabalho, descontado os gastos de manutenção, ao escravizador.

Como já observado, estes são números aproximados, variando constantemente de acordo com diferentes regiões e épocas. Eles nos permitem observar um ciclo que se retroalimenta. Pois a grande necessidade de tornar o lucro obtido com a exploração do cativo em lucro líquido, efetivo, interferia diretamente no tempo de vida produtiva do trabalhador. Isto, devido a sua necessária exploração intensiva e conseqüente substituição imediata, suprida pelo tráfico, o que demandava mais investimentos de capitais.

Assim, o fluxo contínuo do tráfico de cativos pode ser associado ao tempo relativamente curto que representa a vida produtiva desses trabalhadores escravizados. Geralmente reduzida pelas condições de trabalho impostas por seus escravizadores empenhados em extrair lucro real destes trabalhadores o mais breve possível, exigindo maior produção.

Nesse contexto de constante reposição de mão de obra escravizada, o comércio desses trabalhadores teve fluxo permanente. Representando durante toda a sua existência, porcentagem significativa dos valores de importação e exportação brasileira. Produzindo uma retenção de capitais em mãos de traficantes, geralmente estrangeiros e, a seguir, brasileiros.

Jacob Gorender observou que, inicialmente, o comércio de cativos realizado no Brasil dependia dos portugueses. Motivo pelo qual era “canalizado para fora do país certa parcela do lucro captado na economia colonial. Empreendido por traficantes residentes na Europa, é evidente que todo o lucro do tráfico ia ter como destino a Europa.” (2010, 238; MARQUES: 1999). O tráfico de trabalhadores escravizados, conforme assinalamos, movimentou grandes quantias de capitais, dada sua grande procura.

Dessa necessidade de mão de obra e seus elevados custos de aquisição e manutenção é que nasce a importância dos domínios no continente africano. Estrategicamente conservadas, as possessões nas costas africanas garantem abundante circulação de mão de obra cativa. Fator que influencia nos custos da produção exportadora, ao possibilitar um relativo controle sobre os valores de comércio desses trabalhadores. (CAPELA: 1974; UNESCO: 1979).

Esse domínio de territórios africanos no caso do Brasil não melhora o lucro dos produtores coloniais, ainda que facilite a expansão física da produção escravista, ao despejar no mercado os cativos necessários para sustentá-la. É possível constatar um aumento no valor de comércio dos trabalhadores africanos quando intermediado pela Coroa portuguesa. (GOULART: 1975, 125). As vantagens que a Coroa portuguesa obtém com o controle do fornecimento de cativos não é repassada para os colonos escravizadores no Brasil. Isso demonstra o grande interesse da realeza lusitana nesse comércio. Além de lucrar diretamente na venda dos cativos, lucrava com os impostos sobre este tipo de comércio. Garantindo uma maior captação de recursos pela metrópole.

A importância de estabelecer esses domínios na África pode ser percebida na ação de Maurício de Nassau em período que administrou as colônias holandesas instaladas no nordeste brasileiro desde 1629. Em 1637, impulsionados pela falta de mão de obra para o Brasil holandês, foram enviadas expedições para dominar importantes posições no continente africano. Em 1641, os holandeses conquistam Angola, considerada “o maior manancial de negros do continente africano”. (1975, 111). É justamente a partir desta data, até a retomada de Angola pelos portugueses em 1648, que ocorrem os registros mais expressivos da entrada de trabalhadores escravizados no Brasil holandês. (BOXER: 1977).

A ação holandesa de tomar posse de regiões no continente africano era estratégica. Uma alternativa para baratear a produção e solucionar problemas de abastecimento, eliminando os atravessadores portugueses e espanhóis. Assim, é possível tornar o preço do açúcar produzido mais competitivo no mercado mundial, proporcionado pela regularidade da produção e menor tempo para extrair lucro do cativo. Destaque-se igualmente que a importação dos africanos escravizados era realizada pela Companhia das Índias Ocidentais, elevando significativamente a sua lucratividade.

A posse de territórios na África se tornou desde cedo prática comum aos países que se lançaram à produção colonial. Em consequência, Portugal perdeu a maioria dos seus domínios na África para ingleses e franceses. Para além do abastecimento que ultrapassava as necessidades das próprias colônias, o tráfico de africanos escravizados tornou-se disputado por constituir-se como já apontado, o mais importante comércio marítimo depois dos metais preciosos e do açúcar.

1.4 HEGEMONIA ESCRAVISTA NA PRODUÇÃO

Enquanto instrumento de produção e objeto de comércio precioso, o africano escravizado movimentava uma estrutura mercantil disputadíssima. Essa estrutura regeu as decisões sociopolíticas e econômicas brasileiras. Observada a hegemonia dos trabalhadores escravizados na base produtiva colonial, são reveladas ações políticas estratégicas para a manutenção dessa ordem, sufocando conflitos entre escravizadores e escravizados. (FIABANI: 2005, 9).

A historiadora Suely Reis de Queirós, em seu trabalho *A abolição da escravidão* (1981), observou esses conflitos ao escrever que a “luta pela extinção da

escravidão no Brasil constituiu-se numa das mais longas e difíceis já registradas pela História do país. Iniciada por volta de 1810” se estendeu até 1888. Uma disputa que acima de tudo demonstrou conflitos de interesses econômicos com relação à mudança que ocorreria na estrutura produtiva escravista. Um exemplo das ações determinadas pela exploração do trabalhador escravizado pode ser observada na descrição de Alice Piffer Canabrava quando escreveu que:

Desde a implantação dos primeiros engenhos pelos donatários, pareceu-lhes premente a necessidade de importar escravos da África. Em 1537, entre as obrigações da carta de sesmaria de Jorge Figueiredo Corrêa, já consta a de enviar escravos e, em 1542 Duarte Coelho pedia a el-rei isenção de sisa para certo número de peças que pretendia importar. (1967, 53).

As afirmações no texto de Canabrava possibilitam-nos visualizar algumas ações administrativas do período escravista colonial. A autora observou a existência de uma articulação entre o tráfico de cativos e a condição de produção colonial. Uma ação coordenada pela Coroa portuguesa de forma que o colono instalado nessas terras cumprisse suas práticas econômicas associado com o comércio escravista. Incentivando o tráfico e condicionando a produção do engenho a esse tipo de mão de obra. (1967).

Entre os autores que escreveram sobre os registros dos primeiros cativos africanos em território brasileiro, impera uma grande incerteza com relação às datas. Roberto Simonsen destacou que a autorização para entrada dos primeiros africanos escravizados no Brasil é de 1549. Não descartando a provável introdução de cativos em anos anteriores, observou a existência de engenhos em São Vicente desde 1535. Porém, eram certamente movidos com a mão de obra nativa. (1978, 130). A mesma incerteza apresentada por João Pandiá Calógeras que supôs ter ocorrido à entrada dos primeiros cativos africanos na América lusa em 1538. (1967, 24).

Mauricio Goulart (1975) reafirma a dificuldade de definir especificamente a data de entrada dos primeiros africanos escravizados no Brasil. Do mesmo modo que Pandiá Calógeras atribuiu essa dificuldade à precariedade de documentação. Mesmo assim, este autor fez importantes observações sobre o período inicial da colonização brasileira.

Destacou que em 1526 foi enviado para a colônia americana Cristovão Jaques, que trouxe consigo um alvará de D. João III, autorizando o capitão Pero Capico, que estivera nessas terras desde 1516, a retornar para Portugal. O alvará permitia que Pero Capico levasse consigo seus pertences, inclusive trabalhadores escravizados que

possuía. Ou seja, nativos escravizados. (GOULART: 1975, 95-96). O autor observou ainda que coincidentemente ao retorno de Pero Capico a Portugal foram pagos direitos na Casa da Índia, referentes à introdução desses primeiros cativos e dos primeiros açúcares recebidos pela metrópole, oriundos de Pernambuco e Itamaracá. (1975). Nesse então, os portugueses possuíam engenhos açucareiros, de médio porte, na ilha da Madeira. Mauricio Goulart questiona-se sobre esses registros ao indagar,

De quem, a não ser de Pero Capico seriam esses açúcares? E, se eram seus, então é provável que Pero Capico, ao vir para o Brasil, não apenas como mero capitão de navio mandado a policiar as nossas costas, mas também animado do propósito de fundar aqui os primeiros engenhos, tenha querido trazer consigo, entre o cobre e ferro e mais coisas necessárias, alguns escravos africanos, gente já muito usada para esse mister nas ilhas portuguesas do Atlântico.

Quer, porém, os primeiros africanos tenham vindo com ele, quer só chegassem mais tarde com Martim Afonso, o certo é que a sua entrada na colônia só começa a poder ser notada após a instalação do governo geral de Tomé de Souza na Bahia. (1975, 96).

Em sua obra *História do Brasil*, frei Vicente Salvador (1975, 143) destacou o período em que Tomé de Souza chegou ao Brasil, em 1549. Enviado por el-rei, teve a missão de “povoar outra vez” a Bahia, assumindo a posição de primeiro governador geral do Brasil. Os primeiros registros contendo números expressivos quanto ao tráfico de cativos africanos, são relativos ao ano de 1550. O estabelecimento do tráfico vai promover a entrada contínua de trabalhadores escravizados no Brasil. Nas décadas posteriores serão registrados números que aumentam rapidamente. Esse aumento populacional é proporcional ao aumento de engenhos instalados. (GOULART: 1975, 99).

De acordo com os dados fornecidos por Pero Magalhães Gandavo, o autor Roberto Simonsen (1978, 88) atribuiu, para os anos entre 1560 e 1570, a quantidade de sessenta engenhos produzindo açúcar em território brasileiro. Divididos entre oito capitâneas. Estes engenhos seriam responsáveis por uma produção individual anual de três mil arrobas de açúcar e a população existente na colônia, segundo Pandiá Calógeras (1967), para o ano de 1583, girava em torno de 57.000 pessoas; sendo: brancos – 25.000; “índios civilizados” – 18.000; cativos negros – 14.000. Destaque-se ainda a superioridade dos nativos sobre os africanos. Entretanto, possivelmente nem todos os “índios civilizados” eram cativos, o que não ocorria com os cativos negros.

Os engenhos altamente dependentes da força de trabalho escravizada aumentou progressivamente. Em fins do século 16, os diferentes registros apresentados pelos

autores que constantemente citamos neste texto admitem a existência de 120 engenhos produzindo. Segundo a obra do economista paraibano Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (1959), cada um desses engenhos representava um investimento médio sobre a produção, de 15.000 libras esterlinas. (1980, 43). O autor assinala que o capital investido nessa etapa produtiva aproximou-se de 1.800.000 libras.

Desses investimentos, Furtado considera que 375.000 libras foram destinadas à aquisição de mão de obra escravizada. Foi considerada para esse cálculo uma população de trabalhadores escravizados, no período, de vinte mil cativos. Comercializados a uma média de 25 libras cada trabalhador. (FURTADO: 1980, 43; SIMONSEN: 1978, 132). Esses números sofrem uma variação derivada principalmente da forma como os pesquisadores abordaram as fontes documentais, ou mesmo, como tiveram acesso a estas.

Sobre o mesmo período, é possível apresentar dados numéricos que são díspares. Mauricio Goulart (1975, 99-100) reuniu informações referentes aos anos de 1570 e 1600. Observou ainda que Gandavo afirmou existir, em 1570, de dois a três mil cativos africanos em toda a colônia e 65 engenhos divididos entre a Bahia e Pernambuco. Escreveu igualmente que Gabriel Soares atribuiu para 1587 a existência de quatro mil cativos, e, para os anos entre 1580 e 1590, o padre Anchieta afirmou existir dez mil africanos escravizados em Pernambuco e três mil na Bahia. Fernão Cardim aponta dois mil para Pernambuco e três a quatro mil para a Bahia, e Gabriel Soares quatro a cinco mil cativos para Pernambuco e quatro mil para a Bahia. (1975).

Ao confrontar esses dados, Maurício Goulart pretende estabelecer quantidades numéricas que sejam condizentes com a realidade produtiva do período, analisando a quantidade de engenhos e sua respectiva produção açucareira. Desta forma, o autor considerou para o século 16, “12 mil, 15 mil, no máximo”, a quantidade de cativos africanos empregados nas atividades açucareiras da colônia. E um total de 130 engenhos produzindo em 1600. (1975, 106).

Assim, a partir da observação dos diferentes dados com relação à introdução de cativos africanos no Brasil, Maurício Goulart afirmou que, para o século 16, essas marcas não ultrapassaram trinta mil. Isso, observando a importante disseminação do trabalhador africano escravizado pelos diferentes setores da economia, não se limitando aos espaços dos engenhos. (1975, 98).

Fixado o cativo africano como elementar para o desenvolvimento das práticas econômicas, os números, tanto da produção, quanto do tráfico escravista só

aumentaram. Ao descrever um panorama geral da entrada de cativos na América e no Brasil, o historiador Mário Maestri (1994, 38) observou que foram desembarcados nas Américas em torno de 10 e 15 milhões de africanos. Destes, entre quatro e cinco milhões teriam como destino o Brasil, chegando ali com vida. Números impressionantes, para a realidade demográfica de então.

Conforme já citado anteriormente, Roberto Simonsen (1978, 135) admitiu para todo o período escravista a entrada de no máximo três milhões e trezentos mil africanos em território brasileiro. Mauricio Goulart (1975, 272) obtém resultados semelhantes aos de Roberto Simonsen em suas pesquisas, calculando desde o período inicial do tráfico, até 1851, algo entre 3.500.000 e 3.600.000 o número de cativos introduzidos no Brasil.

Em trabalho recente, pesquisadores como o historiador capixaba Manolo Florentino da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em conjunto com David Eltis, da Universidade de Emory (EUA); Devid Richardson, da Universidade de Hull (Reino Unido); e Stephen Berhendt, da Universidade Vitória de Wellington (Nova Zelândia), apresentam dados sobre o tráfico de cativos africanos para as diferentes regiões do mundo. (ELTIS: 2009).

Essas informações estão divulgadas através de plataforma digital que armazena banco de dados coordenado pelo historiador estadunidense David Eltis. Nela, é possível visualizar dados referentes ao tráfico para as Américas e para o Brasil. De acordo com essas informações chegaram vivos ao continente americano um total de 10.711.516 africanos escravizados. Desse total, desembarcaram no Brasil 4.864.374 cativos distribuídos cronologicamente da seguinte maneira. Destaque-se que, segundo Tabela a seguir, a maior quantidade teria sido desembarcada, de longe, no século 19. (2009).

Tabela 1 - Entrada de cativos africanos no Brasil: 1501-1866

Períodos	Entrada de cativos - Brasil
1501-1600	29. 275
1601-1700	784. 457
1701-1800	1.989. 017
1801-1866	2.061.625
Total	4.864, 374

Fonte: Plataforma digital <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>> Acesso em 29/08/2013.

Esses trabalhadores foram distribuídos pelo território do Brasil de acordo com as diferentes necessidades produtivas. As atividades variaram e se diversificaram muito entre os períodos apresentados. A partir dos seus estudos e análises, Roberto Simonsen (1978) elaborou um quadro demonstrativo dessa distribuição. Observou a colocação desses africanos escravizados nas atividades econômicas desenvolvidas no Brasil.

Nesse demonstrativo, o autor apresentou um número de 1.350.000 cativos empregados nos engenhos de cana-de-açúcar, representando a atividade que literalmente *consumiu* maior número de trabalhadores e mais tempo perdurou. Para a mineração, é apresentado um número de seiscentos mil cativos para o período entre o século 18 e 19. Ainda nesse período, destacou que a atividade cafeeira absorveu em torno de 250.000 trabalhadores escravizados e um milhão e cem mil foram destinados para outros misteres. (1978, 135).

Essa proporção apresentada por Roberto Simonsen é referente aos três milhões e trezentos mil africanos que o autor afirmou ter entrado no Brasil até 1850. Nós já observamos que esses dados podem variar significativamente de autor para autor. No entanto, a observação dessa divisão é importante para que possamos visualizar o quanto estas atividades econômicas estavam dependentes da mão de obra escravizada.

Ao apresentar estes dados, Roberto Simonsen evidenciou a utilização de um número significativo de trabalhadores escravizados em setores diversos da economia. É destacada a população de um milhão e cem mil cativos destinados às atividades econômicas consideradas secundárias. Dentre essas atividades, é possível observar o extrativismo, com destaque para o madeireiro, as lavouras de algodão, de tabaco. E também, a criação de gado vacum, muar e cavalari.

É significativa a presença da mão de obra escravizada nas atividades pastoris, não só na lida com os animais e sua condução, mas fundamentalmente no processamento dos produtos derivados do gado vacum, como os couros, o charque e a carne seca. (MAESTRI, 1984; SIMONSEN, 1978; GOULART, 1965).

Destaque-se que aqueles dados, quase quatro milhões e novecentos mil indivíduos, referem-se apenas aos cativos introduzidos com vida no Brasil. Aos quais, temos que acrescentar os cativos nascidos no Brasil e que conseguiram *vingar*, em número possivelmente não desprezível, ainda que fortemente menos significativos que os africanos novos.

2 A ECONOMIA É MAIS AMPLA QUE O ENGENHO E AS MINAS

Jacob Gorender observou que a partir da organização econômica em torno da plantagem, o trabalhador escravizado irradiou-se para os diversos setores da economia, difundindo-se na generalidade da vida social. Esta é uma visão que considera a importante contribuição e influência do cativo nos diversos setores da economia e sociedade. Não se baseou unicamente na representação econômica da atividade em que este trabalhador estava empregado. (2010, 214-217).

Sem desconsiderar as relações características da economia do Brasil e mesmo a efetiva predominância de alguns setores sobre outros, criando relações de dependência, defendemos que, para visualizar a real participação do trabalhador escravizado nesse contexto, é preciso observar a formação socioeconômica dominante no Brasil não pelos resultados finais de sua produção, mas pela condição de produção. Dessa forma, o cativo deixa de ser mero meio de produção para ser visto como ser humano que, inserido nas diversas tramas da sociedade e economia, é significativamente responsável por elas. (2010).

Esse posicionamento depende necessariamente de tratamento coerente com relação ao termo que insere o trabalhador escravizado no processo socioeconômico. O emprego do termo *meio de produção* é visto por Jacob Gorender (2010) como uma distorção da leitura de Marx. Nessa interpretação reproduzida por autores como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, o sujeito é eliminado do processo de trabalho, tornando-se estranho a ele. O sujeito é coisificado na sua assimilação teórica de objeto do processo, contrariando sua forma essencial de *condição de produção* independente da atividade econômica em que foi explorado. (2010).

A observação atenta ao desenvolvimento das atividades produtivas no Brasil permite-nos considerar uma variedade econômica que é intrínseca ao início da efetiva colonização. Estas considerações persistem no fato de que as atividades econômicas agroexportadoras não se desenvolvem produtivamente sem a criação de uma série de economias paralelas, associadas e dependentes. Entre essas economias destaca-se o papel da atividade criatória expandida por grande parte do interior do Brasil.

Roberto Simonsen destacou que para uma compreensão da formação social do Brasil é necessário conhecer os fatores econômicos que possibilitaram a ocupação do sertão. Entre esses fatores, a atividade pastoril é a mais destacada, pois se instituiu como a “retaguarda econômica das zonas de engenho e, mais tarde, um decidido apoio à

mineração”, favorecendo a fixação de indivíduos nas áreas mais afastadas, além de estabelecer grandes redes comerciais. (1978, 150).

A atividade pastoril influenciou diretamente a produtividade das atividades econômicas primárias. Sejam agroexportadoras ou mineradoras. Essa influência pode ser destacada primeiramente pela sua importância na alimentação. O charque e a carne seca constituíam parte importante da dieta alimentar dos cativos. (GOULART,: 1965; MAESTRI: 1994).

Em sua obra *Ciclo do carro de bois no Brasil* (1958), o sergipano Bernardino José de Souza destacou a importância desse meio de transporte para a manutenção das atividades econômicas do Brasil. Afirmou que este meio de transporte, associado diretamente ao uso de bois como força de tração, é essencial à própria instalação dos engenhos. Sendo “o carro de bois, tão instante e necessário que se não pode pensar em cultura canavieira ou na indústria do açúcar no Brasil sem de logo associar-se a ideia da presença dos rudes veículos tirados por bois”. (SOUZA: 1958, 111).

O emprego desse veículo é destacado no transporte da lenha para as fornalhas dos engenhos, da cana colhida na lavoura até a moenda, do produto pronto até as áreas de comércio. Como meio de transporte nesse período, os bois e as mulas, desempenharam papel fundamental para o deslocamento de pessoas e cargas. Além de servir como força motriz para os engenhos. (GOULART: 1965).

A atividade criatória tem grande importância para a economia interna e para o funcionamento da economia exportadora. De outra forma, constituiu também parcela significativa das exportações, incluída pela larga utilização e comércio de couros. (GOULART: 1966). A representação econômica deste comércio diante das demais atividades econômicas exportadoras foi parcialmente observada por Antonil em seu “Resumo de tudo que vai ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal”. (ANTONIL: 1967, 314).

Tabela 2 - Exportações brasileiras - início do século 18

Produtos exportados	Valores anuais
Açúcar	2.535:142\$800
Tabaco	344:650\$000
Ao menos cem arrobas de ouro	614:400\$000
Meios de sola (uma variedade de couro)	201:800\$000

Fonte: Antonil, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.p. 314. (adaptado).

O valor numérico do comércio de couros é diminuto, se comparado ao montante extraído do comércio de açúcares. Mesmo assim, o couro tem importância socioeconômica ampla. Entretanto, boa parte daquela produção era realizada no próprio Brasil, para o consumo doméstico ou produtivo, como veremos a seguir. No segundo volume de *O Brasil do Boi e do Couro* (1966), obra dedicada especialmente ao couro, José Alípio Goulart apresenta as variedades e valores do produto. O autor trata em capítulo específico sobre o velho comércio do couro, dos valores exportados por gêneros, tais como: couros secos, salgados, vaquetas, em cabelo, atados, meia sola, a cada um importando diferentes valores. (GOULART: 1966, 21-55; SOMONSEN: 1978, 145-201).

José Alípio Goulart apresentou ainda uma descrição detalhada dos usos do couro nos diferentes setores da economia e sociedade da época. Dada sua condição maleável, o couro foi empregado com finalidades diversas. Uma utilização difundida nos meios econômicos e domésticos cumprindo importantes funções, práticas e estéticas. (1966).

Em seu texto, destacou o uso do couro no assento de cadeiras e banquetas, em revestimentos de baús, na fabricação de cordas, alças para utensílios domésticos, tapetes e camas. Na fabricação de bruacas, surrões ou alforjes para o transporte dos mais variados produtos em lombo de animais. Compondo desde a indumentária dos que lidavam com o gado até os arreios de montaria e atrelagem dos animais de serviço. Enormes quantidades de couros foram igualmente consumidas na produção e uso de sacos para o transporte sobretudo do café, do interior, para o litoral, no século 19. (1966).

Observado o período colonial e imperial, na economia de exportação movimentada pela atividade criatória, destacam-se o gado vacum e seus derivados. Representando as maiores quantias em valores de produtos comercializados no setor. Conforme já observado, esses valores tiveram pouca representatividade em comparação aos valores comercializados na mineração e produção açucareira. Nesses valores, como destacado, não estão incorporados o alto consumo interno de gados e de couros.

Essa representação de valores sobre a economia exportadora foi fator decisivo para que autores como os apresentados no início do texto determinassem a importância

de tais atividades na formação socioeconômica do Brasil; motivo pelo qual, em diversas narrativas que tratam da historiografia brasileira, a atividade criatória mereceu menor atenção. Do mesmo modo, o emprego da mão de obra escravizada nesse setor ter sido considerado por alguns, insignificante. (FURTADO, 1980; PRADO JUNIOR, 1999).

2.1 O GADO E O SERTÃO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Ao analisar os autores da historiografia brasileira que trataram da introdução de gados nos territórios coloniais, é generalizada a imprecisão de datas e locais. Dessa forma, os relatos apresentados são vistos como informações de comprovação duvidosa, relativas, quanto à aceitação e uso delas pelos autores.

Entre os historiadores que oferecem proveitosas oportunidades de visualização desse contexto inicial da atividade pastoril no Brasil está José Alípio Goulart. No primeiro volume de *O Brasil do Boi e do Couro* (1965), dedicou suas pesquisas à reconstrução histórica da trajetória do boi no Brasil e suas implicações nas atividades econômicas e povoadoras.

José Alípio Goulart preocupou-se em resgatar os relatos mais precoces possíveis sobre o início desta atividade. Um exemplo são as narrativas do cônego João Pedro Gay, autor de meados do século 19, sobre o trabalho dos padres jesuítas no Paraguai. Goulart destacou que o religioso chega “a ponto de asseverar, num rápido lance comparativo, que no Brasil já havia muitos bois e vacas em 1530”. (1965, 13).

Este relato é visto como surpreendente. Uma vez que as descrições mais precisas até então datavam do ano de 1534, referentes às reses introduzidas em São Vicente. Sobre esta afirmação, que registra os gados desembarcados na Capitania de São Vicente, apóiam-se os estudos realizados por Roberto Simonsen (1978) ao descrever o início desta atividade no Brasil, que recebeu importante tratamento em seus textos.

Segundo Roberto Simonsen, “Dona Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Sousa, providenciou, em 1534, para que se introduzisse gado bovino na capitania daquele donatário”, no caso, São Vicente; e continua, observando que “Tomé de Sousa introduziu muito Gado na Bahia”. (1978, 151).

A partir de uma organização cronológica dessa atividade e suas relações com a economia exportadora, foram distribuídos geograficamente os núcleos primitivos da expansão criatória. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, o renomado autor paulista

Caio Prado Junior (1999) apontou o Norte (Bahia e Pernambuco) e São Vicente, como os núcleos iniciais de expansão da atividade pastoril.

Já os Campos Gerais do Sul, incluído a região dos atuais Paraná, Santa Catarina e principalmente o Rio Grande do Sul constituem um segundo momento desse processo. (PRADO JUNIOR: 1999, 189). No mesmo sentido que Caio Prado, Roberto Simonsen observou este desenvolvimento, afirmando que

São Vicente, Bahia e Pernambuco foram, portanto, os centros irradiadores da criação para a região central e Nordeste do Brasil.

Nos campos de Curitiba, parece ter sido o gado originário de São Vicente. Os dos campos do Sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande, supõe-se terem sido introduzidos principalmente pelas missões jesuíticas espanholas. (1978, 152).

Ainda com relação às regiões nordeste e centrais, são importantes os registros com relação ao desenvolvimento e dinâmica das ocupações nessas áreas. Originada nas regiões litorâneas e muito próximas dos engenhos, a atividade criatória logo se mostrou incompatível para um convívio territorial comum. Os currais foram instalados obrigatoriamente em regiões cada vez mais distantes do litoral e das grandes lavouras. (SIMONSEN: 1978; GOULART: 1965).

O gado avançou por extensas áreas de terras e, segundo Capistrano de Abreu, transportou com ele seus donos. (1960, 134). Em verdade, não raro, o gado *precedeu* seus *futuros donos*. É possível acrescentar ainda, que não transportou apenas seus donos, mas toda a gente necessária para estabelecer fazendas de criação. Esse movimento de ocupação pastoril é analisado por esse autor que destacou a influência dos Garcia de Ávila nessas regiões.

De acordo com Capistrano de Abreu, os Ávilas povoaram de gado o interior baiano, através de terras recebidas por sesmarias, seguindo às margens do rio São Francisco. O autor observou ainda que “a casa da Torre chamou a si territórios mais vastos que grandes reinos”. (1960, 95).

A casa da Torre iniciada ainda no Governo de Tomé de Sousa, por Garcia de Ávila, foi responsável pelo estabelecimento de muitos currais no interior da Bahia, sendo identificados como “os maiores criadores do sertão baiano”. (SIMONSEN: 1978, 152). Roberto Simonsen destacou ainda que os “Ávilas e os seus associados prosseguem na invasão do sertão com seus currais, passando o ‘divortiumacquarem’, levando-os ao Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.” (1978, 152).

Para Roberto Simonsen a constituição de currais no sertão nordestino não se fez sem muitos conflitos entre colonos e nativos. Situação que ocasionou o deslocamento de reforços paulistas até os sertões baianos, que reprimiram e forçaram a retração dos povos nativos que resistiram à invasão daqueles territórios. Durante esses deslocamentos, paulistas acabavam se fixando nos sertões, como a exemplo de Domingos Manfrese, também conhecido como Domingos Sertão, que se instalou no Piauí. (SIMONSEN: 1978).

José Alípio Goulart destacou que se sobressaem no “povoamento dos sertões nordestinos, notadamente no Piauí, as figuras de Domingos Afonso Manfrese, Francisco Dias de Ávila e Domingos Jorge Velho, todos criadores de bois.” (GOULART: 1965, 21; LIMA: 2009, 355-381). No mesmo sentido, o importante trabalho do historiador e antropólogo Luiz Mott, “A pecuária no Sertão do Piauí. 1697-1818” (2010) apontou a fazenda de gado como o germe da povoação dessa região.

Segundo Luiz Mott, essa estrutura constitui “modelo dominante de ocupação” que, em um espaço de tempo relativamente curto, expande-se significativamente. (2010: 17). Este autor apresentou um levantamento de dados onde é demonstrado cronologicamente o aumento das fazendas de gados no Piauí. Atribuindo para o ano de 1674 a existência de trinta fazendas; em 1697, 129; em 1730, 400. Para ele, em 1772, existiria o maior número de propriedades criatórias – 578. (2010).

O autor apresentou ainda dados significativos quanto à população predominante nessas áreas pastoris – para o ano de 1697, existiam 210 trabalhadores de origem africana, em um total populacional de 438 pessoas, incluindo brancos, mestiços e nativos americanos. Os africanos representam 48% dessa população, bastante baixa. Prosseguindo no detalhamento dessa composição social, destaca ainda que, deste total de africanos, 209 eram escravizados. (2010, 19).

Considerando o caráter extensivo, característico das áreas pastoris que se formam nos sertões do Brasil, os dados apresentados pelo autor são elucidativos. Contribuem de forma significativa para a visualização da difusão dessa mão de obra escravizada entre as diversas atividades econômicas, mesmo as de caráter secundário, em que essa mão de obra é tida como pouco provável.

De acordo com Capistrano de Abreu, o povoamento dos sertões partiu da Bahia com os gados e se estendeu para o Maranhão, Pernambuco e “depois para todos os descobertos auríferos que sem gado teriam perecido no nascedouro.” (1960, 34).

Acentuando as observações já destacadas no texto de que a atividade pastoril influenciou diretamente o funcionamento das economias exportadoras.

Em alguns dos trabalhos mais significativos sobre a historiografia e economia do Brasil, os autores são unânimes em ressaltar a função exercida pela pecuária em seu avanço pelos sertões. (ABREU: 1960, GORENDER: 2010; PRADO JUNIOR: 1999; SIMONSEN: 1978). Constituindo uma retaguarda das atividades econômicas primárias. Roberto Simonsen observou que os “mineradores de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais foram abastecidos pelos criadores do vale do São Francisco e sertões do Nordeste.” (1978, 157).

A movimentação da atividade pastoril na região Centro-Oeste tem sua origem a partir do surto minerador. Além de um deslocamento acentuado de pessoas, a atividade econômica mineradora ensejou gados em grandes quantidades. Durante o ciclo minerador, o gado vacum cumpre função de meio de transporte, mas sua finalidade principal é servir de alimento para os trabalhadores livres e escravizados nas áreas de garimpo. (GOULART: 1965).

Após o período de grande euforia, com gradativa diminuição dos rendimentos auríferos, o gado vacum possibilitou a permanência do luso-brasileiro nessas áreas afastadas. José Alípio Goulart destacou que as atividades auríferas em Goiás não duraram mais que um quarto de século e que o esgotamento dos mananciais dispersou os aventureiros. Assim, “coube ao gado apossar-se das terras sáfaras, transformando-se a pecuária na maior riqueza daquele Estado central.” (GOULART: 1965, 40).

O desenvolvimento histórico dessas regiões é objeto de análise de pesquisadores como o historiador rio-grandense Adelmir Fiabani em seu trabalho sobre “Fazendas, cativos e gado na história de Tocantins”. (FIABANI: 2010, 53-85; SALLES: 1992). Nesse estudo, o autor analisou a importante relação existente entre a economia pastoril de Goiás e Tocantins, contribuindo para o conhecimento da formação histórica dessas regiões.

Ao abordar as formações socioeconômicas derivadas da economia pastoril, o autor caracterizou a mão de obra nessas áreas como mista, sendo “cativa e livre”. (FIABANI: 2010, 56). Destacou ainda ser essa uma característica comum a outras regiões do Brasil. A peculiaridade dessa região em questão deve-se ao fato de que os trabalhadores escravizados deslocavam-se constantemente das áreas criatórias para as minas e vice-versa. (2010).

Ao escrever sobre as áreas de mineração, José Alípio Goulart afirmou que o “ingresso do gado nas áreas matogrossenses foi quase concomitante com a do garimpeiro e a do faisgador”. (1965, 41). Isso, segundo o autor, graças ao governador Rodrigo César de Menezes, que incentivou o estabelecimento de currais nessa região, visando o “aumento das novas minas de Cuiabá”. (1965).

Com relação à introdução de gados em Mato Grosso – incluído o atual Mato Grosso do Sul –, a historiadora sul-mato-grossense Maria do Carmo Brazil observou que entre “1619 e 1634, as missões ergueram na região do Prata mais duas reduções”, sendo uma delas a do “Itaim (sul do antigo Mato Grosso)”. (BRAZIL: 2009, 226). A partir dessa observação são destacadas duas frentes introdutórias de gado em Mato Grosso, uma mais ao norte nas regiões auríferas e outra, ao sul, ligada aos jesuítas espanhóis.

Esta observação torna-se importante principalmente a partir de estudos voltados para a formação histórica do atual Mato Grosso do Sul. Estes estudos apresentam uma série de dados sobre a formação socioeconômica regional, pouco divulgada. O trabalho da historiadora paulista Elaine Cancian (2009) é elucidativo nesse sentido, pois destaca a atividade pastoril como principal fator de instalação do colonizador nessa região, abrangendo desde cedo as regiões pantaneiras.

A partir das informações apresentadas por estes autores, é possível visualizar a presença do gado *vacum* na formação da região de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dividida em duas frentes. Na região norte de Mato Grosso economicamente baseada nas lavras de ouro, a pecuária foi num primeiro momento atividade secundária. No sul de Mato Grosso, a base econômica das formações sociais iniciais foi essencialmente bovina. (ESSELIN: 2009, 291-352; MOURA: 2008).

Outro fator importante nesses trabalhos é a observação de trabalhadores escravizados desempenhando diferentes funções nessas áreas criatórias. Destacando o deslocamento destes indivíduos das minas para os campos. E no caso do Sul de Mato Grosso, os cativos acompanham necessariamente seus escravizadores na ação colonizadora. O movimento de ocupação econômica e exploração das regiões em que o gado se criou livre foram permeados pelo trabalhador escravizado. (CANCIAN: 2009).

De acordo com as observações de Elaine Cancian, os registros mostram a “existência de inúmeros negros escravizados exercendo função de campeiros, lavradores, peões, roceiros e vaqueiros.” (2009, 281). Mais uma vez, os relatos

referentes às áreas em que ocorreram atividades pastoris significativas comprovam a frequente presença do trabalhador escravizado.

2.2 AS DIFERENTES REGIÕES E OS CICLOS DO GADO

A dinâmica que envolveu a ocupação das regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás foi conduzida pela movimentação social e econômica da exploração de metais preciosos. Como assinalamos, é principalmente o gado das regiões do Piauí e da Bahia que primeiramente penetraram nessas áreas, suprindo as principais necessidades de alimentação, transporte e estabelecendo fazendas. O ciclo do ouro no Brasil inicia-se em um período em que o comércio do açúcar está entrando em decadência.

A importante comercialização do açúcar produzido no Brasil é muito expressiva até fins do século 17, período em que são descobertas as regiões auríferas mais significativas. Alguns autores associam a crise no comércio do açúcar ao advento da mineração, pelo grande alvoroço que provocou. Roberto Simonsen não considerou esta possibilidade, associando a decadência do comércio de açúcares a uma mudança política e econômica ocorrida nos principais países consumidores na Europa.

A questão é que o deslocamento de cativos, gados e colonos com posses para as regiões mineradoras, além de acentuar a crise da produção açucareira do Nordeste, gerou um problema visto com receio pela administração colonial – o tráfico de pedras preciosas. Em 1701, de acordo com Roberto Simonsen (1978, 158), foi emitida Carta Régia, proibindo a comunicação das Capitanias da Bahia e Pernambuco com as minas de São Paulo. Isso “para que dessas minas não se pudesse ir buscar mantimentos ou gados das mencionadas capitanias.” (1978). Em virtude da inviabilidade de se manter tal proibição, a ordem foi logo atenuada, consentindo a entrada de gados de acordo com a demanda. Essa ordem foi seguida de outra medida, a concessão de sesmarias para instalação de currais nos campos das minas. (GOULART: 1965, 136-138). Mesmo assim, com a instalação de currais nas áreas mineradoras, o abastecimento de gados era precário. José Alípio Goulart escreveu que

Em decorrência de tão desmedida ambição, deixou aquele mundo de gente de ocupar-se e até mesmo preocupar-se com fator indispensável a uma permanência tranqüila nas proximidades dos mananciais: a alimentação. Então, para sanar a insustentável lacuna, quando surgiram suas conseqüências, tornou-se preciso recorrer ao gado sitiado em várias outras regiões, principalmente aquele que sossegadamente pastava nas ribeiras do

São Francisco. E as manadas foram tocadas às pressas para matar a fome das populações ilhadas nas Alterosas. Tanta a gente esfomeada, que o gado sanfranciscano era insuficiente; então veio boi do Piauí, do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul. (GOULART: 1965, 69).

O mesmo autor observou que, em 1734, são registrados gados do Rio Grande do Sul, “pagando direito de passagem em Curitiba e vinha até Sorocaba, onde era adquirido por boiadeiros”. (GOULART: 1965, 39). O centro disseminador de gados estava mudando gradativamente. Neste processo, é possível considerar fatores econômicos, geográficos e climáticos, que contribuem para essa mudança.

O alto preço do gado nordestino, as dificuldades de deslocamento devido às grandes distâncias e o compromisso de suprir o mercado açucareiro comprometiam o abastecimento regular das minas. A prática de comércio com os gados do Sul é realizada desde o princípio do século 18. Este comércio desenvolveu-se e ganhou impulso nas décadas finais daquele século.

Sobre este período de transição econômica, Caio Prado Junior faz importante observação. Escreveu que no final do século 18 a produção bovina local de Minas Gerais já suplantara a nordestina. Essa decadência do fornecimento de gado vindo das regiões tradicionais relacionava-se também com as secas que atingem aquela região. Fator que torna cada vez mais difícil a manutenção dos currais. O autor destacou ainda como sendo o

golpe final a estiagem que durou três anos, de 1791 a 1793, e que pelas suas proporções ficou conhecida como a *Seca Grande*, lembrada ainda com horror muitos decênios depois. O sertão não se refaria mais deste golpe. Vegetará daí por diante num estado crônico de debilidade congênita que se prolongará até os nossos dias. A sua função de abastecimento dos núcleos agrícolas do litoral norte se transferirá para o Rio Grande do Sul, cuja concorrência, apesar do afastamento desta capitania, nunca mais suplantará. (PRADO JUNIOR: 1999, 196-197).

A mudança do principal centro fornecedor de gados para as regiões de engenhos e auríferas constituiu um movimento de grande impacto no desenvolvimento das regiões sulinas. E também um maior envolvimento da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e de São Paulo na economia colonial. A Capitania de São Paulo passou a atuar como intermediária do comércio de animais tropeados do extremo Sul.

Neste contexto, o gado muar assumiu papel importante no comércio pecuário. Juntamente com os gados vacuns, os muares constituíram parte expressiva das relações comerciais com o Rio Grande do Sul. E este comércio – vacum e muar – se realizará

com grande proveito da Capitania de São Paulo, suplantando também o fornecimento de animais cavaleiros do Nordeste. (PRADO JUNIOR: 2009, 186-210).

2.3 O GADO NO SUL

Já observamos as imprecisões compartilhadas pelos diferentes autores sobre a introdução de gados no Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, salvo os introduzidos pela ocupação garimpeira. No Sul não ocorre de forma diversa, gerando uma série de especulações. Divergem as opiniões sobre o mérito deste feito, se realizado por portugueses ou espanhóis, uma vez que o extremo sul do atual Brasil sofre influências fortíssimas dos dois grupos.

Ao escrever sobre a origem do gado sulino, Roberto Simonsen destacou as referências feitas ao “lendário conto das ‘Vacas de Gaeta’” (1978, 159), que relata a introdução no Paraguai de sete vacas e um touro. Estes animais teriam sido importados pelo capitão Juan de Salazar, desembarcaram no litoral brasileiro em 1556, e foram conduzidas por terra até o Paraguai. (1978). Levados pelos sertões até alcançar o rio Paraná, o referido capitão deixou os animais sob a responsabilidade de um indivíduo de nome Gaeta. Este transportou as rezes até Assunção, no Paraguai, donde se difundiu para todo o Sul. (1978, 161).

No entanto, a introdução desses gados, com relação à margem oriental do rio Uruguai, seria atribuída a “Hernandarias, que, em 1608, teria aí formado sua estância. Outros a atribuem aos jesuítas, que fundaram suas missões no atual Rio Grande, em 1618.” (SIMONSEN: 1978). José Alípio Goulart escreveu que ao “se transportarem para seus novos domínios, trouxeram os jesuítas, em sua companhia, muitas cabeças de gado originárias daquelas sementes que os irmãos Gaeta levaram, em 1555, de S. Vicente para o Paraguai.” (GOULART: 1965, 45). O mesmo autor (1965, 47) afirma ainda que no “Uruguai foi ter, também, Hernandárias de Saavedra, tangendo gado do Prata”

Daí a dúvida se o que veio para o Rio Grande do Sul era gado do Prata, levado por Saavedra, ou se do Paraguai, transposto para o Uruguai, pelos Jesuítas.

O padre Jaeger – Luiz Gonzaga Jaeger S. J. – com sua indiscutível autoridade, diz que os Jesuítas chegaram ao Uruguai, com seus gados, meio século antes de Hernandárias de Saavedra; portanto, os animais que possuíam só poderiam provir dos oriundos de S. Vicente, e foram êstes que êles trouxeram para o Rio Grande do Sul. (GOULART: 1965, 47).

A partir destes relatos, José Alípio Goulart considerou aceitável que os gados oriundos do Paraguai tenham dado entrada no Uruguai a partir do ano de 1620, e a partir daí, tenham se difundido junto com as rezes introduzidas por Hernandárias, por toda a Banda Oriental. Sobre esse período, o historiador Mário Maestri (1984, 40) escreveu que o gado *vacum rio-grandense* “é originário dos 1500 animais introduzidos pelos Jesuítas na margem direita do rio Uruguai, em 1634. Bravios, nas décadas seguintes, estes animais evoluirão em direção ao Sul, principalmente.” As condições do meio natural, influíram diretamente para a expansão dos gados no Sul.

Estes diferentes autores concordam em suas observações que o gado é o maior responsável pela colonização das regiões sulinas, sejam lusitanas ou espanholas. A disseminação dos rebanhos pelos campos promoveu a transformação socioeconômica dessas áreas. Nesse contexto esta inserido necessariamente o Rio Grande do Sul. Tanto o gado fugitivo das possessões jesuíticas ou abandonado por seus donos, ao se reproduzir naturalmente, mudaram características locais. Convertendo-se posteriormente em objeto de exploração econômica. (GOULART: 1965, 48).

Considerando as transformações econômicas ocorridas na segunda metade do século 17, e a crise que se assentou sobre a economia açucareira nordestina, as regiões do extremo Sul pouco atrativas até então, recebem impulso colonizador, materializada na fundação da Colônia do Sacramento, em 1680.

Roberto Simonsen, do mesmo modo que observamos anteriormente, apontou como fundamento econômico da expansão no Sul “o gado e a sua valorização, provocada pela mineração e pelo crescente consumo de couros”. (1978, 173). No entanto, esse contexto é mais complexo, devendo considerar as questões comerciais entre espanhóis e lusitanos. O abastecimento das regiões hispânicas na região do Prata com cativos e produtos exportados era realizado de forma precária pela Coroa espanhola. Fator que possibilitou a manutenção de um comércio paralelo entre essas regiões. (MAESTRI: 1984, 23-32).

Os portugueses haviam perdido a concessão para o abastecimento de cativos e, conseqüentemente, a realização de qualquer tipo de comércio nessas áreas em 1640, com o fim da União Ibérica (1580-1640). No entanto, foi constante o comércio clandestino e a introdução de trabalhadores escravizados e produtos exportados na região portenha. O historiador Mário Maestri observou que com “a perda do *asiento* e a

crise do fim do século, a Coroa lusitana resolveu institucionalizar o contrabando do sul: em 1680, fundou a ‘feitoria’ de Sacramento.” (1984, 25). O autor apontou ainda que:

Em 1680, a fundação da colônia do Sacramento pelos portugueses, no outro lado do rio da Prata, diante de Buenos Aires, contribuiu para a ativação do comércio bonaerense, por meio de troca clandestina de couros, de prata, etc. por cativos, manufaturados ingleses, fumo, açúcar, aguardente e outros produtos do Brasil. (MAESTRI: 2009, 51).

A retomada do comércio largamente praticado entre luso-brasileiros e espanhóis, que fora “abandonado” com o fim da União Ibérica, teve grande importância. Mário Maestri observou a troca de artigos muito requisitados nessa região, e dado o contexto daquele período, o cativo era muito valorizado. Essa valorização se deve a sua importância para as atividades produtivas nas regiões portenhas e platinas de modo geral, devido à escassez e encarecimento da mão de obra livre. (2009, 52-53).

No contexto socioeconômico característico daquela região, o uso de trabalhadores escravizados *justifica-se* principalmente pela condição em que vivem os trabalhadores livres. Os vastos campos ofereciam possibilidades de estabelecimento e sobrevivência desses indivíduos de forma relativamente fácil. Essa condição fez com que poucos se sujeitassem ao trabalho assalariado. Diante da relativa autonomia e a valorização do trabalhador assalariado, tornou-se difícil o estabelecimento de um mercado de trabalho livre.

Desde o início, foi marcante a presença de cativos de origem africana nas regiões pastoris, empregados nas mais diversas formas de trabalho. Eram essenciais para a produção de alimentos e manutenção das fazendas. O trabalhador escravizado desempenhou também a função de *peão* e em algumas regiões durante a ausência do dono, esteve responsável pela fazenda. (MAESTRI: 1994, 76-78).

A participação do cativo acompanhou o desenvolvimento da economia pastoril e tornou-se mais importante para esta economia conforme se tornaram complexas as atividades produtivas. A colonização das áreas sulinas, e do Rio Grande do Sul em especial, foi desenvolvida a partir de diferentes etapas, regida diretamente pelos interesses econômicos de cada período. (EIFERT: 2007).

As oscilações na economia mundial promoveram as mudanças de foco sobre as áreas exploradas de acordo com as necessidades mercadológicas. O caso do Brasil é característico desse processo que determina a maior ou menor influência das regiões coloniais sobre a economia. Dessa forma, ocorrida a mudança do núcleo fornecedor de

gados vacum, e cavalari, para as regiões auríferas, Mário Maestri observou que no Sul ocorreu um impulso econômico e expansionista:

A produção pastoril sulina acelerou-se a partir de 1780, após o estabelecimento de grandes charqueadas voltadas para a produção e exportação de couros e carnes secas, o que valorizou fortemente os gados e ensejou rápida ocupação da Campanha, da Fronteira, das Missões, dos Campos Neutrais, do Norte da Banda Oriental. (MAESTRI: 2009, 94).

O mesmo autor afirmou também que a “singular capacidade de expansão das fazendas sul-rio-grandenses em relação às propriedades do Prata parece dever-se à facilidade portuguesa de acesso à mão de obra escravizada”. (2009, 95).

Em texto sobre a “Escravidão nas estâncias pastoris da província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, em que aborda a presença de africanos escravizados nas atividades pastoris no Rio Grande do Sul, o historiador rio-grandense Paulo A. Zarth, aponta estatísticas interessantes. Ele elaborou gráfico relativo à proporção de cativos na população total do Brasil. Observou períodos distintos e considerou diferentes regiões, onde predominou ou não as atividades pastoris. Serão descritos a seguir os três maiores índices populacionais apresentados por este estudo para uma análise comparativa.

Paulo Zarth assinala que na Capitania de São Paulo, em 1819, registrou-se uma população de 238.323 pessoas. Dessas, 77.667 eram cativas. Representando uma porcentagem de 32,6% da população. Já para a Capitania da Bahia, de 477.912 pessoas, 147.263 eram cativas, o que representou 30,8% da população. (ZARTH: 2009, 188). Com base nestas informações, é inegável a importância relativa e absoluta da população escravizada no Sul.

Na Capitania do Rio Grande do Sul, para uma população de 92.180 pessoas, 28.253 eram escravizadas, índice que representou 30,6% da população. Esta porcentagem observada em 1874, mais de quarenta anos depois, continuou expressiva. Considerando o aumento significativo da população, o Rio Grande do Sul se manteve entre os três maiores núcleos escravizadores. Ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, que aparece em primeiro, e do Espírito Santo. (ZARTH: 2009).

Em 1874 com um total de 758.202 habitantes, o Rio de Janeiro possuía 301.352 cativos, ou 39,7% da população. Espírito Santo, na segunda posição, com um total de 81.775 habitantes, sendo 22.297 escravizados, apresentou porcentagem de 27,6%. No Rio Grande do Sul, a população total para o referido ano era de 462.452

habitantes. Destes, 98.450 era população cativa, representando 21,3% da população. (2009).

A observação desses dados demonstra que a região do rio Grande do Sul, essencialmente pastoril-charqueadora, em comparação com áreas economicamente diversas, teve nos períodos analisados, porcentagem elevada de população cativa. Essa população empregada em diferentes setores da economia pastoril formou a base dessa atividade no Rio Grande do Sul. É importante ressaltar, que a atividade pastoril é considerada uma economia subsidiária.

Mais do que demonstrar a participação efetiva de trabalhadores de origem africana escravizados nas áreas pastoris, estes dados nos permitem desconstruir visões contrárias a estes fatos. Como a observação do importante historiador rio-grandense Décio Bergamaschi Freitas. Ele escreveu em *Escravos e senhores de escravos*, sobre a história da escravidão no Brasil, que “onde preponderou a economia de subsistência, não se viu escravidão negra, ou pelo menos, ela não foi importante.” Décio Freitas jamais fez pesquisa documental sobre o escravismo rio-grandense. (FREITAS, 1977, 15).

Esses trabalhos são extremamente significativos por explorar de forma fundamentada as características particulares das diferentes regiões onde, como foi possível perceber, o trabalhador escravizado esteve inserido. Desta forma, vão se elucidando outras regiões com suas características próprias. Os movimentos gerados a partir das relações comerciais estabelecidas entre o extremo sul e as regiões do Sudeste brasileiro promovem impulso povoador ao longo do trajeto percorrido pelas tropas.

2.4 AS FEIRAS DE GADOS E AS ECONOMIAS ASSOCIADAS

O deslocamento de gados do Sul para as regiões centrais do Brasil estão associados sobretudo ao abastecimento das regiões auríferas. Este deslocamento de animais proporcionou o estabelecimento de diversas feiras próprias para a comercialização dos animais. A mais importante para a Região Sul, foi a feira de Sorocaba. A concentração dos animais para o comércio nas feiras dependeu da sua condução através dos distantes territórios. Função econômica paralela e muito importante desempenhada pelo tropeiro ou condutor de tropas. (SILVA: 2003, 79 *et seq.*).

Sobre esta atividade, Roberto Simonsen escreveu que Cristovão Pereira, tropeiro paulista, “abriu caminho direto pelo interior, ligando os campos de Curitiba, através das coxilhas rio-grandenses, até as margens do Prata.” (1978, 175). Observou ainda que estes tropeiros devido ao longo trajeto estabeleciam diversos pontos de paragens. O trajeto percorrido pelas tropas incluiu outras regiões nessa economia. As regiões dos Campos de Curitiba e Campos Gerais paranaenses converteram-se em importante parada de tropas, antes de atingir a grande feira de Sorocaba. (SILVA: 2004, 70 *et seq.*; LENHARO: 1979).

O comércio também representou importante forma de arrecadação de impostos pela Coroa portuguesa. Pois reunia em um mesmo local, comerciantes do Norte, Nordeste, Centro e Sul do Brasil. Roberto Simonsen assinalou que uma mula vinda do Sul em 1820, valia 3\$500. A Coroa controlou a comercialização desses animais a partir dos pontos destinados à arrecadação dos impostos, nas passagens obrigatórias pelos Registros de tropas.

Além do alto valor de comércio das mulas, Roberto Simonsen observou que os impostos sobre os animais tropeados eram arrecadados indiscriminadamente. Tanto no trajeto até a feira, quanto na condução para a região dos compradores. Pagando direitos em quantos registros passassem. Destacou também ser esta uma importante forma de captação de recursos nas regiões de comércio e trânsito desses animais. Tanto que “houve vários anos em que a maior renda da Capitania de São Paulo provinha dos registros do Rio Negro, Guarapuava e Sorocaba”. (1978, 177).

Celso Furtado referindo-se ao vulto econômico baseado no comércio de animais vindos do Sul observou que:

A cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região. Esses animais se concentravam na região de São Paulo onde, em grandes feiras, eram distribuídos aos compradores que provinham de diferentes regiões. Deste modo, a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país. (FURTADO: 1980, 77).

O autor observou as relações comerciais entre diferentes regiões como um processo econômico integrador, a partir do abastecimento da região de Minas. Considerando esse contexto, é possível observar a condição de regiões com isolados núcleos criatórios, como no caso do Paraná. Nessas áreas, os pequenos núcleos expandiram-se principalmente em decorrência da economia tropeira. Esta economia

incentivou a expansão da criação e das áreas de invernagem de gados, além do comércio local.

Caio Prado Junior assinalou que era de longa data a introdução de gados no Paraná, nos Campos Gerais ou nos Campos de Curitiba. Esses gados serviam principalmente para o “abastecimento de São Paulo e do Rio de Janeiro.” (1999, 203). Tendo seus principais núcleos urbanos impulsionados pela criação e invernagem de gados vindos do extremo Sul, as regiões do denominado Paraná Tradicional, se caracterizaram pela predominância da atividade pastoril.

Como qualquer outra região, as áreas paranaenses possuem suas características sociais e econômicas próprias, determinadas por sua formação comunitária inicial. Apesar das peculiaridades locais, o desenvolvimento econômico e social deu-se a partir da exploração da mão de obra escravizada, empregada em diferentes setores da economia.

3 ECONOMIA PASTORIL E CATIVOS NO PARANÁ

3.1 CONHECENDO O TERRITÓRIO

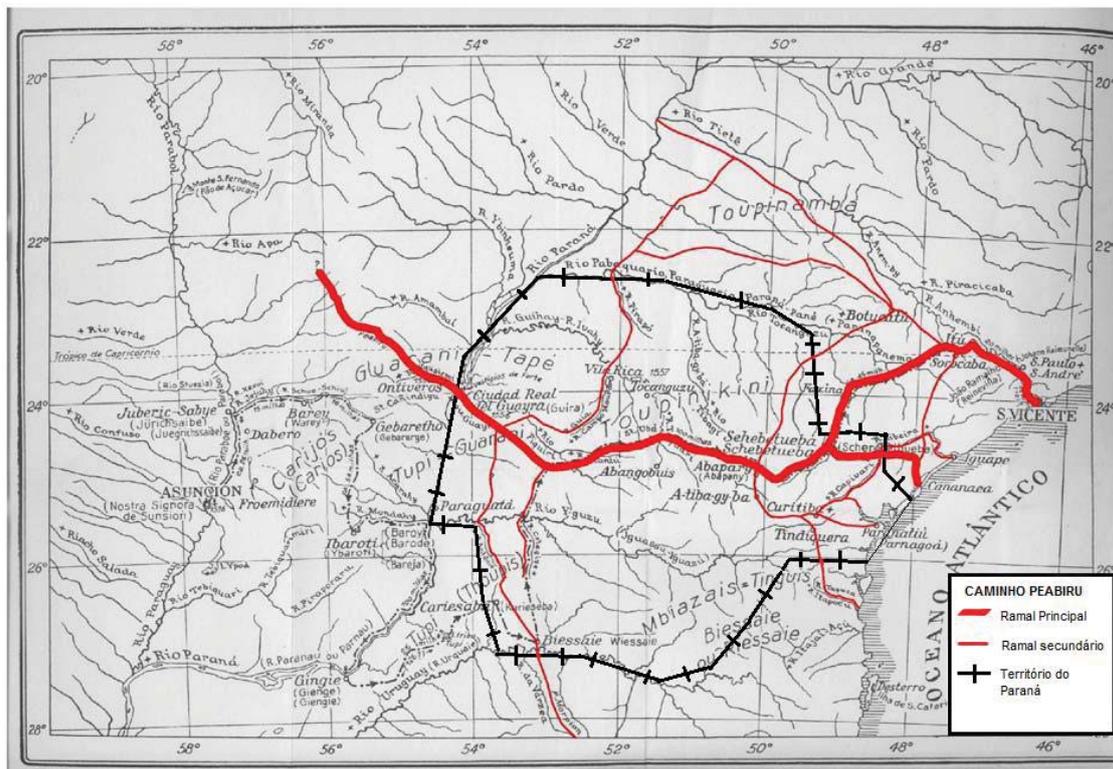
A fixação de colonos nos territórios do atual Paraná relaciona-se diretamente com as atividades mineradoras e pastoris. Essas atividades foram muito expressivas durante os séculos 18 e 19. Torna-se importante observar que estas áreas são percorridas por frentes exploratórias, que buscavam minas e a escravização de nativos, desde o século 16. Durante a maior parte do período colonial, os relatos historiográficos evidenciam a pouca expressão exercida pela Capitania de São Vicente e São Paulo sobre a economia colonial brasileira. (ABREU: 1960; CALÓGERAS: 1967).

Esta condição é atribuída principalmente ao fraco desempenho das atividades agrícolas nessas áreas. Este fator torna-se determinante na ação dos paulistas sobre a exploração dos sertões. Favorecidos por uma série de caminhos terrestres e fluviais, antes utilizados pelos povos americanos que ocupavam todas estas áreas. Motivados pela escravização destes povos e pela procura de ouro e prata, “tornaram-se os senhores das atividades de apresamento” encontrando nela o seu lucro. (BALHANA; EL-KHATIB: 1969).

Estes caminhos utilizados pelos exploradores paulistas serão primeiramente descritos e percorridos por aventureiros como Aleixo Garcia, Ulrich Schmidel, Francisco Chaves e Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. Segundo a autora de *Geografia e História do Paraná*, Luiza Pereira Dorfmund, o naufrago Aleixo Garcia, preso à costa do Atlântico na altura de Paranaguá e São Francisco do Sul (SC), foi o primeiro europeu a percorrer os caminhos utilizados pelos nativos, em direção ao interior. (DORFMUND: s.d.).

Ainda de acordo com Luiza Pereira (s.d. 95), seguindo o caminho de Peabiru, Aleixo Garcia “parte com mais quatro portugueses, seus companheiros, e grande número de índios pela referida trilha, atravessando o território paranaense, na direção Oeste”, atingindo os rios Paraná e Paraguai. Luiza Pereira observou que este aventureiro veio para a América do Sul com a frota de João Dias de Solis, que teria atingido o Rio da Prata em 1512.

MAPA 1 - Caminho de Peabiru e seus ramais sobre mapa do Paraná - século 20



Fonte: BARROS, Mirian Vizintim Fernandes; Colavite, Ana Paula. *Geoprocessamento Aplicado a Estudos do Caminho de Peabiru*. Revista da Anpege, Dourados, v. 5, n. 5, 2009. Disponível em: <www.anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/41/pdf-mm> Acesso em: 12 out. 2013. (Adaptado)

A partir do Mapa 1, é possível visualizar a distribuição dos caminhos construídos pelo homem americano. A projeção deste mapa sobre os caminhos posteriormente oficializados pelos colonos reflete a importância dessas rotas para que fossem determinados os melhores trajetos para o deslocamento. Quando analisamos as rotas de ligação com as regiões sul do território do Brasil, aumenta ainda mais sua importância, pois em relação aos caminhos, essencialmente comerciais, ligados ao transporte de gados, podemos perceber poucas variações em relação aos trajetos originais.

Evidenciando o conhecimento desses caminhos por parte dos colonos, desde os tempos mais remotos da exploração daquele território, outro nome de destaque é o de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca. Entre os anos de 1541 e 1542, realizou viagem por terra percorrendo extenso caminho entre o litoral de Santa Catarina e Assunção no Paraguai. Estes caminhos seriam utilizados na comunicação entre São Vicente e Assunção por quase um século. Mesmo com as proibições estabelecidas por espanhóis e lusitanos. (ABREU: 1960).

O trânsito por tais caminhos é observado com precauções, principalmente devido às indefinições das fronteiras. Baseado no Tratado de Tordesilhas, nesse período, a região do Oeste paranaense está sob o domínio da coroa espanhola, ligado a governança do Paraguai. Assim, buscando assegurar seus domínios, os espanhóis avançaram sobre este território, onde fundaram vilas e cidades. Luiza Pereira afirmou que em

1554, Domingos Iralla, ajudando o cacique Guairacá (de onde vem o nome - Guairá) contra o ataque de outros índios, decidiu fundar a cidade de Ontiveros, no rio Piquiri, o que foi feito em 1555 pelo capitão Rodrigo Vergara. Abandonada pela população em 1557, foi mudada a vila, com a denominação de Ciudad Real del Guairá, à margem do rio Paraná. Em 1567, (1576), foi fundada por Rui Dias Melgarejo [...], a Vila Rica do E. Santo, na foz do rio Corumbataí, à margem esquerda do Ivaí. (DORFMUND: s.d. 99).

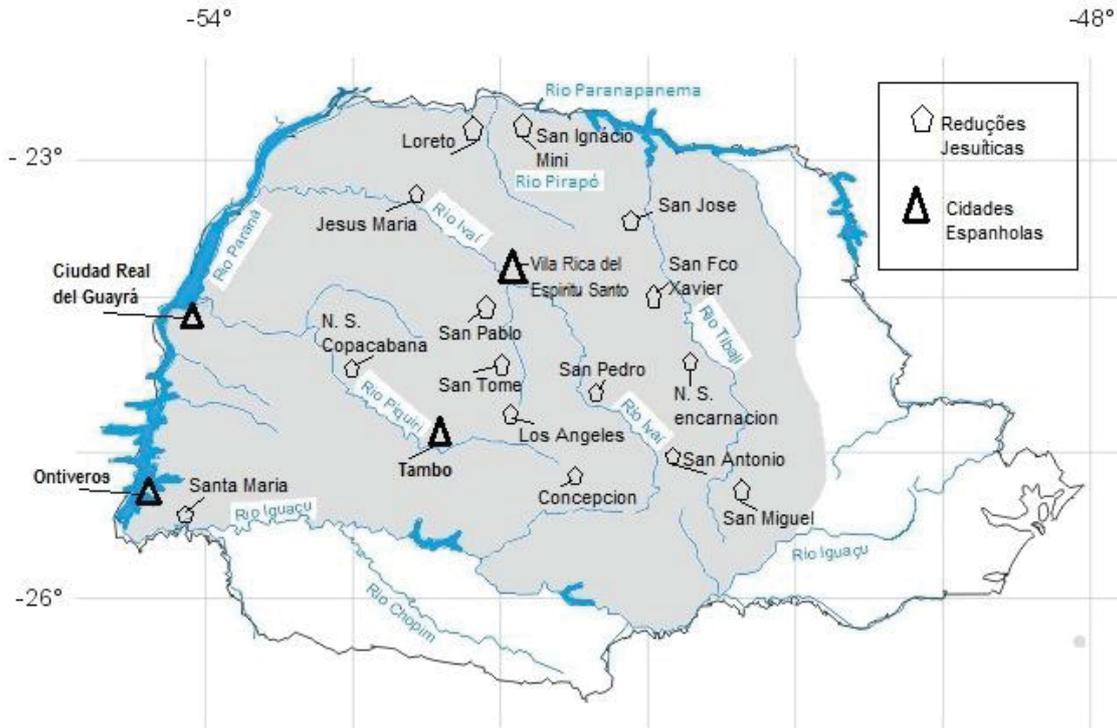
As iniciativas de promover estas formações sociais são atribuídas também à Álvaro Núñez Cabeza de Vaca que projetou a fundação da Província de Vera neste local, não chegando a concretizá-la. Esta ação colonizadora de “Iralla”, então governador do Paraguai, pode ser vista não apenas como uma forma de garantir a posse desta área mas, principalmente, para assegurar o domínio sobre aqueles caminhos, que levariam facilmente os aventureiros paulistas às minas do Potosi, exploradas desde 1545. (BALHANA; EL-KHATIB, 1969, 43-49).

No contexto deste período, de disputa territorial e grande necessidade de braços para o trabalho, os objetivos dos colonizadores foram além de assegurar a posse do território e proteger as minas. Suas ações visaram também garantir o domínio sobre os povos americanos que habitavam essas áreas, visando a exploração de sua mão de obra. Uma dominação que não se deu de forma pacífica.

Em fins do século 16 e início do século seguinte, durante a governança de Hernando Arias de Saavedra (Hernandarias), as tropas que investiram contra as comunidades americanas estabelecidas nessas áreas, enfrentaram forte resistência. Em consequência, o governador “recomendaria ao rei Felipe III, fosse confiada a sua pacificação e conversão aos missionários jesuítas”. (1969, 48).

Em 1608, aquela proposta seria aceita, quando, por determinação de Carta Régia, foi criada a Província del Guairá que se estendeu na direção do Atlântico. Este movimento promoveu o agrupamento das comunidades nativas, e formou reduções, vilas e cidades.

MAPA 2 - Formações sociais espanholas nos territórios paranaenses



Fonte: Mapa da hidrografia do Paraná adaptado, baseado no modelo elaborado por Breno Klamas Disponível em: <www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=223> <<http://www.probst.pro.br/guaira.php>> Acesso em: 30 de set. 2013.

Em consequência da intervenção jesuítica, os espanhóis estenderam seus domínios sobre a maior parte do território paranaense. As áreas correspondentes ao oeste, norte e regiões centrais foram ocupadas pelas reduções e cidades espanholas sob a administração dos jesuítas. Essa forma de administração, nas regiões em que existiu, seja portuguesa ou espanhola, gerou um conflito interno ao tentar controlar a ação do colono escravizador sobre as comunidades nativas. (STECA; FLORES: 2002).

Limitados pela ação dos padres jesuítas, os colonos espanhóis presentes na Província del Guairá, resistem à ação reducionista dos religiosos. Mesmo assim, essas formações sociais constituem núcleos relativamente estáveis e organizados.

As Reduções foram organizadas na base de vida comunitária. Suas atividades econômicas foram principalmente aquelas relacionadas à coleta de erva-mate que os padres exportavam, divulgando o uso da erva do Paraguai entre os espanhóis do Prata. Tinham plantações de mandioca, milho e outras, praticando lavouras coletivas. As terras eram todas, aliás, de uso comunal. A criação de gado era, por sua vez, realizada no regime do compáscuo. (BALHANA; EL-KHATIB: 1969, 51).

Observação importante neste relato foi a de introdução e criação de gado *vacum* nas áreas de Guairá. Uma prática ligada aos processos de ocupação territorial jesuítica observada de forma semelhante nas reduções de Itatim, nas missões paraguaias do atual Mato grosso do Sul. E também, nas reduções do Tape, no Rio Grande do Sul. A semelhança na prática introdutória de gado em Guairá, não resulta da mesma forma na disseminação desses gados como ocorreu nas regiões de Itatim e Tape.

De acordo com a importante pesquisa do historiador sul-mato-grossense Paulo Marcos Esselin (2011), a presença do gado bovino nas regiões pantaneiras sul-mato-grossenses, originalmente deriva das rezes introduzidas pelos jesuítas do Itatim. Estes gados teriam sido abandonados na fuga dos jesuítas depois das investidas dos paulistas sobre estas áreas. Livres na natureza multiplicaram-se, formando grandes manadas. (BRAZIL: 2009, 219-250).

Do mesmo modo, no Rio Grande do Sul, foi decisiva a participação das missões jesuítas no processo de introdução desses gados e formação de rebanhos. As reduções formadas pelos padres jesuítas nas regiões sulinas são responsáveis pela introdução da maioria dos gados que se procriaram selvagens nas planícies do Sul. Estes gados derivam de processo igual ao ocorrido nas regiões de Itatim e Guairá. São abandonados após as investidas dos paulistas sobre as regiões missioneiras. (GOULART: 1966, 21-55; PRADO JUNIOR: 1999, 189; SIMONSEN: 1978, 145-201).

O caso ocorrido em Guairá é distinto dos demais pelo fato de o gado não ter se disseminado na vida selvagem. Apesar de não haver estudos específicos sobre este fato, e mesmo sobre a quantidade de gados introduzidos em Guairá, podemos deduzir que a não proliferação destes gados, deve-se as características diferenciadas em relação ao Sul de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Provavelmente desfavorecido pelas características da vegetação e clima, estes gados não se reproduziram da mesma forma.

A tentativa inicial de colonização e introdução de gado *vacum* na região paranaense foi interrompida pela ação dos paulistas. Apesar da relativa organização jesuítica a província do Guairá terá existência curta. Aquelas áreas estavam constantemente ameaçadas “pela animosidade e oposição dos espanhóis, e pela guerra aberta movida pelos paulistas.” (BALHANA; EL-KHATIB: 1969, 53) Desde o início do século 17, expedições paulistas intensificam suas ações no sentido das reduções do Guairá.

Roberto Simonsen observou que o aumento das atividades de apresamento pode ser relacionado à necessidade de trabalhadores escravizados para o funcionamento

dos engenhos da Bahia. O autor afirma que nesse início de século, o fornecimento de cativos de origem africana para o trabalho nos engenhos que já era precário, foi agravado pelas “guerras holandesas.” (1978, 218).

De outra forma, John Manuel Monteiro observou que a ação dos paulistas sobre o Guairá estava mais relacionada ao desenvolvimento da economia do planalto (paulista) do que com a falta de mão de obra no litoral açucareiro. Afirmou ainda, que o suposto fornecimento de cativos para a Bahia, em decorrência das guerras contra os holandeses, além de estar deslocado cronologicamente em relação às expedições sobre o Guairá, pode ser “aspecto conscientemente distorcido pelos jesuítas da época”. (1994, 76-77).

De acordo com este autor, essas distorções classificavam a ação dos paulistas como ilegal ao apontar a comercialização de nativos não obtidos por guerra justa, o que era expressamente proibido, contribuindo para a causa jesuítica na disputa com os colonos pela exploração dos nativos. (MONTEIRO: 1994, 76-77).

Neste contexto, durante a primeira metade do século 17, expedições paulistas percorreram as regiões do interior do atual Paraná, devastando as aldeias, cidades e reduções. Em *Formação histórica do Brasil*, João Pandiá Calógeras escreveu que as “reduções jesuíticas colônias de indígenas dominadas e regidas pelos filhos de Santo Inácio iam sendo destruídas aos poucos e constrangidas a remover-se”. (1967, 28).

O evento fatídico para as reduções do Guairá foi deflagrado em 1628, quando Manuel Preto e Raposo Tavares investiram de forma mais intensa sobre as formações sociais existentes nestas áreas. Uma ação que objetivava escravizar as populações nativas e expulsar os jesuítas para além das margens do rio Paraná. (SIMONSEN: 1978, 211). Na coleção *História do Paraná* (2001, 20-21), o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos escreveu que:

Em 1629, os estabelecimentos jesuíticos foram completamente destruídos, com exceção de N. S. de Loreto e Santo Inácio, que estavam situados mais ao norte, isto é, fora da vasta região mais povoada. Em 1632, Vila Rica e Cildad Real, que resistiam ainda à invasão paulista, foram abandonadas por seus habitantes. Segundo R. MARTINS, “60.000 foi o número de índios escravizados e levados aos mercados de São Paulo, sendo que tal oferta ocasionou queda no preço por “peça”, que de 100\$000 baixou a 20\$000”. Toda essa “empresa” paulista ocasionou um sensível recuo das pretensões de expansão espanhola rumo ao Atlântico, representada pelas reduções. Por outro lado, a escassez de mão-de-obra indígena e a sua ausência de metais preciosos explicam o fato do ocidente do Paraná ter sido abandonado até mesmo pelos paulistas. (SANTOS: 2001, 20-21).

Na sequência dos ataques contra as instalações jesuíticas espanholas da Província del Guairá, os paulistas avançam com suas bandeiras investindo contra a “povoação de itatines no Sul de Mato Grosso”, destruindo também a “povoação espanhola de Santiago de Xerez”. Nestas investidas, percorrem os caminhos rumo ao sul, atingindo em 1636, as “missões dos Tapes e do Uruguai”. (SIMONSEN, 211).

Ao analisar este conjunto de acontecimentos relacionados à formação histórica paranaense, é possível destacar um processo inicial de colonização desses territórios, no sentido oeste/leste. Esse avanço colonizador frustrado pela ação dos paulistas determinou um período de gradativo abandono daquelas áreas pelos colonos espanhóis e lusitanos. Uma observação que deve levar em conta os contextos socioeconômicos que se desenvolviam em outras regiões brasileiras.

Contudo, as investidas dos paulistas na direção sul asseguraram a posse dessas áreas, que gradualmente se integraram à economia colonial. Nas regiões paranaenses seguiu-se um período de gradativa redução das atividades para o interior. Com o fim da União Ibérica (1640), acentua-se a rivalidade entre lusitanos e espanhóis pelas regiões de fronteira. Os caminhos antes percorridos nos dois sentidos foram aos poucos abandonados.

As atividades em território paranaense agora estão singelamente concentradas no litoral. E, dada a conjuntura de intensa busca por metais e pedras preciosas, a mineração se converteu em marco decisivo na fixação de colonos à terra; formando, a partir desses fatores, comunidades empenhadas na exploração econômica das áreas paranaenses.

3.2 FATORES ECONÔMICOS PARA FIXAÇÃO DAS PRIMEIRAS COMUNIDADES PARANAENSES

Decorrente das expedições realizadas pelos paulistas ainda no século 16, a presença de indivíduos europeus nas áreas correspondentes ao litoral paranaense pode ser percebida desde muito cedo. No entanto, a fixação de quantidade significativa de indivíduos e a formação das primeiras comunidades permanentes só acontecem a partir do deslocamento populacional minerador e pastoril. (SANTOS: 2001; DORFMUND: s.d.).

É atribuída a Gabriel de Lara a descoberta ou a legalização da primeira mina em Paranaguá, registrada em 1649. A exploração dessas minas, ainda que pouco

expressivas economicamente e de vida produtiva curta, foi fator responsável pela modificação da paisagem litorânea e das áreas encontradas na transposição da serra. Sobre este período, Carlos Roberto Antunes escreveu que

As minas de Paranaguá fornecem ouro durante um certo tempo, o que justifica a instalação, em 1649, de uma fundição, destinada ao controle da produção e da cobrança do quinto exigido pela Metrópole. Pouco antes, em 1648, Gabriel de Lara requer ao Rei de Portugal a elevação do povoado à categoria de Vila. Em 6 de janeiro de 1649, depois de efetuadas as eleições, foi instalada a Vila de Paranaguá, a primeira estabelecida no Paraná. [...]. O estabelecimento de habitantes nos campos de Curitiba originou, inicialmente, a fundação do povoado de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Mais tarde, 1693, foi criada a Vila de Curitiba. (SANTOS: 2001, 23).

Partindo destas observações, é possível associar às atividades mineradoras a instalação das primeiras comunidades lusitanas de exploração. Aquelas atividades em conjunto com outros fatores como a agricultura e a criação de gados, possibilitaram a fixação de organizações sociais embrionárias da comunidade paranaense. Estritamente ligados ao ciclo econômico baseado nas atividades mineradoras, estes grupos sociais iniciam suas atividades locais dependentes da força de trabalho do nativo escravizado. Tratava-se, como sempre, de rentabilizar uma atividade, não de *colonizar* territórios.

A escravização dos nativos americanos foi uma característica associada à prática disseminada entre aqueles ocupantes e a conhecida precariedade econômica dos colonos paulistas. O historiador Horácio Gutierrez (2006, 101) escreveu que “o afluxo ao Paraná dos primeiros escravos de origem africana deveu coincidir com a fundação em 1648 de Paranaguá.” Esta observação é importante por evidenciar a participação histórica do cativo de origem africana nos primórdios da formação paranaense. A presença destes trabalhadores será percebida em maior número a partir dos séculos 18 e 19.

As minas do Paraná produziram por um período muito curto, levando esta organização social a uma estagnação econômica, acentuada pelas descobertas de ouro em Minas Gerais e Mato Grosso. O que determinou, a migração de parte destes exploradores, para as regiões auríferas mais produtivas. Este fato, fortaleceu a relação das pessoas que permaneceram nestas áreas, com a exploração dos campos através da criação de gados.

Este período de estagnação, iniciado na segunda metade do século 17, só vai começar a se reverter no início do século 18. Em seu estudo da história agrária do Paraná, o autor paranaense Brasil Pinheiro Machado destacou que

Nos princípios do século XVIII, com a concentração de mineradores em Minas Gerais, a crescente dificuldade de abastecimento fez com que o governo de São Paulo apelasse para o gado que os curitibanos criavam nos seus campos, [...]. Incentivados também pelos altos preços que o gado conseguia nas minas (7), a criação nos campos paranaenses se desenvolveu, e a comunidade, com êsse comércio, encontrou a função com que iniciou o caminho de sua integração na estrutura econômica brasileira. (MACHADO: 1962, 134).

Foi a partir do desenvolvimento da atividade criatória que ocorreu a expansão da comunidade paranaense. A inclusão dessa região na economia colonial foi proporcionada pelo comércio de gados, ligado às áreas de mineração. Possibilitando, segundo Carlos Roberto Antunes, a manutenção e utilização da mão de obra escravizada nas fazendas. “Nesse período, a escravidão indígena ainda existia, mas o escravo negro constituía a grande maioria.” (SANTOS: 2001, 31).

Os cativos ainda existentes nestas áreas, antes empregados na mineração, migraram para as atividades pastoris, num processo de transição de atividades que não se restringiu apenas a essa região, quando da decadência da mineração. Os moradores proprietários que permaneceram nestes locais, direcionaram a exploração da força de trabalho que dominavam, para a atividade pastoril e tropeira. Introduziram-se aos poucos no comércio de gado vacum, muar e cavalar, fornecendo para as regiões mineradoras. Esta relação foi estabelecida através do comércio realizado nas feiras, onde ocorria a concentração de vendedores e compradores de animais vindos de diferentes regiões da colônia. (GOULART: 1966; PRADO JUNIOR: 1999; SIMONSEN: 1978).

O Paraná estava inserido neste circuito comercial por constituir-se em caminho de passagem obrigatória do gado trazido dos campos sulinos para São Paulo. A economia paranaense passou nesse período a se fortalecer na criação e invernagem de gado. O que não excluiu o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Iniciaram-se em meados do século 18, atividades em torno do comércio da erva mate, que atingiu seu auge econômico apenas no século 19. (BALHAMA; WASTPHALEN: 1976; LINHARES: 1969, 123 *et seq.*).

A produção de erva mate no Paraná estava concentrada na região de Curitiba, totalmente dependente do porto de Paranaguá. O mercado de interesse comercial deste produto era a região do Prata. Nesse período, aquela região estava abastecida pela produção ervateira das missões jesuíticas. “Esse predomínio das exportações jesuíticas,

aliado à produção paraguaia, impediu por quase um século a expansão da exportação paranaense de mate em direção ao Prata.” (SANTOS: 2001, 31).

Alguns fatores como a expulsão dos jesuítas (1767), a abertura dos portos do Brasil no início do século 19, e o colapso da produção e exportação paraguaia – sobretudo entre 1816 e 1825 durante o processo de reordenamento de sua política interna sob o governo francista - possibilitaram um período de ascensão econômica do mate no Paraná. (MAESTRI: 2013b). Carlos Roberto Antunes destacou que o cativo de origem africana constituiu parte importante desse processo produtivo. Os engenhos de erva mate produziram com base no trabalhador escravizado e livre. A participação de trabalhadores escravizados pode ser destacada na extração da erva mate, no transporte para o litoral, e no seu beneficiamento. (SANTOS: 2001, 36-46).

Apesar da representatividade econômica sobre os produtos de exportação paranaense, o comércio da erva mate enfrentou forte concorrência, fortalecida principalmente, pelas dificuldades de comercialização do produto nos mercados platinos. Desta forma, a economia pastoril constituiu-se como a base do desenvolvimento paranaense, acentuado a partir do tropeirismo. As autoras Lucinéia Cunha Steca e Mariléia Dias Flores em *História do Paraná* (2002), escreveram que

Foi criado um projeto, em 1720, por Bartolomeu Pais de Abreu, sesmeiro dos Campos de Curitiba, de abrir-se uma estrada de Curitiba até a Colônia de Sacramento, na região do Prata. Aberta por Francisco de Souza Faria, ela saiu de perto de Laguna (SC) em 1728 e chegou a Curitiba em 1730. Este mesmo traçado foi ampliado pelo sertanista português Cristovão Pereira de Abreu, abrindo o caminho desde os Campos de Viamão (RS) passando pelos Campos de Lages (SC) ingressando no território paranaense, após atravessar o Rio Negro, dos Campos da Lapa para os Campos Gerais de Curitiba. O novo traçado, que partia dos Campos de Viamão, recebeu o nome de Estrada do Viamão. (STECA; FLORES: 2002, 19).

Com a abertura do Caminho de Viamão, as atividades pastoris efetivamente se difundiram na economia paranaense. Essa difusão refletiu no aumento de propriedades surgidas ao longo deste caminho, incentivando também a abertura de novas áreas para criação e invernagem dos gados no interior. Ao estudar *As Sesmarias do Paraná no Século XVIII* (1980), a historiadora Marina Lourdes Ritter observou um processo dinâmico de distribuição de terras nessas áreas, com a formação de grandes latifúndios identificados como “fazendas” e, no seu entorno, o estabelecimento de pequenas propriedades, identificadas como “sítios”.

Estas grandes propriedades foram entregues ou convertidas em áreas “para a criação de gado e estabelecimento de invernadas, tão importante quanto os sítios, que contribuíram para o abastecimento local”, principalmente na rota dos tropeiros. (RITTER: 1980, 207). Com a expansão das propriedades pastoris, é possível acompanhar também a significativa disseminação dos trabalhadores escravizados nessas áreas.

Em censo referente à Capitania de São Paulo para o ano de 1772, propõe-se população paranaense composta por 7.627 habitantes, entre os quais aproximadamente 22% eram cativos. (SANTOS: 2001, 33). Em quadro demonstrativo da propriedade rural no Paraná, para 1818, Marina Lourdes Ritter apresentou os seguintes dados.

Tabela 3 - Demonstrativo da propriedade rural no Paraná - 1818

Cidade - Vila	Total de fazendas	Total de cativos	Total de agregados	Total de proprietários não residentes	Ext. máxima (braças)	Forma de aquisição
Antonina	221	612	58	12	300	compra
Morretes	43	107	20	2	500	compra
Guaratuba	101	111	15	6	200	posse
Paranaguá	429	675	114	32	3300	posse
Curitiba	512	445	165	7	5000	compra
São José	205	206	57	5	3000	herança
Campo Largo	146	314	99	3	15000	herança
Lapa	182	393	110	64	9000	?
Castro	231	571	130	42	12750	?

Fonte: RITTER, Marina Lourdes. *As Sesmarias do Paraná no Século XVIII*. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980. 206.

A partir deste quadro, é possível observar um grande número de propriedades em que os cativos estavam distribuídos de forma irregular. Se dividirmos a quantidade de cativos pela quantidade de propriedades apresentadas por área, verifica-se que algumas não possuem trabalhadores escravizados e as que possuem mais, não chegam a três por propriedade. No entanto, é preciso considerar a distribuição irregular entre as

propriedades e a baixa densidade de trabalhadores nas regiões de economia pastoril, predominantes no Paraná.

Em *O escravismo colonial*, ao tratar do escravismo na pecuária, Jacob Gorender faz importante diferenciação dessa atividade em relação ao trabalho na atividade canavieira e cafeeira. No contexto pastoril, a “mão de obra para rotina produtiva é reduzida: grandes fazendas não carecem de mais que 15 ou 20 homens de trabalho.” (2010, 250).

A distribuição dessa mão de obra, observada na Tabela 3, deve ser analisada a partir das necessidades econômicas apresentadas em cada uma das propriedades, considerando-se também a dimensão da área produtiva e, no caso das áreas de criação, a quantidade de animais a ser pastoreado. No caso do Paraná, não podemos deixar de considerar igualmente o caráter social representado pela posse do cativo. A aquisição do trabalhador escravizado, em determinados períodos e situações, podia ser vista como forma de entesouramento mais do que como sinônimo de riqueza e poder, como comumente proposto. (IANNI: 1962; RITTER: 1980; SANTOS: 2001).

O impulso econômico gerado pela expansão das propriedades pastoris continuou durante o século 19. As regiões que primeiro dedicaram-se à criação de gado *vacum*, aos poucos se converteram em áreas de repouso para o gado vindo de outros campos. Nas regiões colonizadas tardiamente já na primeira metade do século 19, com destaque para Guarapuava e Palmas, ocorreu a concentração das grandes propriedades de criação.

3.3 POVOS NATIVOS HISTORICAMENTE SUBESTIMADOS

Ao iniciar esta seção, na qual tratamos parcialmente sobre a relação entre colonizadores e a população nativa nos campos de Palmas e Guarapuava, consideramos importante relembrar as observações de Jacob Gorender destacadas no início deste texto. Este autor escreveu que o primeiro problema que se apresenta ao estudioso do escravismo colonial no Brasil é a oposição entre portugueses e nativos, nas condições históricas de então. (GORENDER: 2010). Desse modo, ao observar a constituição do espaço físico e social dessa região, não podemos deixar de considerar estas relações e suas consequências.

Já destacamos no texto, a importância do uso e a necessidade de revisão, de certos termos linguísticos utilizados para legitimar convenções e converter ações

econômicas, política e militares, de pouco ou nenhum caráter humano, em acontecimentos rememorados pela sociedade. Muitas vezes, são lembrados como sendo os mais heróicos e honrados atos, e nessa perspectiva, é interessante o uso do termo *povoar*. (FERREIRA: 2005, 646).

Certamente é contraditório o significado desta palavra quando observada no contexto expansionista do período colonial e imperial do Brasil, que não raro, resultou em despovoamento das regiões envolvidas, com o afastamento ou dizimação de suas comunidades nativas. Esta contradição pode ser observada no conteúdo da Carta Régia de 1809, emitida pelo príncipe regente D. João quando aprova “o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios bárbaros que infestam aquelle território”. (COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL [CLB] <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2014).

Considerando o sentido literal da palavra, a ordem em si é contraditória, por autorizar a povoação de uma área já habitada. (FERREIRA: 2005, 646). No entanto, fica claro que o uso desses termos não constitui desconhecimento ou mesmo descuido por parte de quem redigiu a ordem, quanto ao seu real significado. Trata-se antes, de afirmar, expor a condição de superioridade em que se colocavam o conquistador branco europeu ou mestiço inculcado de tal posição *civilizadora*, em relação aos povos nativos. Tratava-se de envolver aquelas regiões na exploração mercantil, em proveito das classes dominantes lusitanas e luso-brasileiras. (MARCHANT: 1980).

Entre os colonos, e especialmente entre os colonos paulistas, era vital a manutenção de presunçosa superioridade étnica, social e religiosa como pressupostos facilitadores da exploração das comunidades nativas. Embora a ação destes exploradores estivesse condicionada também a uma boa relação diplomática com a Coroa. Tal relação foi necessária para transpor obstáculos como a resistência dos nativos à dominação, a oposição jesuítica e o posicionamento ambíguo da Coroa lusitana em relação à população nativa. (MONTEIRO: 1994, 130).

Assim, observamos que as práticas de apresamentos, entradas e expedições para a captura e escravização de trabalhadores nativos, necessitaram da *complacência* da Coroa. Nesse sentido, podemos concluir que essas atividades foram realizadas de forma associada aos objetivos políticos e econômicos da Coroa portuguesa.

Da mesma forma, o avanço sobre novas áreas de exploração, e principalmente sobre áreas habitadas por grupos de nativos com relativo contingente populacional, não

se deu sem uma justificativa política e economicamente adequada. Assim, analisando o avanço e tomada dos Campos de Guarapuava e posteriormente os Campos de Palmas, sob esta perspectiva, fica claro que esteve associado a duas justificativas principais, que legitimaram a ação e os investimentos. Sendo os motivos geopolíticos e econômicos. (BALHANA; EL-KHATIB: 1969; HEINSFELD: 2007).

As questões geopolíticas que legitimaram as entradas e expedições nesses campos estavam relacionadas às necessidades de estabelecer limites em uma região que poderia ser facilmente acessada pelos rivais espanhóis. Naquele período, fatores políticos externos e mudanças administrativas significativas instauradas pelas reformas pombalinas promoveram certa apreensão sobre o destino daquelas regiões. (HEINSFELD: 2007).

A instabilidade dos tratados delimitadores das fronteiras, característicos do período pombalino, como o Tratado de Madri de 1750, e o de Santo Ildefonso 1777, demonstram um acirramento da rivalidade entre lusitanos e espanhóis. Uma disputa concentrada principalmente nas regiões do Extremo Sul, mas que teve reflexo em todas as regiões de fronteira. (HEINSFELD: 2007, 31-76).

Ainda no século 18, sob a administração do então primeiro ministro de Portugal o Marques de Pombal foram realizadas algumas expedições procurando estabelecer domínios sobre os Campos de Guarapuava. (FAUSTO: 2009, 109). Nesse período, a principal expedição foi realizada entre 1770 e 1771, “chefiada por Afonso Botelho, sobrinho de Morgado de Mateus, pretendia subjugar os indígenas obtendo a garantia de sua fidelidade e fazendo com que se tornassem guardiões das fronteiras das terras meridionais do Brasil.” (WEIGERT: 2010, 13).

No entanto, a expedição que ergueu acampamento nos campos de Guarapuava em dezembro de 1771 não conseguiu realizar tal objetivo. Atacada por um grupo de nativos em 8 de janeiro de 1772, fato que surpreendeu os soldados e principalmente o tenente-coronel Afonso Botelho, fez com que no dia 11 de janeiro, o comandante e suas tropas se retirassem dos referidos campos. (TAKATUZI: 2005, 28-32).

Este acontecimento foi uma espécie de divisor de águas, pois contribuiu para aumentar o apelo militar contra as comunidades nativas dessas áreas, acentuado, principalmente após Afonso Botelho haver caracterizado esses povos como sendo extremamente belicosos. Ao mesmo tempo, podemos considerar que esta ação de Botelho proporcionou maior visibilidade sobre a participação e influência das comunidades nativas na configuração social de toda essa região de campos.

A imagem da população nativa difundida por Afonso Botelho conformou às impressões que a administração colonial passou a ter sobre o nativo dessas áreas. Para compreender o estabelecimento de tais impressões é oportuna a observação crítica das tentativas de contato com os nativos empreendidas pelos colonizadores. A técnica de aproximação com os nativos, empregada por Afonso Botelho, possibilita a visualização das práticas frequentemente repetidas pelos exploradores paulistas. Permitem igualmente observar seus desdobramentos durante o período colonial e imperial.

A historiadora Tatiana Takatuzi estudou as complexas relações estabelecidas entre os colonizadores e as comunidades nativas dos Campos de Guarapuava. Analisou os significados e possíveis interferências desses contatos na configuração e organização social dos distintos grupos, observando as relações pessoais e o envolvimento de trocas de objetos e produtos agrícolas como mediadores da comunicação. (TAKATUZI: 2005).

É fato conhecido entre pesquisadores que abordam esse tema que tais relações são conteúdo de distorções historiográficas, muitas vezes observadas por um único viés e sem a devida crítica. (MAESTRI: 2013a; MONTERIO: 1994; MARCHANT: 1980). A pouca atenção dispensada por alguns autores em compreender melhor tais relações acaba suprimindo os conflitos, ignorando a troca cultural mútua, e o inevitável efeito dessas relações sobre as configurações sociais, econômicas e políticas *a posteriori*.

Um exemplo da complexidade das relações entre os povos americanos e europeus pode ser visualizado em algumas obras já citadas anteriormente. Em *Os Senhores do Litoral*, o historiador Mário Maestri descreveu amplamente os desdobramentos das diversas etapas da ação colonizadora, em relação aos povos americanos do litoral do Brasil no século 16, que se demonstrou finalmente desastrosa para as últimas - escambo, colonização territorial, obtenção de cativos, captura de cativos, domínio do território, etc. (MAESTRI: 2013a).

Em *Do escambo a Escravidão*, o historiador Alexander Marchant observou de forma detida as relações de trocas que sustentaram a interação entre colonizadores e povos nativos em determinado período do século 16. O autor apontou que essas relações induziram os diferentes grupos nativos a trabalhar e fornecer produtos agrícolas para os colonizadores. Essas trocas certamente configuram-se como uma relação econômica, pelo menos do ponto de vista do colonizador europeu. (MARCHANT: 1980).

Para Marchant, essas relações podem ser mais bem compreendidas a partir da observação de que, passado o período de novidade dos produtos utilizados nas trocas, os

nativos não aceitaram “bugigangas”, mas sobretudo produtos úteis - machados, achas de ferro, tesouras, etc. (1980, 58). O custo dos produtos mais elaborados para os lusitanos resultou na alta do custo de vida e da mão de obra para a exploração dos territórios. “E, com o andar do tempo, tornou-se cada vez mais desejável a escravização” da população nativa. (1980, 58).

Nesse sentido, para o colonizador europeu, as relações inicialmente estabelecidas com as populações nativas da América eram definidas por interesses comuns, para ambos os lados. Ou seja, interesses econômicos recíprocos já que ambos realizavam trocas úteis, na forma de escambo.

De outra forma, na obra *Negros da Terra* John Manuel Monteiro defendeu que nas relações entre nativos e colonizadores,

[...] cada parte atribuía-lhes um sentido radicalmente distinto. A oferta de gêneros por parte dos índios não foi – como querem Alexander Marchant e outros autores subsequentes – uma simples “resposta” econômica a uma situação de mercado. Muito pelo contrário, tanto a aquisição quanto a oferta de “mercadorias” devem ser compreendidas mais em termos de sua carga simbólica do que por seu significado comercial. (MONTEIRO: 1994, 32).

Observou ainda que,

[...] o escambo ganha sentido apenas na medida em que se remete à dinâmica interna das sociedades indígenas. Longe de se enquadrarem no contexto de uma economia de mercado em formação, as relações de troca estavam vinculadas intrinsecamente ao estabelecimento de alianças com os europeus. Portanto os índios aceitaram e até promoveram semelhantes relações desde que elas contribuíssem para a realização de finalidades tradicionais. (MONTEIRO: 1994, 32).

No seu valioso trabalho, John Manuel Monteiro trabalha com a categoria economia em forma profundamente restritiva, circunscrevendo-a quase exclusivamente à esfera mercantil. As trocas entre nativos e europeus no litoral do Brasil se davam a partir de interesses econômicos diversos, devido à natureza diversa das formações sociais em contato e de seus modos de produção.

Os produtos obtidos pelos europeus eram essencialmente valores de troca, destinados à circulação comercial e à obtenção de lucro. Eram atividades que se davam no contexto da circulação do capital comercial. Destinavam-se, portanto, ao mercado. Consequentemente, quanto mais produtos obtinham, maior era a lucratividade que

alcançavam, devido à diferença dos valores dos mesmos na Europa e do custo de sua obtenção nas costas do Brasil.

Ao contrário, como demonstraram Marchat e Maestri, as *mercadorias* oferecidas pelo europeus aos americanos eram sobretudo utilíssimos bens de uso, que mais comumente substituíram ferramentas e outros bens rústicos utilizados por aquelas comunidades. Eram, portanto, bens destinados a satisfazer necessidades restritas de comunidades familiares aldeãs.

Ao obter seu machado, sua faca, sua tesoura, sua navalha, etc., o aldeão retirava-se relativamente do mercado de troca, retornando ao mesmo apenas quando recebia ofertas mais interessantes. Destaque-se que o machado de pedra, carregado de valores simbólicos nas comunidades nativas, foi trocado sem maiores crises pelo machado de ferro europeu, mais produtivo.

Como os europeus, os americanos tinham suas mais variadas práticas sociais determinadas pela luta pela reprodução das condições mínimas de subsistência que se davam na esfera econômica.

Em relação aos Campos de Palmas e aos Campos de Guarapuava, observando que foram realizadas expedições anteriores aquela de Afonso Botelho nessa mesma direção, é possível considerar que as populações nativas dessas áreas já haviam sofrido transformações internas significativas. Principalmente, em relação ao valor simbólico-prático-econômico dos objetos oferecidos como sinal de “amizade”. Essas transformações podem ter refletido diretamente no comportamento da população nativa durante o contato com Botelho.

Os rituais costumeiros empregados pelos colonos paulistas para estabelecer contato com as comunidades nativas foram aplicados por Afonso Botelho sem sucesso. E como já exposto, esse evento foi significativo para que a partir de então, os povos desses campos fossem caracterizados como extremamente bélicos, selvagens, perigosos e incapazes da submissão pacífica. (CLB: 2014). Características que justificam o teor das Cartas Régias de 1808 e 1809, onde o príncipe regente dom João declarou guerra aos nativos ocupantes dessas áreas. (CLB: 2014; TAKATUZI: 2005, 29-30).

Segundo Steca e Flores, a retração forçada da expedição de Afonso Botelho em 1772, inaugurou um período de relativo esquecimento daqueles campos. Passaram-se quase quarenta anos até que uma nova expedição fosse enviada para definitivamente, tomar posse daquele território. (STECA; FLORES: 2002, 11).

3.4 *DESINFETANDO O TERRITÓRIO*

Somente após a vinda da família real para o Brasil, em 1808, é que foram retomados os objetivos de conquista dos Campos de Guarapuava, na consecução do plano da Coroa de ampliar o domínio dos sertões. O conteúdo da Carta Régia emitida em 1809 apresentou a insatisfação com as experiências anteriores. Desta vez, com guerra declarada aos povos nativos, foi organizada uma grande estrutura para formar a Real Expedição da Conquista de Guarapuava. (CLB: 2014).

A expedição, comandada pelo coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, contava com efetivo de “200 homens armados e cerca de 100 povoadores voluntários de Curitiba” (TAKATUZI: 2005, 310), além do sacerdote curitibano Francisco das Chagas Lima. Penetraram nos Campos de Guarapuava em 1810, e logo se estabeleceram em local denominado Atalaia. Neste local, fora erguido o aldeamento de mesmo nome.

O firme propósito de estabelecer um núcleo povoador na região e a estrutura da expedição possibilitaram uma ação em outras frentes, não apenas através da guerra, mas também através da catequese. Encabeçada pelo padre Francisco das Chagas Lima o aldeamento de Atalaia buscou criar as condições para o estabelecimento dos colonos. Segundo Tatiana Takatuzi, a “instalação do aldeamento reforçava o interesse dos primeiros povoadores e fazendeiros que se instalaram nos Campos de Guarapuava, ou seja, ‘desinfetar’ o território”. (2005, 40).

Mesmo compartilhando os propósitos da expedição, os conflitos entre os colonos e o padre Chagas Lima foram inevitáveis, uma vez que o projeto religioso ia de encontro à prática de escravização dos nativos. Este conflito influenciou diretamente na escolha da área para a instalação do povoado. Divergindo da vontade do coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, o padre conseguiu, em 1819, que a Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava fosse instalada em local distante uma légua do aldeamento de Atalaia. (2005, 50).

A instalação da freguesia favoreceu o aumento da população que migrou para explorar as terras e campos da região. Com relativa estabilidade sobre a posse da terra, foi intensificado o objetivo de exploração econômica dessas áreas, almejado principalmente pelos grandes proprietários dos Campos Gerais paranaenses. Assim, a população que migrou para as novas áreas eram em sua maioria, descendentes ou

proprietários de terras e gados já estabelecidos nos Campos de Curitiba e Campos Gerais paranaenses. (TAKATUZI: 2005; SANTOS: 2001).

Nesse fluxo, juntamente com os proprietários, migraram também em maior quantidade os gados e os trabalhadores escravizados. Houve uma participação significativa do trabalhador identificado como “agregado” na composição social das propriedades - não raro, este termo encobria a escravização ou semi-escravização de nativos, legalmente já proibida. De outra forma, em relação a população nativa, foi observada uma presença menor nos dados levantados pelo historiador e pesquisador dessa região, Fernando Franco Netto. (FRANCO NETTO: 2005).

No entanto, a presença e participação da população nativa nessa sociedade devem ser vistas com certa cautela, dada sua complexidade. As análises dos documentos sobre o aldeamento de Atalaia, observadas nos textos de Franco Netto (2005) e Tatiana Takatuzi (2005), mostram uma tentativa constante do padre Chagas Lima em transformar os hábitos dos nativos, obtendo pouco ou nenhum resultado.

Segundo os relatos dos autores, a população nativa oscilou entre o aldeamento e as instalações independentes em pontos dispersos pela região. Os grupos que passaram pelo aldeamento eram numericamente reduzidos e de composições tribais variadas, muitas vezes rivais. Tatiana Takatuzi (2005) observou que com a intenção de demonstrar os resultados de seu trabalho, o padre Chagas Lima classificou os nativos em: batizados, semi-bárbaros e bárbaros.

Tais classificações assinalavam a maneira como alguns indígenas se relacionavam com o aldeamento e com os ensinamentos cristãos. Nesse sentido, os batizados eram índios supostamente convertidos, enquanto os catecúmenos estavam caminhando para o processo de conversão (normalmente ajudavam o pároco nos serviços das roças, da cozinha e ajudavam as missas). Os “semi-bárbaros” eram de difícil instrução, que se moviam constantemente do aldeamento para os sertões e “seduziam” os neófitos com eles, prática que se mostrava constante no cotidiano de Atalaia. Já os “bárbaros” pareciam ser indígenas que esporadicamente ou vez alguma haviam freqüentado o aldeamento. (TAKATUZI: 2005, 56-57).

A divisão apresentada na documentação de Chagas Lima descreveu os grupos como: Votorões, Cayeres, Camés, Tactaiás, Dorins e Xocrens. Destes, os Votorões, Camés, Xocrens e Dorins, foram identificados pelo padre como habitantes dos Campos de Guarapuava, porém, somente os Votorões e os Camés, que viviam relativamente próximos de onde se instalou a expedição, foram aldeados. (2005, 57). Tatiana Takatuzi afirmou ainda que a partir de análises etnográficas os povos nativos aldeados em Atalaia

“eram de fato Kaingang, sendo os ‘Camés’ pertencentes à metade majoritária Kamé e, poderíamos supor, os ‘Votorões’ pertencentes à metade majoritária Kairu.” (2005, 60).

Os relatos demonstram uma constante tensão e a divisão entre os aldeados e os grupos que se mantiveram refratários a submissão. Nesse contexto, foram relatados diversos confrontos em que grupos aldeados em Atalaia eram atacados nos sertões e da mesma forma revidavam, reunindo-se e atacando as aldeias rivais. Demonstrando que a circulação da população nativa pelo aldeamento de Atalaia não está relacionada com uma baixa densidade demográfica dessas populações naquelas áreas.

Essa disputa teve um confronto de grandes proporções registrado em 1825, quando um grupo de sessenta a setenta guerreiros imperfeitamente identificados por Chagas Lima, atacou o aldeamento de Atalaia. Este ataque destruiu parcialmente o aldeamento, que teve além de casas incendiadas, 28 de seus habitantes mortos no confronto. (TAKATUZI: 2005, 123).

O contexto descrito é significativo para demonstrar um ambiente onde a presença da população nativa “amiga” ou “inimiga” era muito forte. Portanto podemos afirmar que esses povos alteraram o processo de instalação dos colonos, tanto pela indispensável ajuda, quanto pela dura resistência.

Com o passar dos anos, os conflitos alteram relativamente sua intensidade, de acordo com a adaptação e avanço dos colonos sobre novas áreas. A documentação sobre os períodos posteriores comprovam a captação de lideranças entre os nativos aliados, para auxiliar nas negociações e proteger os vilarejos. Um documento do ano de 1864 registra o caráter complexo das relações na região de Palmas, já que se trata de uma procuração emitida pelo major cacique Vitorino Condá para que Antônio Vidal e o major Ignácio José de Moraes recebam seus vencimentos junto a tesouraria provincial. (ATL, Livros de Registros, n.1, 1859-1964, fls, 27verso; ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (APPR), Relatório dos Presidentes da Província, 1854-1888).

Em diferentes Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná, encontramos relatos de ataques a fazendas realizados pela população nativa, ou ainda, relatos de sua incorporação às forças oficiais da polícia, muito precárias nessas regiões. Assim, partes desses grupos serão agregadas ao contexto social da propriedade pastoril, compondo significativamente a demografia regional, enquanto os demais serão gradativamente massacrados, coagidos e confinados em áreas cada vez menores.

3.5 FORMAÇÃO E EXPANÇÃO SOCIOECONÔMICA

Ao analisar as listas nominativas de habitantes de Guarapuava, o autor Franco Netto realizou um detalhado levantamento de dados no qual apresentou, entre outros, os índices populacionais dessa região para a primeira metade do século 19.

Tabela 4 - População de Guarapuava - 1828, 1835 e 1840

População	1828	1835	1840
Livre	219	463	541
Agregado	29	92	119
Nativos	5	75	40
Trabalhadores escravizados	43	82	95
Total	296	712	795

Fonte: FRANCO NETTO, Fernando. População, escravidão e Família em Guarapuava no século XIX. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2005. 36.

A partir das informações da Tabela 4, é possível visualizar o predomínio da população livre em relação ao total populacional. A proporção de livres em relação ao número total de pessoas, é de 74% para 1828, 65% para 1835, e 68% em 1840. Apesar das porcentagens se demonstrarem menores nos anos posteriores, houve crescimento médio de 7,8% ao ano devido o aumento geral da população. Já a população de trabalhadores escravizados, introduzida nessas áreas desde 1810, representou 14,5% do total da população em 1828, 11,5% em 1835, e 12% em 1840, apresentando crescimento de 6,8% ao ano.

Franco Netto (2005) destacou em seu texto o significativo crescimento da população de agregados. Esta população representou o maior índice de crescimento nesses períodos, com uma média anual de 12,5%. Um aumento expressivo de indivíduos que, segundo o autor, não tem definida sua função nessa sociedade, supostamente associado as atividades de subsistência na região.

Os dados apresentados favorecem a visualização do processo de expansão contínua nessas áreas. O aumento da população associado à formação de grandes latifúndios rapidamente esgotou as terras próximas, criando a necessidade de abrir novos campos. Ou seja, a região continuava fortemente despovoada e apropriada legalmente como propriedade fundiária. Os números apresentados referentes à

população de Guarapuava para o período de 1828-1840 são importantes, pois caracterizam em parte, os ocupantes dos Campos de Palmas.

As duas localidades apresentadas possuem uma similaridade decorrente da ligação social e econômica existente entre as duas regiões. Com a expansão das áreas de criação, o projeto de cerramento das fronteiras com a tomada das terras limítrofes vai se configurando. Este avanço esteve diretamente associado às expectativas de desenvolvimento econômico baseadas na possibilidade de abertura de um caminho alternativo para as áreas criatórias sulinas. (APPR: 1854-1888; SANTOS: 2010).

Em 1855, foi estabelecida a Freguesia do Senhor Bom Jesus da Coluna de Palmas, que representou o início da gradativa divisão político-administrativa entre Palmas e Guarapuava, encabeçada pelos proprietários e criadores estabelecidos nos Campos de Palmas. A grande extensão dos territórios e o deslocamento de grupos pré-determinados a explorar os campos, contribuíram para essa divisão. (WEIGERT: 2010).

3.6 OS CAMPOS DE PALMAS

Sejam políticos ou econômicos, os motivos que conduziram à tomada dos Campos de Palmas, no contexto daquele período, atribuem valor a região. Aquela área se apresentou como lugar apropriado para o desenvolvimento da atividade pastoril, constituída por extensas áreas de pastagens e muitos vertedouros d'água. Possuía clima e relevo que se assemelhavam aos campos do Rio Grande do Sul. (MENDES: 1989).

Certamente uma ocupação estratégica, que envolveu a legitimação da posse sobre grandes áreas de campos. Em estudos sobre a região, o historiador paranaense Adilson Miranda Mendes (1989, 74) observou em *Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense: Palmas – 1859-1903*, que, no caso dos Campos de Palmas, a questão de fronteira foi polêmica, já que o território mais tarde contestado pela Argentina foi de aproximadamente 48.000 km².

As relações de fronteiras com a Argentina e a ocupação dos Campos de Palmas ganharam evidência também no texto *Sudoeste: ocupação e colonização*, do historiador Ruy Christovam Wachowicz. (1985, 14). Este autor analisou algumas questões referentes ao processo de ocupação econômica desses espaços, observando o problema relativo a definição das fronteiras entre o Brasil e a Argentina.

Nessa época um problema internacional começava a tomar vulto. Eram os limites entre o Brasil e a Argentina. Essa fronteira internacional entre os vales dos rios Iguazu e Uruguai não estava totalmente definida. A Argentina começava a demonstrar interesse em ocupar esse território, por considerá-lo seu. A existência dos campos de Palmas, dentro do território pretendido pela Argentina, assustava o governo brasileiro. Uma região de campos era muito fácil de ocupar. Desenvolveu-se então entre as autoridades imperiais brasileiras a noção de que seria de urgência ocupar os campos de Palmas antes que os argentinos o fizessem. (WACHOVICZ: 1985, 14).

O autor afirmou também que naquele período, uma disputa interna contribuiu para acelerar o processo colonizador. Os fazendeiros de Guarapuava teriam se antecipado, prevendo a iniciativa dos paulistas na tomada desta região. (1985). O governo da província de São Paulo criara, em 1837, órgão com atribuições de realizar a colonização desses campos. Tratava-se de um grupo com força militar, nos moldes das expedições anteriores organizadas pela Coroa, mas em nível provincial, chamada de Companhia de Municipais Permanente. (1985).

Esta companhia colonizadora se organizou tardiamente, pois, os proprietários de Guarapuava já haviam organizado, no ano de 1836, bandeiras para realizar a tomada dos Campos de Palmas. (MENDES: 1989; LAGO: 1987). Anteciparam-se às ações do governo provincial, garantiram a posse das terras aos proprietários regionais. A ação de antecipar-se ao governo regional e a vontade de não deixar o território ser ocupado por exploradores paulistas pode ser melhor compreendida, segundo o autor, se considerarmos o fato de que, já nessa época, os paranaenses reivindicavam a emancipação política do Paraná em relação a província de São Paulo. (WACHOWICZ: 1985, 14).

A bandeira que antecipou o movimento provincial de colonização dos Campos de Palmas foi organizada como um empreendimento particular, não se dando sem conflitos. Nessa ação, destaca-se a figura de José Ferreira dos Santos, proprietário de terras, gados e trabalhadores escravizados, que esteve a frente de um dos grupos interessadas em dividir e explorar esses territórios. (MENDES: 1989).

Para garantir relativa legitimidade a ação colonizadora foi organizada uma associação registrada em cartório. Alguns autores contestam a veracidade deste documento e a real excursão bandeirante nos referidos campos ainda em 1836. Isso ocorre porque a data de registro do documento remete ao ano de 1839 e a efetiva instalação das primeiras famílias nos Campos de Palmas, foram registradas a partir de 1840. (MENDES: 1989).

Wachowicz observou a realização de uma excursão para esta região, em 1836, relatada em um documento do Arquivo Circulo de Bandeirantes, referente a uma busca e tentativa de resgate do capitão José de Sá Sotto-maior, que supostamente havia caído prisioneiro dos nativos ainda no ano de 1832. Como não encontraram seu corpo, se espalhou o mito de que o capitão encontrava-se vivo e aprisionado pelos nativos, o que levou o sargento-mor José de Andrade Pereira, identificado como seu parente, a percorrer os Campos de Palmas na tentativa de encontrá-lo, mas não obteve sucesso. (WACHOWICZ: 1985).

É destacado pelos autores que escreveram sobre a região, um conflito envolvendo as bandeiras que oficialmente tomaram os Campos de Palmas, pelo fato de que o grupo organizado por José Ferreira dos Santos recusou a participação de Pedro Siqueira Cortes na associação. Este, não satisfeito com a recusa, vai organizar outra bandeira, fazendo com que naquele momento existissem dois grupos interessados e prontos para efetuar a tomada dos Campos de Palmas. Essas duas bandeiras seguindo caminhos diferentes, uma partindo de Guarapuava e outra de Palmeira, se encontraram nos pretendidos campos, travando uma disputa pelo mérito da “descoberta” e divisão das áreas. O conflito, segundo estes autores, em um primeiro momento, foi apaziguado pelo padre Ponciano José Alves de Araújo, que acompanhava a bandeira de José Ferreira dos Santos. (MENDES: 1989; LAGO: 1987; WACHOWICZ: 1985).

As diferenças entre as duas bandeiras foram tratadas por seus integrantes com relativa cautela, uma vez que estavam em condições muito vulneráveis e uma disputa entre esses grupos, aumentaria o temor frente aos povos nativos. (WACHOWICZ: 1985). Sendo assim, a questão foi submetida a uma arbitragem de pessoas consideradas neutras. Segundo Wachowicz (1985, 15), a “escolha recaiu no Dr. João da Silva Carrão e Joaquim José Pinto Bandeira. Informa este último que, para a arbitragem, foi necessário primeiro realizar a separação das duas comunidades, ficando a de Pedro de Siqueira Cortes para o poente e a de José ferreira para o nascente.”

A partir desse conflito, percebe-se uma sociedade que nasceu dividida. Os grupos colonizadores repartiram as terras formando Palmas de cima e Palmas de baixo, ganhando destaque ao longo dos anos os conflitos políticos, econômicos, e as disputas envolvendo os líderes de cada grupo pelo mérito da “descoberta”. (MENDES: 1989). Wachowicz destacou em seus textos que a disputa pela liderança política e pela intenção de estabelecer-se na região, foi acirrada por determinação econômicas ligadas à economia pastoril, já que estava em jogo a escolha das melhores áreas para estabelecer

as fazendas de criação e os melhores caminhos de entrada e saída de gados.
(WACHOWICZ: 1985).

4 CAMPOS DE GADOS E TRABALHADORES ESCRAVIZADOS

4.1 ESCRAVISMO E ATIVIDADE PASTORIL - GUARAPUAVA E PALMAS

Ao estudarem as fazendas do Paraná provincial, as historiadoras paranaenses Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen (1976) apresentaram quadro demonstrativo evidenciando nesses territórios as áreas de maior concentração de gados. Os dados levantados apontaram que as regiões de colonização tardias, como Guarapuava (1810) e Palmas (1839), constituíram-se nas maiores áreas de criação e invernagem de gados durante a segunda metade do século 19.

Em levantamento correspondente aos anos de 1862 a 1864, as referidas historiadoras observaram a distribuição de gado miúdo – lanígero e suíno –, e gado graúdo – vacum, muar e cavalari –, pelas propriedades do Paraná. De um total de 246.911 cabeças de gado para 1864, somando o gado miúdo e graúdo, 102.995 cabeças estavam abrigadas nos Campos de Guarapuava, e 72.409 nos Campos de Palmas. (BALHANA; WESTPHALEN: 1976, 13).

Observando de forma específica os gados graúdos, os números demonstram que Guarapuava concentrava, em 1864, uma quantidade de 46.440 cabeças de gado vacum, 1.930 de gado muar, e 46.885 de gado cavalari. Em Palmas, é possível observar condição semelhante para o mesmo ano, sendo a quantidade de cabeças de gado vacum 28.586, gado muar 1.405, e gado cavalari 35.283 cabeças. Esses números demonstram que nessas regiões, durante o século 19, ocorreu um predomínio da criação e invernagem de gados, em relação às áreas tradicionais. Destaca-se também o grande número de cavalos criados e invernados nesses campos como podemos observar na Tabela 5. (1976).

Tabela 5 - Porcentagem por área de criação de gado graúdo entre 1862-1864

Localidades	Vacum %	Muar %	Cavalari %
Guarapuava e Palmas	64,0	39,0	93,0
Palmeira e Ponta Grossa	13,5	13,5	2,5
São José dos Pinhais	11,0	45,0	3,2

Castro	6,7	2,0	0,6
Outras	4,8	0,5	0,7
Total	100,0	100,0	100,0

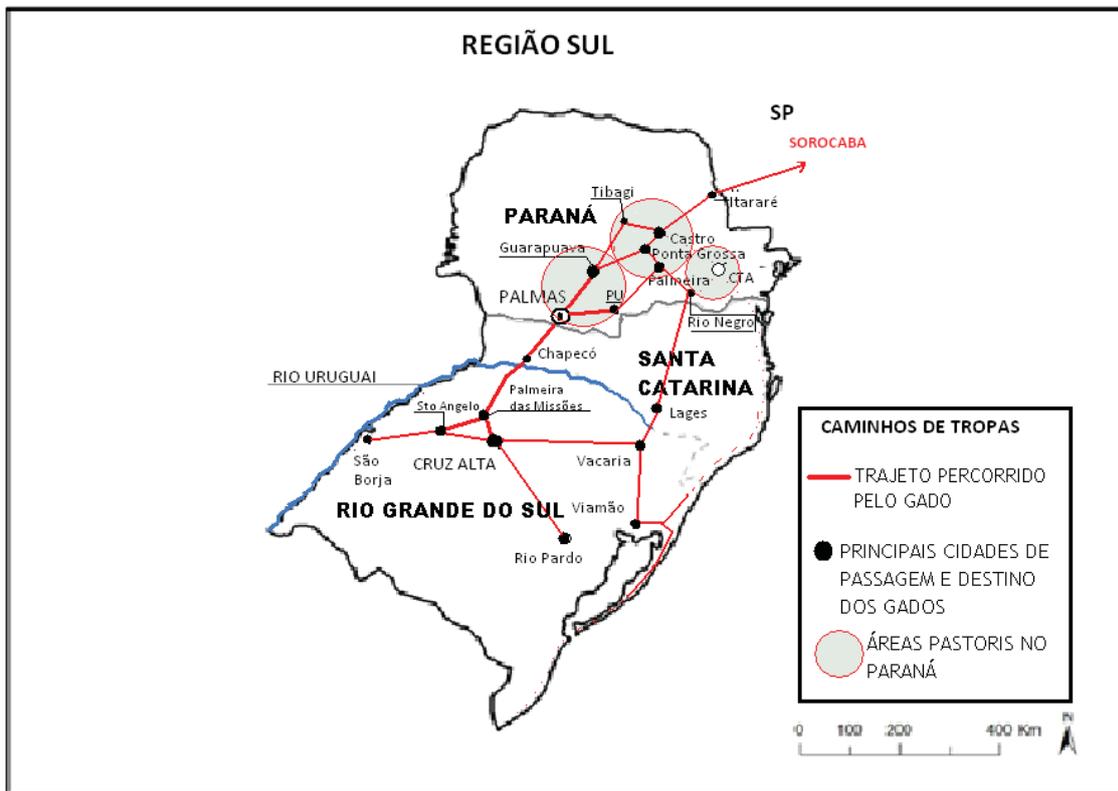
Fonte: BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Fazendas do Paraná provincial. In: *Simpósio nacional dos professores universitários de História*, 8., 1975, Aracaju. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v.2, 391-406. 403.

As grandes concentrações de gados nos Campos de Palmas e Guarapuava não demonstram apenas um deslocamento da economia pastoril das áreas tradicionais paranaenses, mas expressam também a gradativa decadência dessa economia pastoril. Os números referentes à região de Castro evidenciam isso. Castro juntamente com a cidade da Lapa estiveram no topo da economia pastoril paranaense, representando na maior parte da história desses territórios, com destaque para o início do século 19 e o auge do tropeirismo, os maiores núcleos de criação e invernagem de gados dos Campos Gerais paranaenses. (SANTOS: 2001, 56-57).

Diretamente influenciados pelos criadores das regiões dos Campos de Curitiba e dos Campos Gerais, os Campos de Guarapuava e os Campos de Palmas tinham sua economia pastoril ligada ao gado sulino. No início do século 19, a expansão das propriedades de criação para o interior do Paraná foi viável a partir da inclusão destas regiões nas rotas de comércio de gados. (BALHANA; EL-KHATIB: 1969).

Favoreceu significativamente esse processo a retomada de antigos caminhos utilizados pelos povos nativos, condição que já observamos no Mapa 1. Os caminhos ignorados durante longo período serviram novamente para fins econômicos expansionistas. Partes destes trajetos foram adequados às necessidades de condução de tropas vindas do Rio Grande do Sul. No caso de Palmas e Guarapuava, foi fundamental a utilização de parte dos antigos caminhos para estabelecer comunicação com a região das Missões no Rio Grande do Sul. (APPR: 1854, 98; 1866, 149; 1882b, 43-120; 1888, 122).

MAPA 3 - Caminhos de tropas: Caminho de Viamão e Caminho das Missões



Fonte: Mapa político do Paraná, adaptação nossa. Disponível em: <www.ihggi.org.br/pag.php?pag=rotasdostropeiros> Acesso em: 08 set. 2013.

Como podemos observar no Mapa 3, a região de Palmas e Guarapuava esta inserida no Caminho das Missões, uma rota tropeira que segue traços de caminhos utilizados pelos nativos americanos, que foram convertidos em uma alternativa ao Caminho de Viamão. As áreas colonizadas nos Campos de Guarapuava e nos Campos de Palmas podem ser observadas como uma extensão dos Campos Gerais, baseadas na criação e invernagem de animais procedentes do Rio Grande do Sul e suas regiões de fronteiras. Então, considerando as características da base econômica escravista observada nas regiões do litoral, dos Campos de Curitiba e dos Campos Gerais, podemos levantar a hipótese de que a exploração da mão de obra do trabalhador escravizado também se constituiu como base da economia em Palmas e Guarapuava.

Em *As metamorfoses do escravo* (1962, 104), o sociólogo paulista Octávio Ianni apontou números relativos à população do Paraná para 1854. Nestes dados, Guarapuava possuía uma população total de 2.520 habitantes, dos quais, 15% eram cativos. Em Palmas, a população era de 734 habitantes, sendo cativos, 22%. (IANNI: 1962, 104).

Ao longo do texto, procuramos demonstrar e contestar modelos explicativos que negam a importância e mesmo a existência do trabalhador escravizado em áreas

pastoris. No entanto, é necessário observar que os posicionamentos dos pesquisadores que defendem estas teorias não se sustentam sem convincentes justificativas, que são baseadas principalmente nas lacunas documentais referentes a estas áreas. Um grande problema que se apresenta ao estudioso do escravismo pastoril é o papel desempenhado por estes trabalhadores escravizados nessas áreas.

Nos últimos anos, transformações de ordem teórico-metodológicas no processo de análise historiográfica nos permitem abordagens mais amplas e com perspectivas diferenciadas dos fatos históricos. Os dados apresentados por Ianni (1962) quantitativamente contribuem nesse sentido, para superar os modelos explicativos que não consideram a existência de trabalhadores escravizados em áreas pastoris. Nesse sentido, a proliferação de centros regionais de pós-graduação e, conseqüentemente, de trabalhos acadêmicos com enfoque regional são significativos, pois trazem para análise documentos desconhecidos dos pesquisadores, geralmente concentrados nos grandes centros ou com foco em áreas onde a presença e exploração dessa mão de obra é incontestável.

Superadas as questões sobre a real presença de cativos em áreas de economia predominantemente pastoris, legitimada pela incontestante documentação, cabe analisar a importância desses trabalhadores para essa estrutura socioeconômica. Paulo A. Zarth ao analisar a escravidão nas estâncias do Rio Grande do Sul afirmou que em relação aos “escravos campeiros” ainda “persistem as dificuldades e as dúvidas, com base nos dados existentes, para afirmar sua real importância no conjunto das estâncias”. (2010, 204).

Observou ainda que as fontes disponíveis, geralmente inventários *post-mortem*, não “fornecem subsídios para determinar com segurança a especialidade do trabalho dos cativos nas estâncias”. (2010, 204). O que não nos impede de assinalar que independente da profissão desempenhada dentro da unidade pastoril, os cativos “estavam nelas por serem indispensáveis para o funcionamento desses estabelecimentos em suas múltiplas atividades.” (2010, 206).

Desta forma, consideramos que os trabalhadores escravizados estavam inseridos nas práticas pastoris e também nas atividades voltadas para a subsistência. Nestas áreas de colonização tardia, como nos Campos de Palmas, pode ter aumentado significativamente a importância do cativo para que estes colonos constituíssem suas fazendas, empenhados que estavam na transformação desses territórios em áreas pastoris produtivas. Considerando a importância desse tipo de mão de obra, destacamos

um aumento desta população cativa no Paraná, mesmo durante aquele contexto de proibição do tráfico de trabalhadores escravizados. (BALHANA; WESTPHALEN: 1976; SANTOS: 2001).

De modo geral, os números de trabalhadores escravizados aumentaram para toda a Província do Paraná, mostrando um crescente dinamismo econômico da mesma. Destacamos aqui o aumento relativo à região de Guarapuava e Palmas. Em 1876, em relatório do presidente da província, foram descritos os números de cativos no Paraná distribuídos por localidades. Esta relação é referente à distribuição dos valores do fundo de emancipação. (APPR: 1876).

De acordo com os dados apresentados no relatório do presidente da província, são registrados 576 cativos em Guarapuava e 273 em Palmas. Ou seja, em relação aos números apresentados para 1854, Guarapuava teve um aumento da população cativa superior a 65%, e Palmas superiores a 57%. (APPR: 1876, 16). Este aumento é significativo para regiões baseadas na economia pastoril. Destacando mais uma vez através destes dados o caráter indispensável, naquele então, do cativo para a formação e manutenção dessas áreas criatórias.

População, escravidão e Família em Guarapuava no século XIX, tese de doutoramento de Fernando Franco Netto, apresenta dados importantes para a percepção dessas contribuições, com destaque para região de Guarapuava. (2005). As informações referentes às estruturas econômicas de Guarapuava e Palmas são muito similares, devido às suas ligações políticas e administrativas e suas origens colonizadoras, fatores já destacados anteriormente. Sem desconsiderar a grande influência da vila de Guarapuava sobre a região dos Campos de Palmas, a partir da metade do século 19, é possível observar especificamente a região de Palmas, através da possibilidade de reunião de dados característicos da população livre e escravizada nesses campos.

4.2 TRABALHADORES ESCRAVIZADOS NOS CAMPOS DE PALMAS

A documentação disponível sobre essa região nos permite levantar informações importantes no sentido de caracterizar a população escravizada que compôs essa estrutura econômica e social. A base principal para esta análise são os inventários *post-mortem*. Referente a esta documentação, selecionamos 105 inventários correspondentes ao período entre 1859 e 1888.

Destes documentos, encontramos trinta e seis com registros de trabalhadores escravizados. Uma proporção de 34% em relação ao total de documentos selecionados. Em números gerais, a soma total de cativos contabilizada inicialmente é de 235, o que representou média aproximada de sete trabalhadores escravizados por propriedade. Uma proporção que consideramos significativa, dada a baixa densidade demográfica nessa área para todo o período estudado. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888). Ela corresponde, aproximadamente, a população feitorizada de uma fazenda pastoril escravista média e média-superior, no RS, no norte do Uruguai. (MAESTRI: 2009, 212; EIFERT: 2007; PALERMO: 2013, 245-252).

Essa característica em relação ao baixo índice populacional, não foi específica dessa região, pois o Paraná de forma geral possui uma densidade demográfica considerada pequena, se comparada a outras regiões. Analisando este período, Santos destacou que “o Paraná é uma das 4 províncias brasileiras de menor população – com índice demográfico de 0,81 habitantes por quilômetro quadrado” (2001, 67), o que podemos considerar, mesmo para esse período, um índice baixo.

Em seus estudos sobre a região dos Campos de Palmas, Daniele Weigert (2010) apontou que no período entre 1854 e 1890 a população livre e escravizada, atingiu número máximo de 7.069 habitantes. Sendo que o crescimento mais expressivo ocorreu apenas entre os anos de 1858 e 1866, quando no período de oito anos a população passou de 777, para 2.901 habitantes. Nos vinte e quatro anos posteriores, entre 1866 e 1890, o crescimento total representou 4.167 habitantes.

Em relação a população escravizada, os números registrados nos inventários, se alteraram a partir do cruzamento sistemático dos dados. Em relação ao total de cativos observados nos trinta e seis inventários, constatamos que, em onze deles, parte dos trabalhadores se repetem em proporções variadas alterando a soma total encontrada inicialmente. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Constatamos que o número de trabalhadores repetidos nos inventários é de vinte e nove e que, também, alguns deles se repetem duas vezes, aparecendo em até três inventários, por motivo de herança, compra e venda ou doação. Dado que registra a rotatividade relativa do trabalhador escravizado. A partir disso, concluímos que sobre a soma total dos cativos arrolados nos inventários, trinta e quatro, foram contabilizados indevidamente, pois estão duplicados. Assim, o número real de cativos encontrados foi de 201, distribuídos pelos trinta e seis inventários, considerando sua contagem uma única vez. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

A partir desses dados, procuramos levantar informações para caracterizar estes trabalhadores por gênero. Do total de cativos analisados, constatamos que 58,2% são do sexo masculino, apresentando superioridade numérica em relação aos cativos do sexo feminino, que representaram pouco mais de 41%. Podemos analisar estas informações considerando os reflexos relativos ao comércio e reorganização da população escravizada nesse período. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

O autor Jacob Gorender (2010), faz importantes observações sobre a composição da população escravizada, analisando os dados relativos ao século 19. Sobre este período o autor observou que a proporção entre cativos do sexo masculino e cativos do sexo feminino pode ser observada com significativas alterações e vantagem tendenciais para os cativos do sexo masculino. Essas relações estão condicionadas, também, a região e tipo de atividade econômica. Jacob Gorender analisou os dados referentes à proporção de homens e mulheres escravizados em diferentes regiões, observando as transformações ocorridas a partir de 1850.

Segundo os dados apresentados pelo autor, no período anterior a abolição do tráfico de trabalhadores escravizados, a proporção de cativos do sexo masculino, sobre os do sexo feminino, foi significativamente maior. Esses dados podem ser observados em relação aos cativos que foram traficados da África para o Brasil e também na composição da população de trabalhadores escravizados nos engenhos e fazendas. (2010, 365-369).

Para a região de Pernambuco, Jacob Gorender (2010, 365) apontou, de acordo com os censos realizados entre 1829 e 1842, que o número de cativos homens para cada 100 mulheres escravizadas era de 272 em 1829, e de 266 em 1842. Um diferencial entre os sexos que atingiu proporção superior a 63%, se considerado o valor mais elevado. O autor destacou ainda que em Ribeira do Itapicuru, a população escravizada, no início do século 19, estava composta por 6.025 homens para 4.685 mulheres em 1803; 6.032 homens para 5.195 mulheres em 1804; e 6.600 homens para 5.175 mulheres em 1805. Proporcionalmente a superioridade numérica dos homens escravizados sobre as mulheres escravizadas, manteve-se entre 53% e 56%. (2010, 267).

Com as transformações ocorridas a partir da proibição do tráfico desses trabalhadores, Jacob Gorender observou que se esperava uma gradativa equiparação entre os gêneros dessa população escravizada. No entanto, o que se observou foi a permanência dessa estrutura, mesmo nas condições de tráfico interno, apresentando um

aumento favorável para a população masculina com destaque para as áreas rurais. (2010, 369).

O que pode ser observado em relação a região dos Campos de Palmas é que essa estrutura mais ampla influenciou diretamente a composição da população escravizada em nível regional. Pois, dos trinta e seis inventários com trabalhadores escravizados, apenas em dois o número de cativos do sexo feminino foi superior aos do sexo masculino, com variações baixas, representando vantagem numérica para os cativos do sexo feminino, de um indivíduo apenas. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Na composição da população escravizada descrita nos inventários, foi possível observar que quatro registraram apenas cativos do sexo feminino, e outros quatro, apenas cativos do sexo masculino. Registramos ainda que, em dezesseis dos inventários, a proporção entre feminino e masculino não variou, permanecendo os números equivalentes. Nos dez documentos restantes, os cativos do sexo masculino foram numericamente superiores. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Torna-se importante observar que nos documentos onde a proporção de cativos do sexo masculino foi maior, a variação numérica foi também mais expressiva. Em cinco dos inventários, ou seja, na metade dos documentos em que os cativos do sexo masculino aparecem em maior quantidade, a proporção variou entre quatro e sete indivíduos a mais que os do sexo feminino. Nos cinco inventários restantes, a variação ficou entre um e três cativos. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Conforme já assinalamos, os números levantados nos inventários sobre a população escravizada nos Campos de Palmas demonstram que esta região seguiu, de certa forma, uma tendência generalizada para o Brasil daquele período. Não desconsiderando o caráter rural dessa região de campos, ligada a atividade pastoril, observamos que predominou a preferência por escravizar trabalhadores do sexo masculino. Desta forma, recai sobre este tipo trabalhador, uma preferência relacionada diretamente com as vantagens econômicas que representou a posse desse indivíduo, principalmente no meio rural, como assinalado por Jacob Gorender. (GORENDER: 2010).

Na Tabela 6, é possível observar de forma detalhada a distribuição da população cativa dessa região, separada por ano, sexo e idade. Para que possamos perceber melhor as variações e a concentração dos cativos, dividimos o espaço de tempo estudado em três fases, sendo a primeira entre os anos de 1859 e 1869, período

que nós percebemos uma maior regularidade na distribuição da população cativa, e um maior número de cativos até cinco anos de idade. A segunda fase vai de 1871 a 1879, identificada como o período de maior concentração da população escravizada nessa área. Já na terceira fase, entre 1880 e 1888, podemos perceber uma diminuição dessa população escravizada nos índices de menor e maior idade, que gradativamente concentrou-se na faixa entre 16 e 40 anos. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Tabela 6 - Relação de trabalhadores escravizados divididos por ano, sexo e idade, 1859-1888

Proporção de cativos por ano, sexo e idade		Idade										
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 80	%	Total
1ª fase 1859 a 1869	Masc.	10	6	7	2	6	8	4	0	1	57,1%	77
	Fem.	7	4	2	5	9	3	1	0	2	42,8%	
2ª fase 1871 a 1879	Masc.	2	13	10	7	7	10	7	2	0	59,1%	98
	Fem.	2	10	3	9	6	7	3	0	0	40,8%	
3ª fase 1880 a 1888	Masc.	0	0	2	4	15	7	2	0	0	50%	60
	Fem.	0	0	3	6	14	5	1	1	0	50%	
Total de trabalhadores escravizados											235	

Fonte: Cartório do Cível e Anexos – inventários *post-mortem*, 1859-1888; IFPR- Campus Palmas, Relação de inventários, 1859-1888.

Observando a primeira fase da Tabela 6, podemos constatar que a distribuição dos cativos abrangia praticamente todas as idades, com destaque para os de 0 a 10 anos, que, se comparados ao total de cativos para esta fase, representaram mais de 35%. Números representativos, se considerarmos que a população escravizada para essa região foi relativamente baixa. Essa proporção de crianças entre os cativos pode ser observada também na segunda fase, quando podemos constatar o seu aumento.

A grande concentração da população cativa para esta primeira fase, apesar ser percebida em todas as faixas de idade, esta localizada na faixa de 0 a 20 anos de idade. Se observado o índice populacional apenas para esta faixa de idade, veremos que concentrou mais de 55% dos cativos contabilizados para toda esta fase. Certamente, números expressivos levando em conta que esta fase reúne aproximadamente 32% do total de cativos relacionados nos inventários. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Em relação ao diferencial existente entre cativos do sexo masculino e cativos do sexo feminino, a partir da Tabela 6, é possível observar as proporções para todo o período estudado, distribuído pelas três fases. Em relação a esta primeira fase é evidente a superioridade masculina. No entanto, a proporção maior de cativos do sexo masculino se concentrou na faixa de idade entre 0 e 10 anos, enquanto que a maior proporção de cativos do sexo feminino, esta localizada na faixa entre 16 e 30 anos. Sugerindo uma relação entre o maior número de mulheres entre a população adulta ativa, e a presença significativa de crianças nesses inventários. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Na segunda fase, a proporção de cativos apresentou gradativa elevação. No entanto, podemos perceber uma diminuição expressiva de cativos na faixa de idade entre 0 e 5 anos. Em compensação, a proporção de cativos concentrados na faixa de idade entre 6 e 15 anos teve aumento significativo. Podemos considerar aqui, a permanência dessa população escravizada nas propriedades ou na região, resultando na maior concentração de cativos nas faixas etárias de 6 a 20 anos respectivamente, devido, principalmente, ao amadurecimento dessa população infantil. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Proporcionalmente, em relação a primeira fase, durante a segunda fase, os números levantados para a faixa de idade entre 0 e 5 anos representam uma queda de 76%. Diferente das faixas etárias subsequentes, que apresentaram crescimento de 56%, para a faixa entre 6 e 10 anos, e mais de 30% na faixa entre 11 e 15 anos. Da mesma forma, esse crescimento pode ser percebido para toda a faixa de idade localizada entre 16 e 40 anos, mesmo que em proporções menores. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Observamos que, nesta segunda fase, ocorreu também, uma diminuição em relação aos cativos localizados na faixa acima de sessenta anos. Mesmo assim, essa fase apresentou o maior número de cativos por proprietário. Destacamos ainda, que na análise da circulação, crescimento e concentração dessa população, foi constatado, na quase totalidade das relações, o predomínio dos trabalhadores escravizados do sexo masculino sobre os do sexo feminino. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Mesmo assim, observamos algumas exceções como na faixa entre 16 e 20 anos dessa segunda fase, em que, a proporção de mulheres foi superior a dos homens. Não alterando a proporção final entre cativos do sexo masculino e cativos do sexo feminino, que especificamente nessa fase, atingiu seu maior diferencial, próximo dos 20%

favorável aos homens. O que pode ser considerado um índice elevado. (CCA, 1859-1888; IFPRCP, 1859-1888).

Em relação a terceira fase, podemos constatar que ocorreu nesse período, um direcionamento da mão de obra escravizada. Percebemos a diminuição de trabalhadores escravizados em praticamente todas as faixas etárias, com exceção para os que ficaram entre 21 e 30 anos. Para as faixas etárias correspondentes a 0 e 10 anos, os índices estão zerados, e entre 11 e 15 anos, a quantidade de treze cativos existentes na segunda fase, agora baixou para cinco. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Sobre a inexistência de cativos localizados na faixa de idade entre 0 e 5 anos, podemos associar as mudanças na lei de posse dessas crianças filhas de trabalhadores escravizados. Com a Lei Rio Branco, N. 2040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), a escravização de pessoas nascidas após esta data estava proibida. Condição que resultou na exclusão desses indivíduos dos levantamentos de bens dos escravizadores inventariados. O que não significava, necessariamente, a interrupção dos nascimentos, pois, analisando a documentação referente aos registros de batismos, foi possível observar uma relativa frequência nos nascidos de mãe escravizada para o mesmo período nessa região. (COSTA: 1998, 251; CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS (CDP), Registro de batismos, livro n.2b, 1872-1875).

Não significava, sobretudo, a interrupção da exploração do trabalho infantil, já que, segundo aquela lei, os nascituros ficavam sob os cuidados dos proprietários de suas mães até os 21 anos, obrigados a lhes prestarem serviços sem qualquer remuneração, em forma de escravidão temporária assegurada pela lei.

Sobre os registros de batismos, encontramos oito livros abrangendo o período entre 1872 e 1895. Destes livros, analisamos o livro 2b reservado exclusivamente ao registro de batismos dos filhos de trabalhadores escravizados. A partir dos dados extraídos da respectiva documentação, foi possível analisar o período entre janeiro de 1872 e novembro de 1875, onde constatamos o movimento de nascidos de mães escravizadas. (CDP, Registro de batismos, Livro n.2b, 1872-1875).

Tabela 7 - Registro de batismo em Palmas 1872-1875, distribuídos por ano e sexo

Ano	N. de nascimentos	Sexo	
		Masc.	Fem.
1872	10	5	5

1873	6	0	6
1874	15	6	9
1875	8	5	3
Total	39	16	23

Fonte: Cúria Diocesana de Palmas (CDP)– Livro de Registro de Batismos, n.2b, 1872-1888.

Em relação aos dados descritos na Tabela 7, observamos que em virtude da grande extensão territorial dessa área, e da dificuldade de deslocamento e comunicação entre os moradores, alguns registros são realizados com datas retroativas. As anotações variaram entre um mês e um ano passado da data de nascimento, que provavelmente também carece de precisão. Assim, dos dez registros para o ano de 1872, três são nascidos ainda em 1871. Para o ano de 1873, dos seis batizados, um havia nascido em 1872. Da mesma forma, para 1874 registramos três nascidos em 1873 e para 1875 registramos um nascido em 1874. (CDP: 1872-1875).

É importante frisar esta variação quanto aos registros encontrados nesses documentos para que possamos relativizar essas informações e trabalhar com a possibilidade de que, em alguns casos, eles demonstram apenas uma parte da realidade vivida nessa região. Portanto, se considerarmos as datas de nascimentos apresentadas nos registros de batismos, nos teremos uma relação mais homogênea para os três primeiros anos, que variaram entre nove e dez nascimentos por ano. (CDP: 1872-1875). Certamente desses números teríamos que acrescer as crianças escravizadas mortas ao nascer.

Desta forma, mesmo que não apareçam na relação de bens dos inventários, consideramos que essas crianças filhas de trabalhadores escravizados nascidos após a Lei do Ventre Livre (1871) permaneceram junto a mãe, ficando sob a mesma condição de servidão. A lei de 1871 determinou que os filhos de trabalhadores escravizados a partir daquela data, ficariam aos cuidados do escravizador até completarem 21 anos, ou deveriam ser entregues ao governo, como a pouco assinalado. (COSTA: 1998).

O comportamento dos proprietários escravizadores dessa região em relação ao tratamento dispensado aos beneficiados por esta lei pode ser observado em alguns documentos desse período. Em duas cartas de liberdade, foi observado que o ato de concessão de liberdade para a mãe escravizada não excluía o direito de exploração que o escravizador tinha sobre seus filhos libertos. (ATL: 1859-1888).

Nesse sentido, podemos observar a carta de liberdade registrada no ano de 1882. Este documento reflete diretamente o direito de posse garantido ao escravizador pela lei. O escravizador José Pereira Linhares Filho concedeu liberdade a Theolinda, preta, africana de 60 anos aproximadamente, reservando o direito sobre sua filha Francisca, de apenas oito anos de idade “[...] nesta data concedem a mesma escrava, plena liberdade [...] o que fazemos em recompensa aos bons serviços que dela receberam, reservando os outorgantes o direito que tem aos serviços da ingênua Francisca”. Nas condições daquela época, Francisca estaria livre por ter nascido após a lei de 1871. O que, necessariamente, como foi possível observar, não ocorria, em decorrência da obrigatória sujeição de sua mãe ao escravizador. (ATL, Livro de Registros n.8, Carta de Liberdade, fls-29 verso, 1882).

Outro caso foi a carta de liberdade concedida a Policena e suas filhas Theodora e Theresa em 1877. Elas foram compradas por José Antônio Alexandre Vieira e em seguida libertas, sob a condição do pagamento de 400\$000 mil-réis, e que fosse reservado ao escravizador o direito sob os serviços da ingênua Theresa. “[...] concedo portanto pela presente plena liberdade a dita escrava Policena reservando-me porém os direitos que a lei me confere sobre a ingênua liberta que ficará em meu poder até a idade da lei, obrigando-me a tratá-la e dar educação na forma da supra lei.” No documento não foi descrito a idade de Theresa, mas os direitos sobre os seus serviços se estenderiam até que ela tivesse 18 anos completos. (ATL, Livro de Registros n.5, Carta de Liberdade, fls-40 verso, 1877).

A partir das relações demonstradas nessas duas cartas de liberdade, podemos sugerir que o efeito da Lei 2040 de setembro de 1871, nessa sociedade, refletiu sobre os procedimentos e documentos formais quanto a classificação dos trabalhadores em sua condição de escravizados e libertos. No entanto, observa-se que, na prática, a existência social desses indivíduos permaneceu pouco alterada, já que observamos que sua sujeição e obrigações servis mesmo após estarem legalmente libertos, pouco se alteraram. E, constitui-se ainda, este direito dos escravizadores sobre os filhos ingênuos, em uma forma de condicionar a permanência da mãe na propriedade, quando elas foram libertadas.

Nesse contexto, da mesma forma que registramos uma diminuição dos registros da população cativa na faixa entre 0 e 15 anos, foi possível observar na faixa entre 16 e 20 anos uma queda de 37,5% em relação aos números apresentados na segunda fase. Nessa terceira fase, sobre a população localizada entre 31 e 40 anos,

ocorreu a diminuição de cinco trabalhadores escravizados, percentual igual a 29%. O aumento populacional nessa terceira fase pode ser observado na faixa etária entre 21 e 30 anos, que apresentou significativos 55,1% de crescimento em relação a população registrada na fase anterior. (ATL: 1859-1888).

O crescimento observado nessa terceira fase ficou concentrado em uma faixa de idade específica, associada ao período de vida relativamente mais produtivo dos trabalhadores escravizados. Deduzimos que diante das mudanças ocorridas naquele período, principalmente em relação às leis que condicionaram parcialmente a posse de crianças e idosos, ocorreu também, por parte dos proprietários dessa região, uma reorganização no formato da posse desses cativos. (COSTA: 1998). Escravizaram os trabalhadores que lhes garantiam maior lucro pela exploração do seu trabalho e certa segurança em relação ao capital investido.

Para todo esse contexto analisado, torna-se importante observar que as relações que permitiram a composição dessa população escravizada nessa região de campos se constituíram de formas variadas. Por isso, observaremos elementos complementares a composição e caracterização dessa população.

4.3 RELAÇÕES ECONÔMICAS SOCIAIS E A MANUTENÇÃO DOS TRABALHADORES ESCRAVIZADOS

Conforme já demonstramos, através da análise dos inventários foi possível levantar números que contribuem para a caracterização da população de trabalhadores escravizados nessa região, ou seja, o montante de trabalhadores concentrados nessas propriedades. Ainda que esses números expressem a realidade da maior parte das propriedades pastoris com trabalhadores escravizados, não demonstra toda sua dimensão. Durante a pesquisa, foi possível observar uma circulação de cativos paralela aos registros dos inventários. Constatamos a existência de treze livros de registros do Cartório de Notas contendo informações sobre trabalhadores escravizados, correspondentes ao período de 1859 a 1888. (ATL: 1859-1888).

Dos treze livros, foi possível analisar onze, cobrindo o período entre 1859 e 1885. Para este período, considerando números gerais, encontramos 144 documentos referentes aos trabalhadores escravizados. Deste total, considerando procurações, cartas de liberdade, notas de compra e venda, penhora, doação e trocas, contabilizamos 153 cativos. (ATL, 1859-1885).

Observamos também, que deste total de documentos analisados, trinta e cinco relacionam-se diretamente com os inventários, nos quais encontramos trinta e nove cativos. Portanto, é preciso diminuir esta quantia da soma total registrado de 153 cativos, pelo fato de já terem sido incluídos na soma da população escravizada levantada através dos inventários.

Assim, a partir do isolamento dos documentos duplicados, direcionamos os dados concretos para análise, nos restando 109 documentos, que registram 114 trabalhadores escravizados. Ou seja, em relação ao total de documentos analisados, teremos uma proporção superior a 75% dos registros apresentando informações complementares aos dados extraídos dos inventários *post-mortem*. (ATL: 1859-1885). Algumas dessas informações podem ser observadas na Tabela 8.

Tabela 8 - Número de cativos distribuídos por tipo de documento do Cartório de Notas: 1859-1885 (ATL).

CATIVOS POR TIPO DE REGISTRO	MASC.	FEM.	TOTAL	%
Compra e Venda	48	36	84	54,9 %
Carta de Liberdade	26	33	59	38,5 %
Doação de Cativo	1	5	6	3,9 %
Penhora de Cativo	0	2	2	1,3 %
Troca de Cativo	2	0	2	1,3 %
TOTAL	77	76	153	

Fonte: ATL – Livros de Registros - 1 ao 11, 1859-1885.

Em relação as informações da Tabela 8, destacamos os números que demonstram a movimentação de compra e venda e concessões de cartas de liberdade. Foi possível observar que ocorreu nessas áreas, ao longo do período estudado, oscilações na intensidade e tipo de relações envolvendo trabalhadores escravizados. Variações que demonstram um maior volume de movimento de trabalhadores nos documentos de compra e venda. (ATL: 1859-1885).

Destacamos também alguns documentos que apresentam uma variação nas formas de relações econômico-sociais envolvendo cativos, como a doação e a penhora. Assim, podemos ampliar nossa visão sobre a dimensão de circulação e participação dos trabalhadores escravizados nessa área pastoril.

Sobre a doação de cativos, podemos constatar que dos seis registros, três estão relacionados diretamente a trabalhadores domésticos, dois não possuem descrição de função e um é associado diretamente a atividade pastoril.

Em 1871 o capitão Estevão Ribeiro do Nascimento doou para sua sobrinha Ignês, duas cativas, Emiliana 28 anos, e sua filha Maria, 10 anos. Emiliana foi identificada como cozinheira, uma atividade ligada essencialmente aos trabalhos da casa. Sobre Maria não foi descrito função, mas como acompanhou a mãe na doação, acreditamos que esteja da mesma forma, ligada prioritariamente aos trabalhos domésticos. (ATL, Livro de Registros, n.2, 1862-1871, fls. 47verso).

“[...] no cartório desta Freguesia de Palmas Comarca da Vila de Guarapuava, Província do Paraná, compareceu o presente Capitão Estevão Ribeiro do Nascimento, pessoa de mim reconhecida e das testemunhas abaixo assinadas do que dou fé, e pelo referido Capitão Nascimento foi dito em presença das mesmas testemunhas o Tenente Francisco Antonio de Araújo, e o Alferes Antonio de Sá Ribas, que de sua livre e espontânea vontade faz doação das duas escravas Emiliana e Maria a sua sobrinha Dona Ignes Ferreira Bello [...] e na sua morte ficarão ditas escravas pertencendo para o gozo de seus filhos, com a condição de nenhum credor do casal tirarem para pagamento de dividas, ficando assim sem vigor qualquer compra que façam das referidas escravas, nem o casal as poderão vendê-las e nem a produção de família que por ventura tiverem as mesmas escravas, ficando nula qualquer venda [...]”. (ATL, Livro de Registros, n.2, 1862-1871, fls. 47verso).

Outro caso é o da cativa Firmina, de nove anos, identificada como costureira, assinalando a precoce exploração da mão de obra escravizada, comumente, a partir dos seis anos. Sua condição também sugere uma relação de prestação de serviços ligados ao ambiente doméstico e a uma convivência muito próxima com seus escravizadores. O capitão José Joaquim de Almeida fez a doação de Firmina para as filhas de José Gomes da Silva, identificadas como Maria Angélica, Julia, Benedicta e Luisa, determinando que a cativa estivesse livre, quando a última delas se casasse. (ATL, Livro de Registros n.3, 1871-1873, fls 45verso - 46frente).

“[...] nesta freguesia de Palmas, da Comarca de Guarapuava, Província do Paraná em o meu Cartório estão presentes o cidadão José Joaquim de Almeida e as testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, todas de mim conhecidas do que dou fé, e por ele Capitão José Joaquim de Almeida foi dito que possui uma escrava de nome Firmina de nove anos de idade, solteira, cor fula e natural de Santa Catarina, cuja

escrava declarou que por este instrumento faz dela doação como de fato o faz de sua livre e espontânea vontade e sem constrangimento de pessoa alguma dando a dádiva a Maria Angélica, Julia, Benedita e Luisa, filhas solteiras do senhor José Gomes da Silva e de sua mulher Dona Anna Rosa da Silva com a condição porém de aquelas destas que forem casando e casadas que sejam, perderá por seu consórcio o direito que tiver na mesma escrava e findo o casamento da última ficara a dita escrava Fermina liberta [...]”. (ATL, Livro de Registros n.3, 1871-1873, fls 45verso - 46frente).

Do mesmo modo, na doação que faz o major Manoel Felix de Siqueira a José Lustosa Danguy, a trabalhadora escravizada Benedicta, 27 anos, é identificada na função de cozinheira, mantendo a relação com o ambiente doméstico. (ATL, Livro de Registro n.4, fls 15verso). Já em relação a doação feita pelo alferes Manoel Ferreira Bello a seu filho Pedro Ferreira Bello, a função desempenhada pelo trabalhador escravizado esta associada a lida com o gado. Luiz, 15 anos, foi identificado como campeiro. (ATL, Livro de Registro n.4, 1874-1876, fls 14 verso -15frente).

“[...] neste Distrito de Palmas em o lugar denominado Três Capoeiras, fazenda de propriedade do Alferes Manoel Ferreira, em sua casa aonde eu escrivão de Par e Notas me achava, e ai presentes o mesmo Alferes Bello, e sua mulher Dona Maria Zeferina dos Prazeres, pessoas de mim conhecidas e das testemunhas abaixo assinadas do que dou fé, e por eles outorgantes me foi dito em presença das mesmas testemunhas que possuem dentre os mais bens um escravo de nome Luiz, matriculado na relação número trinta e quatro, com o número de ordem na matrícula cento e oitenta e quatro na ordem da relação da Palmeira, filho de Ephigenia e campeiro e matriculado no dia dez de agosto de mil oitocentos cetenta e dois, cujo escravo declaram que de sua livre e espontânea vontade fazem dele doação a seu filho Pedro Ferreira Bello, que pode de hoje em diante desfrutar como seu que fica sendo para todo o sempre, e que por isso transpassa toda posse, juiz e domínio que tinham em dito escravo ao dito filho Pedro [...]”. (ATL, Livro de Registro n.4, 1874-1876, fls 14 verso -15frente).

Temos ainda a doação de Dionísia. Considerando a importância dos cativos para a manutenção dessa sociedade, podemos ver esta doação como um ato de reprodução da estrutura escravista e manutenção de uma ordem social bem definida, que se baseia na condição de posse. A cativa Dionísia tem idade de três meses e foi doada por Estevão de Souza Côrtes ao seu sobrinho e afilhado Jesuino. Seguem recomendações específicas para que sua Irmã Zeferina, mãe do beneficiado, assumas os

direitos sobre Dionísia, até que seu sobrinho tenha idade para reger a cativa por conta própria. (ATL, Livro de Registro n.8, 1881-1882, fls. 11verso).

“Digo eu abaixo assinado que entre os mais bens que possuo é bem assim uma escrava de nome Dionísia, idade três meses, filha de minha escrava Antonia, cuja negrinha faço dela doação a meu sobrinho e afilhado Jesuino filho de minha irmã Maria Zeferina dos Prazeres, cuja negrinha desde já entrego a dita minha irmã para quando o dito meu sobrinho tiver idade de reger seu bem por si, minha irmã lhe entregará o qual podera desfrutar como sua que fica sendo de hoje para sempre [...]”. (ATL, Livro de Registro n.8, 1881-1882, fls. 11verso).

Outro documento destacado na Tabela 8 são as penhoras que apesar de registrarmos apenas duas, fizemos questão de registrá-las como exemplo de variações nas formas de exploração dos trabalhadores escravizados, atestando a essencialidade destes sujeitos para manutenção de relações econômicas e sociais complexas nestas sociedades. Desta forma, observamos a penhora envolvendo cativos como um ato que extrapola sua condição de força de trabalho, convertido que está por seu escravizador em moeda de troca e barganha. Esta ação destaca a importância do trabalhador escravizado nesse meio social que a partir de sua posição de condição para produção, interfere de diferentes formas na manutenção e circulação da economia também nessas áreas pastoris.

Os relatos de penhora envolvem duas trabalhadoras escravizadas. Emiliana, cor fula, 25 anos, entregue por José Antônio Alexandre Vieira a Manoel Lourenço, de Palmeira, pela quantia de 1:162\$900 mil-réis pelo prazo de seis meses, a contar do dia 19 de novembro de 1869.

“[...] por o cidadão José Antônio Alexandre Vieira, me foi dito em presença das testemunhas abaixo nominadas, e assinadas que dentre mais bens que possui, é bem assim senhor e possuidor de uma escrava de nome Emiliana crioula idade de vinte e cinco anos mais ou menos, cor fula, de cuja escrava faz penhora ao cidadão Manoel Lourenço da Silva Bastos, pela quantia que ele é devedor por um crédito de um conto cento e sessenta e dois mil novecentos réis, com o prazo de seis meses, a contar desta data.” (ATL, Livro de Registros n.2, 1862-1871, fls 31 frente).

A outra penhora refere-se à Margarida, crioula, cor fula, de idade não identificada. Neste registro Hipólito Cordeiro de Andrade entregou a cativa ao capitão Estevão Ribeiro do Nascimento pelo valor de 378\$000 mil-réis a ser pago no prazo de dezoito meses. (ATL, Livro de Registros n.2, 1862-1871, fls 30frente -31frente).

“Saibam os que este Público instrumento de Escritura Pública de Penhora virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e sessenta e nove, aos vinte cinco dias do mês de Agosto do dito ano, nesta Freguesia de Palmas, Termo da Vila de Guarapuava, Província do Paraná, em meu Cartório compareceram presentes o cidadão Hipólito Cordeiro de Andrade e o Capitão Estevão Ribeiro do Nascimento moradores neste Distrito, pessoas de mim reconhecidas do que dou fé, e pelo cidadão Hipólito Cordeiro de Andrade, me foi dito em presença de duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas que dentre mais bens que possui é bem assim Senhor e possuidor de uma Escrava de nome Margarida, crioula [...] cor fula de cuja escrava faz penhora ao Capitão Estevão Ribeiro do Nascimento [...]”. (ATL, Livro de Registros n.2, 1862-1871, fls 30 frente).

No caso específico de Margarida, observamos que o prazo para quitação da penhora não se cumpriu. Margarida permaneceu sob a posse do capitão Estevão que negociou sua liberdade em 1875, mediante o pagamento de 600\$000 mil-réis. (ATL, Livro n.4, 1874 - 1876, fls, 47 verso). Não há referência sobre a origem do valor pago pela liberdade de Margarida, nos levando a supor, que a própria trabalhadora escravizada tenha pago por sua liberdade, o que nas condições do período seria uma possibilidade restrita.

É importante observar que as transações em torno da posse e concessão de liberdade da cativa Margarida movimentaram capitais significativos para o capitão Estevão. Observando o valor da penhora, 378\$000 mil-réis, convertido automaticamente no valor de aquisição da cativa diante do não pagamento da dívida, e o valor pago por sua liberdade, 600\$000 mil-réis, a diferença é de 222\$000 mil-réis. Este valor, que pode ser considerado lucro, foi acrescido ainda pelas vantagens obtidas durante os seis anos em que o trabalho de Margarida foi explorado. (ATL, Livro de registros, n.4, 1874 - 1876, fls, 47 verso).

Em números elevados, considerando em geral três anos o tempo necessário para que o retorno do investimento em cativos pudesse ser considerado lucro nessa região, e cogitando a possibilidade de Margarida ter pago por sua liberdade, os rendimentos extraídos do seu trabalho deveriam ser de no mínimo 200\$000 mil-réis anuais. Deste montante, seria necessário que Margarida acumulasse algo superior a 8\$000 mil-réis mensais para conseguir o valor pago por sua liberdade, no prazo de seis anos. (ATL: 1859-1888).

Comparado ao valor atribuído aos animais que constam nos inventários de 1875, ano da carta de liberdade de Emiliania, o valor de seiscentos mil-réis equivaleria a trinta e sete vacas de três anos acima, ou ainda, a sessenta bestas chucas de um ano. (IFPRCP, Relação de inventários – Major Joaquim Manuel de Oliveira Ribas, 1875). Estes são valores elevados para o período, diminuindo consideravelmente as possibilidades de acumulação dessa quantia pelos trabalhadores escravizados.

4.4 RELAÇÕES DE COMPRA E VENDA

No início do Capítulo 4, observamos que o número de trabalhadores escravizados aumentou gradativamente na região de Palmas, ainda que o período estudado se desenvolva em um contexto de proibição do tráfico internacional destes trabalhadores. Considerando o contexto econômico do período em sua dimensão ampliada, é possível estabelecer algumas relações entre a movimentação comercial de cativos nos Campos de Palmas e o contexto do tráfico interno, característico do Brasil pós 1850. (COSTA: 1998; CONRAD: 1985).

Robert Conrad (1985) destacou em seu texto o aumento das relações comerciais internas envolvendo trabalhadores escravizados e o fortalecimento do tráfico interprovincial no Brasil após 1850. Destaque-se os anos entre 1873 e 1880. Nesse período, foram registrados os maiores deslocamentos internos de mão de obra escravizada.

Segundo o autor, estes deslocamentos estão relacionados principalmente ao desenvolvimento das lavouras de café e a desarticulação da estrutura escravista no Nordeste, acelerada pelas secas. Nesse período, além da disseminação para outras áreas, ocorreu uma maior concentração de cativos na região cafeeira de São Paulo, fato que deveria ter sido controlado pelas taxas estabelecidas sobre este comércio quando ocorreu a promulgação da lei proibitória, ainda em 1850. (CONRAD: 1985, 201-202).

No entanto, os deslocamentos ocorreram de forma intensa, sendo grande o volume de exportações interprovinciais desse tipo de mão de obra. A partir de 1880, os principais núcleos produtores de café tentando regular a entrada e saída desses trabalhadores nas províncias, estabeleceram taxas altíssimas referentes ao imposto pago sobre este tipo de comércio, adquirindo assim, um caráter proibitivo, provocando sua gradativa diminuição. Tentava-se assim, impedir a divisão do país entre províncias

escravistas e províncias livres da escravidão, que se compreendia como fenômeno favorável ao abolicionismo. (COSTA: 1998, 256; CONRAD: 1985).

Emilia Viotti da Costa assinalou que as taxas proibitivas coibiram tanto a saída quanto a entrada da mão de obra escravizada nas províncias. Na Bahia e em algumas províncias do Norte, em 1862, as saídas de cativos eram taxadas em 200\$000 mil-réis, enquanto em São Paulo em 1871, a entrada desse tipo de mão de obra foi taxada em 200\$000 mil-réis, restringindo a renovação e manutenção do trabalhador escravizado. (1998, 256).

A partir do contexto apresentado, analisamos a documentação referente a compra e venda de cativos em Palmas, no período entre 1859 e 1885. Encontramos 84 registros. Procuramos verificar a origem dos trabalhadores escravizados encontrados nessa região, observando também as indicações da documentação referentes à origem do vendedor ou do comprador. (ATL: 1859-1885).

Nesse sentido, verificamos inicialmente os números aproximados relativos a quantidade de entradas e saídas - compra e venda. Em relação ao total de registros de compra e venda apresentados na Tabela 8 (97), conseguimos identificar como entrada, ou seja, compra de cativos de outras regiões, trinta registros. Uma significativa proporção de 35,7%. (ATL: 1859-1885).

Como em alguns documentos foram negociados mais de um cativo ao mesmo tempo, contabilizamos para esta documentação, trinta e quatro cativos. Observamos também as saídas, representadas pelas vendas de cativos para outras áreas. Sobre estas transações identificamos nove registros, equivalendo a 10,7%. (ATL: 1859-1885). Ou seja, a região comprava mais do que vendia cativos.

Foi possível identificar ainda, uma proporção das relações comerciais envolvendo os proprietários locais. Sobre essas compras e vendas internas, os números apurados corresponderam a 26,1%. Dessa forma, em relação ao total de documentos analisados, identificamos em torno de 73%, restando aproximadamente 27% dos documentos sem possibilidade de definição, por falta de informações. (ATL: 1859-1885).

Para as entradas, cativos oriundos de outras regiões, identificamos seis cativos de Santa Catarina (Lages), três que se dividem entre São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e os demais, 21 ao todo, eram de outras regiões do Paraná, com destaque para Guarapuava e Palmeira. Do total de entradas, encontramos dezessete cativos do sexo feminino e dezessete do sexo masculino. O que sugere que as compras não se

destinavam apenas às práticas pastoris, desempenhadas por cativos do sexo masculino. (ATL: 1859-1885).

Em relação às saídas, foi verificado que o destino dos trabalhadores escravizados teve maior incidência para o interior da província, totalizando cinco, restando dois que foram para o Rio Grande do Sul, um para São Paulo, e outros dois que não foi possível identificar corretamente o destino. Da mesma forma que nos registros de entrada, o número de cativos registrados foi maior que a quantidade de documentos, pois em um mesmo registro foram negociados dois cativos. Assim, para os nove documentos analisados encontramos dez cativos, divididos igualmente entre cativos do sexo masculino e do sexo feminino. (ATL: 1859-1885).

Sobre a movimentação interna, encontramos vinte e dois registros, representando mais de 26% dos documentos analisados. Foi possível constatar que ocorreu um significativo predomínio dos trabalhadores do sexo feminino sobre os do sexo masculino. Em relação ao total de registros para o comércio interno, mais de 72% eram mulheres, representando um diferencial superior a 45% em relação aos 27,2% proporcionais aos cativos homens. (ATL: 1859-1885).

A partir dessa primeira análise, podemos constatar que ocorreu, durante todo o período estudado, uma frequente circulação dos trabalhadores escravizados. Um fenômeno, como assinalado, que determinava, comumente, desraizamento traumático do cativo ou da cativa, determinado pela vontade do escravizador.

Os registros demonstram que as entradas foram significativamente maiores que as saídas, seguidas de uma movimentação interna que consideramos ser muito representativa. O que sugere o dinamismo da economia escravista regional. Já que nos referimos a grupos sociais que historicamente reduzem ou ignoram a essencial participação desses trabalhadores na economia e sociedade local.

Estes dados contribuem no sentido de superar estes posicionamentos, que acreditamos, estejam relacionados especificamente com as necessidades que estes grupos de proprietários locais sentiram ao longo da história em se distanciar e distanciar sua imagem da figura do escravizador. Isso sugere a construção de um passado inventado [imaginário] próprio e muitas vezes desligado do contexto mais amplo em que esteve inserido, baseando-se principalmente no discurso convicto [e ainda recorrente] de que *aqui* era diferente.

Construiu-se um universo regional imaginado e próprio, adequado às necessidades simbólicas objetivas ou sociológicas desses grandes proprietários e de seus

descendentes, que se ligaram ao geral [história *nacional*], em forma seletiva, conveniente, distorcendo os fatos objetivos do passado. Nesse processo, nega-se e *adocica-se*, em um sentido neopatriarcal, a exploração escravista, na perspectiva de construir narrativa equivocada sobre uma província nascida do trabalho livre, em grande parte europeu não-lusitano.

Ressaltamos em nossas análises, as possibilidades desencadeadas a partir da abordagem regional desses períodos históricos, articulando contextos específicos e gerais, possibilitando demonstrar, mesmo que em certa proporção, a realidade vivida nessas áreas. Sobretudo, o registro de que o trabalhador escravizado esteve na base da formação socioeconômica regional torna-se elemento fundamental para a discussão e superação dos problemas contemporâneos dessas sociedades, como o preconceito social e racial.

Nesse sentido - e considerando as informações destacadas por Robert Conrad (1985) - observamos que a movimentação de trabalhadores escravizados nos Campos de Palmas refletiu, em partes, o contexto geral daquele período. Na Tabela 9, é possível analisar os dados relativos a esse comércio na região. Os dados demonstram o total de compras e vendas entre 1859 e 1885 distribuídos por ano e gênero.

Tabela 9 - Distribuição de cativos por registros de compra e venda em Palmas, organizados por período e sexo - 1859-1885

Ano de registro	Compra e Venda		
	Masculino	Feminino	Total por livro
1859-1864	6	3	9
1862-1871	10	7	17
1871-1872	2	4	6
1874-1876	8	4	12
1876-1879	17	16	33
1879-1880	3	1	4
1880-1881	0	0	0
1881-1882	2	0	2
1882-1883	0	1	1
1883-1884	0	0	0
1884-1885	0	0	0

SOMA TOTAL	48	36	84
-------------------	----	----	----

Fonte: ATL – Livros de Registros – 1859-1885.

A análise da Tabela 9, considerando apenas o período entre 1859 e 1879, permite visualizar melhor a relação entre o contexto da região dos Campos de Palmas e o contexto descrito por Robert Conrad. Pois, considerando esta faixa de anos, os cativos arrolados na documentação referentes a compra e venda representam proporção superior a 91% dessas relações comerciais. (1985).

Situação que aparece de forma desproporcional nos anos seguintes. Encontramos para todo o período posterior, entre 1880 e 1885, apenas sete registros de venda e compra, representando pouco mais de 8,0% do total apurado para os vinte e seis anos que abrange o período estudado. (ATL: 1859-1885). Ou seja, com a crise final do cativo, caíam fortemente as atividades mercantis em torno do trabalho escravizado, já que se esperava por sua próxima - e talvez brusca - dissolução.

Além das informações sobre os números gerais dos trabalhadores comercializados na região de Palmas, observamos na Tabela 9, a distribuição dessa população por gênero. A partir dos dados levantados, constatamos que os cativos do sexo masculino aparecem em número maior que os do sexo feminino, constituindo proporção superior a 57% dos registros. Demonstrando a importância desse trabalhador mesmo nessa região de economia pastoril. (ATL: 1859-1885).

A incorporação de dados em nossa análise aproxima cada vez mais essa região das demais áreas do Brasil desse mesmo período. Extremamente ligadas às formas de reprodução social com base nos trabalhadores escravizados. Nesse sentido, nas relações de compra e venda, a preferência foi pelo trabalhador do sexo masculino. Os trinta e seis registros de trabalhadores do sexo feminino representaram, nesse contexto, 42% em relação ao total, um diferencial entre os sexos, maior que 14%. (ATL: 1859-1885; RODRIGUES: 2005; VIANNA FILHO: 1988).

Essa relação de superioridade masculina apresentada na documentação, não foi hegemônica. A análise dos documentos referentes a cartas de liberdade, apresentam uma inversão nessa condição feminina em relação à masculina. De acordo com as características das relações envolvendo alforrias nesse período, apontadas por Jacob Gorender, ocorreu um predomínio feminino nessas relações, observado em diferentes regiões do Brasil. (2010).

4.5 COMÉRCIO E LIBERDADE

A condição a qual estava submetida essa mão de obra, em termos de proximidade com os escravizadores e do ambiente doméstico, pode, de certa forma, justificar a inversão dessas estatísticas quando observamos as cartas de liberdade. De acordo com a Tabela 10, a proporção de trabalhadores do sexo feminino é superior a 55% em relação aos do sexo masculino. (ATL: 1859-1885).

Tabela 10 - Distribuição de cativos por registros de cartas de liberdade (Alforrias) em Palmas, organizados por período e sexo, 1859-1885

Livro e ano de registro	Cartas de Liberdade		
	Masculino	Feminino	Números totais
1 - 1859-1864	0	0	0
2 - 1862-1871	1	2	3
3 - 1871-1872	2	4	6
4 - 1874-1876	2	4	6
5 - 1876-1879	2	5	7
6 - 1879-1880	1	1	2
7 - 1880-1881	2	3	5
8 - 1881-1882	2	5	7
9 - 1882-1883	2	2	4
10 - 1883-1884	9	5	14
11 - 1884-1885	3	2	5
TOTAL	26	33	59

Fonte: ATL – Livros de Registros – 1859-1885.

Os dados da Tabela 10, se confrontados com os dados da Tabela 9, demonstram uma maior constância das emissões de cartas de liberdade em relação às transações de compra e venda. As relações de compra e venda apresentadas na Tabela 9, conforme já observamos, concentraram-se em período bem definido, refletindo o contexto geral do Brasil daquele período. (CONRAD: 1985).

Em relação a Tabela 10, considerando todos os períodos, a variação mais expressiva ocorreu em 1884, quando houve uma predominância das cartas de liberdade

de trabalhadores escravizados do sexo masculino em relação ao feminino. Ainda no ano anterior, as quantidades de liberdades se igualaram, permanecendo alteradas no ano seguinte, mantendo o saldo positivo para os cativos de sexo masculino.

Não desconsiderando o contexto desse período, caracterizado pela escassez de mão de obra escravizada e o intenso tráfico interno que refletiu inevitavelmente sobre essa sociedade e região, interferindo nas relações entre escravizadores e escravizados, procuramos caracterizar os trabalhadores arrolados nas cartas de liberdade, buscando elementos que possibilitem uma melhor compreensão dessas relações.

Sobre o total de cartas de liberdade levantadas, 49% registravam a idade dos cativos. Destes, conseguimos verificar que 32% tinham entre trinta e seis e sessenta anos. Outros 12% estavam entre dezesseis e trinta anos, e menos de 4% possuíam até 15 anos. Na faixa entre trinta e seis e sessenta anos, encontramos doze trabalhadores do sexo feminino e sete do sexo masculino, sendo que, todos os trabalhadores do sexo masculino tinham idade superior a cinquenta anos. (ATL: 1859-1885).

As mulheres estavam distribuídas de forma mais uniforme, em relação à idade. Assim, do total de mulheres, três situavam-se entre cinquenta e sessenta anos, quatro estavam na faixa entre quarenta e quarenta e nove anos, e cinco entre trinta e seis e trinta e sete anos. (ATL: 1859-1885).

Para a faixa entre dezesseis e trinta anos, observamos oito registros, sendo três femininos e cinco masculinos. Para a faixa até quinze anos, os dois registros encontrados são do sexo feminino. Foi possível constatar que entre as cartas de liberdade que registraram a idade dos cativos, o maior número de mulheres se concentrou entre quinze e trinta anos, enquanto que os homens apareceram com mais frequência, na faixa entre cinquenta e sessenta anos. (ATL, 1859-1885).

Além da relativa vantagem numérica dos trabalhadores do sexo feminino sobre os do sexo masculino, é importante observar que as mulheres receberam um número maior de cartas de liberdade justamente na faixa de idade considerada mais produtiva, respectivamente entre quinze e quarenta anos. Já em relação aos homens, a maior proporção nestes documentos se concentrou na faixa etária acima dos cinquenta anos, etapa em que a produtividade estava em baixa e dependendo da intensidade de exploração, o trabalhador poderia estar inutilizado. (ATL: 1859-1885; IFPRCP: 1874).

Podemos observar outros elementos que compunham as determinantes para as concessões de liberdade. Sobre o total de registros, constatamos que em 6,7%, a liberdade foi concedida fazendo referência aos bons serviços prestados, não registrando

a idade dos cativos. Registramos duas cartas de liberdade por ocasião do casamento do filho do capitão Estevão Ribeiro do Nascimento, este que foi um dos grandes proprietários de trabalhadores escravizados desta região, possuindo na época de sua morte, doze trabalhadores escravizados em suas propriedades. (ATL, 1859-1885; IFPRCP, Relação de inventários, 1874).

Verificamos também, as liberdades financiadas pelo fundo de emancipação. Registramos sete cartas, sendo cinco concedendo liberdade para mulheres e duas para homens, nessas cartas apenas duas registraram a idade dos libertos, uma cativa de dezessete e outra de vinte e três anos. (ATL: 1859-1885).

Encontramos em algumas cartas de liberdade a imposição de determinadas condições para validar o documento. Em nove documentos, encontramos como condicionante para a liberdade, a permanência do cativo na prestação de serviços sob a mesma condição de sujeição, por mais alguns anos. Em dois destes registros, a determinação foi de que os cativos receberiam a liberdade, mas deveriam servir seus escravizadores nas mesmas condições de sujeição, enquanto estes ainda fossem vivos. (ATL: 1859-1885). Tratava-se, portanto, de liberdade hipotética, já que nada impedia que morressem antes dos escravizadores.

Nos outros sete registros distribuídos entre os anos de 1872 e 1885, o tempo em que os trabalhadores deveriam permanecer escravizados até atingir a liberdade, variou entre quatro e sete anos, sempre com a observação de que os serviços e a conduta de obediência e servidão deveriam permanecer inalterados. Destaque-se que dos sete registros, cinco localizaram-se entre os anos de 1882 e 1885. Encontramos ainda dois registros de liberdade mediante o pagamento de determinados valores, 400\$000 e 600\$000 mil-réis respectivamente, sem fazer referência ao pagador, por isso, podemos concluir que estes valores foram pagos pelos próprios cativos. (ATL: 1859-1885).

Entre essas concessões uma que se destaca é a do mulato Francelino, roceiro, de 26 anos. Este cativo foi comprado em 1867 pelo alferes Arlindo Silveira Miró, juntamente com outros cidadãos *patriotas*, pela quantia de 1:280\$000 mil-réis, sendo na sequência concedida sua liberdade sob a condição de que o cativo se alistasse no exército para lutar na Guerra do Paraguai. (ATL, Livros de Registros, n.2, 1867, fls. 15verso). A libertação pode, portanto, ter sido o pior presente grego que pudesse receber!

“[...] escritura de venda de um escravo por nome Francelino, mulato, crioulo de idade de vinte e seis anos mais ou menos que faz o Alferes Manoel Ferreira Bello, ao

Alferes Arlindo Silveira Miró, e outros cidadãos constantes de uma relação que me apresentou e que subscreveram entre si a quantia de um conto duzentos e oitenta mil-réis para dita compra e deram liberdade ao mencionado escravo, para o fim de sentar praça no exército tendo tal liberdade esta condição visto como assim o fizeram no sentido de darem uma prova do desejo que tinham de quadrijuvar o governo na presente guerra que sustenta o país com a república do Paraguai [...]”. (ATL, Livros de Registros, n.2, 1867, fls. 15 verso).

O número restrito de alforrias, 59, para 35 anos, ou seja, 1,7 por ano, circunscreve o caráter limitado e não raro apenas formal das libertações, devido às inúmeras condicionais, que anulavam ou limitavam a libertação dos cativos. Mais um fenômeno que sugere a forte coesão da escravidão da região, até seus derradeiros anos.

4.6 AS *PROFISSÕES* E O CATIVO CAMPEIRO

Na análise desta documentação, procuramos observar, de acordo com as informações levantadas por Jacob Gorender (2010), Robert Conrad (1985) e Emilia Viotti da Costa (1998), que a porcentagem de trabalhadores do sexo masculino nas áreas rurais é significativamente superior aos do sexo feminino. Esta diferença foi atribuída às condições de trabalho impostas nessas áreas, que dependiam em grande parte, da força física. Em áreas pastoris, como é o caso dos Campos de Palmas, observamos que esta relação não foi diferente. Nesse sentido, procuramos traçar um perfil desses trabalhadores de acordo com as profissões registradas nos documentos.

Durante nossa análise sobre os trabalhadores escravizados nos Campos de Palmas observamos na documentação disponível uma série de registros sobre as profissões dos trabalhadores feitorizados. As funções desempenhadas foram as mais variadas, demonstrando sua articulação e contribuição aos diferentes setores dessa sociedade. (ATL, 1859-1885; CCA, 1859-1888; IFPRCP, 1859-1888).

Encontramos registros das seguintes profissões: campeiro, lavadeira, cozinheiro, cozinheira, roceiro, lavrador, costureira, sapateiro, doméstica, doméstico, lenheiro, tropeiro, mocamba (mucama), pedreiro, domador e arrieiro. Esses trabalhadores estão distribuídos na documentação de forma variada. Dessa forma, procuramos observar a frequência com que estas profissões aparecem nas relações de compra e venda e na relação dos inventários. (ATL: 1859-1885).

Como estamos analisando uma área de atividade pastoril, e já constatamos que o número de trabalhadores do sexo masculino foi proporcionalmente maior que o feminino, destacamos os registros que indicaram a profissão de campeiro. A referência a este profissional apareceu dezessete vezes nos documentos de compra e venda analisados entre 1864 e 1879. Para os inventários, dos trinta e seis que analisamos, dezesseis registraram trabalhadores desempenhando esta função em proporções variadas. (ATL: 1859-1885; IFPRCP: 1859-1888).

Ou seja, um alto número de incidências. Para o total de trabalhadores escravizados que observamos em todos os documentos de inventários e compra e venda no período entre 1859 e 1888, o cativo campeiro foi o profissional que mais vezes apareceu. Contabilizamos nos registros dos inventários, 43 cativos, e nos registros de compra e venda, 21. (ATL: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Em relação aos cativos campeiros registrados nos documentos de compra e venda, sua distribuição mostrou uma concentração maior entre 1870 e 1879, num total de treze. Encontramos entre os anos de 1864 e 1869 outros três registros, e um, sem data definida. A idade desses cativos identificados como campeiros variou entre 9 e 36 anos, nesta documentação.

Observando sua distribuição por faixa etária, registramos três entre 9 e 10 anos, quatro entre 11 e 20 anos e dez localizados entre 21 e 36 anos. Os dados demonstram uma preferência por trabalhadores em faixa de idade específica, geralmente associada a fase mais produtiva e dinâmica dos trabalhadores, em que sob determinadas condições, foram capazes de executar a maioria dos trabalhos exigidos na propriedade. (ATL: 1859-1885).

A participação de trabalhadores escravizados de baixa idade, a partir dos 9 anos, deve-se à possibilidade de participarem das atividades pastoris montados, em funções de apoio. Esse fenômeno, o uso de cativos campeiros, desde os seis anos de idade, foi registrado em múltiplas outras investigações sobre a economia pastoril, em diversas regiões do país apresentada por autores como: LIMA; EIFERT; MAESTRI. Tal fato e a dureza dos trabalhos pastoris foram registrados pela literatura oral pampiana através da lenda do Negrinho do Pastoreio.

Também constatamos na maior parte desta documentação a origem dos trabalhadores escravizados. Apuramos que seis dos cativos eram originários de Palmeira – PR; três, de Palmas e três não possuíam informações sobre suas origens. Os cinco

restantes dividiram-se entre Curitiba, Paranaguá, Guarapuava, Santa Catarina e uma região não definida do Paraná. (ATL, 1859-1885).

Para essas relações de compra e venda, sejam elas interprovinciais ou locais, observamos que os valores de comércio dos trabalhadores escravizados se mantiveram elevados. Relacionamos três cativas identificadas como costureiras, das quais destacamos Isabel, preta, idade 24 anos, negociada entre dois moradores de Palmas em 1863, pela quantia de dois contos de réis (2:000\$000). Para se ter uma ideia da importância deste valor em relação ao montante de capitais de alguns proprietários dessa região, é significativo observar que, entre os inventários que registraram cativos como bens, cinco apresentaram soma total de capitais que variaram entre 1:700\$000 mil-réis e 5:500\$000 mil-réis. Ou seja, o valor pago pela cativa Isabel foi superior ao total de capitais que alguns moradores dessa região possuíam. (ATL, Livros de Registros n.1, 1863, fls, 23 verso; IFPRCP, 1859-1888).

Em relação aos cativos campeiros, a média de preços também se manteve elevada em comparação aos demais trabalhadores. Do total de dezessete cativos, não contando os que aparecem mais de uma vez, treze foram negociados em valores que se mantiveram na faixa entre 1:000\$000 mil-réis e 1:800\$000 mil-réis. Mesmo os que estiveram abaixo destes valores, ficaram com média proporcionalmente elevada, sendo igual a setecentos e novecentos mil-réis. Dois destes cativos não tinham informações de preço. (ATL: 1859-1885).

Evidencia-se na documentação, não apenas a presença, mas também a condição indispensável destes trabalhadores escravizados para a organização e manutenção da economia e sociedade pastoril. A observação do envolvimento desse trabalhador com as atividades específicas e inegavelmente ligadas ao pastoreio contribuiu significativamente para a visualização dessas relações. (ATL: 1859-1885).

A dimensão da participação dos cativos campeiros nessa região dos Campos de Palmas, já observada nos registros de compra e venda, pode ser percebida também nos registros dos inventários. Como destacamos, nos 36 inventários que analisamos, foi possível identificar a presença de cativos campeiros em dezesseis documentos. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Entre os dezesseis inventários contabilizados, encontramos um total de 43 cativos campeiros. No entanto, alguns destes trabalhadores se repetem, seja por herança, doação ou compra e venda. Considerando para esta contagem apenas a primeira vez que estes trabalhadores foram registrados, os números reduzem para 37. Isso representa

sobre os 201 trabalhadores escravizados que registramos no total de inventários, cerca de 18%. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Foi de 31,6%, a proporção de cativos identificados como campeiros, sobre o total de trabalhadores do sexo masculino registrados nos inventários. Consideramos uma porcentagem significativa da população trabalhadora escravizada nesses campos, já que essa proporção poderia aumentar se as informações em todos os inventários analisados estivessem completas. Levantamos essa hipótese apoiado na configuração rural dessa região, voltada para a criação e invernagem de gados. O que nos permite concluir que, mesmo nos documentos em que a profissão dos cativos não foi registrada, a função do cativo campeiro existiu. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Para o levantamento de dados que demonstrem a real presença do cativo campeiro nessa região, precisamos considerar o total geral de registros nos inventários, que foi de 235 cativos, não excluindo os que se repetem. A intenção é observar a presença média desses cativos por propriedade, e neste caso sua contagem não seria considerada duplicada, pois ele não aparece em dois registros ao mesmo tempo. Assim, esta distribuição de cativos observada segundo a realidade apresentada por cada inventariado, demonstrou significativas variações. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Tabela 11 - Distribuição de trabalhadores escravizados por propriedade/proprietários em Palmas, 1859-1888

Divisão por Faixa numérica	Número de trabalhadores escravizados	Quantidade de propriedades/proprietários
Faixa - 1	1 a 5	20
Faixa - 2	6 a 10	7
Faixa - 3	11 a 21	9

Fonte: CCA: 1859-1888; IFPRCP, Relação de inventários – 1859-1888.

Como podemos observar na Tabela 11, considerando para esta contagem 235 cativos, sua distribuição entre as propriedades variou significativamente. A maior parte das propriedades concentrou-se na Faixa 1, reunindo 19,5% da mão de obra escravizada. Na Faixa 2, os números relativos a essa posse representam 22,9%. Consideramos essa diferença pequena devido à proporção relativamente grande entre o número de propriedades e o número de cativos que elas concentraram. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

A diferença na posse de trabalhadores escravizados pode ser observada de uma forma mais evidente, quando analisamos a Faixa 3. Nas nove propriedades situadas nesta faixa, a concentração de trabalhadores escravizados foi de 57,4%. Isso significa que a maior parte dos trabalhadores escravizados nessa região dos Campos de Palmas, se considerarmos apenas os escravizadores inventariados, estiveram concentrados durante determinado período, em apenas 25% das propriedades. Ou seja, dos 235 cativos registrados, 134 estão reunidos em apenas nove dos 36 inventários, enquanto que os outros 101, dividiram-se entre os vinte e sete inventários restantes. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Nesta divisão, observamos que dos dezesseis inventários que registraram trabalhadores escravizados com a profissão de campeiro, apenas seis inventários localizaram-se na Faixa 1, outros quatro estão na Faixa 2, e seis na Faixa 3. Apesar do número de inventários com registros de cativos campeiros serem próximos, a concentração desses trabalhadores, observados por propriedade, é desproporcional. Sobre os seis inventários localizados na Faixa 1, contabilizamos oito cativos campeiros, representando uma distribuição média menor que um trabalhador por proprietário. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Na Faixa 2, registramos um total de dez cativos campeiros concentrados em quatro inventários, equivalente a mais de dois cativos por proprietário. Estes dados representam uma elevação percentual importante em relação a Faixa 1. Já em relação a Faixa 3, a concentração de cativos campeiros por proprietário se alterou significativamente. Entre os nove inventários desta faixa, seis concentraram vinte e cinco cativos campeiros. Proporcionalmente, teríamos uma presença maior que quatro cativos campeiros por propriedade, o que deixa em evidência essas propriedades, por concentrarem mais de 58% do total de cativos campeiros registrados. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Analisando as informações dos inventários que se concentraram na Faixa 3, foi possível observar que o montante de capitais reunidos por estes escravizadores inventariados se mantiveram elevados. Entre os nove inventários, o que apresentou menor valor considerando o total de capitais, foi de 27:014\$660 mil-réis em 1862, e o que apresentou maior valor foi de 165:631\$920 mil-réis em 1868. Estes dois inventários não registraram cativos campeiros. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Entre os nove inventários localizados na Faixa 3, seis registraram cativos campeiros, representando um montante total de capitais que variou entre 48:595\$000

mil-réis, e 137:943\$750 mil-réis, valores que podemos considerar elevados para esta região. Do montante total de capitais observados nos inventários com registros de trabalhadores escravizados, 13,8% estão abaixo de seis contos de réis, 27,7% apresentaram capitais acima de quarenta contos de réis, e em 58,3% dos inventários, os capitais se mantiveram entre nove e quarenta contos de réis. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Os inventários da Faixa 3 que registraram cativos campeiros estão entre os que apresentaram os maiores valores de capitais. Do total de seis inventários com cativos campeiros, quatro apresentaram capitais entre 73:573\$000 mil-réis e 137:943\$750 mil-réis. Os outros dois inventários apresentaram valores inferiores, mas se mantiveram elevados em relação a média registrada na Faixa 2, o inventário do capitão Francisco Antônio de Araújo, de 1876, apresentou capital igual a 48:595\$000 mil-réis, e o inventário do capitão Estevão Ribeiro do Nascimento, de 1874, registrou 56:409\$000 mil-réis. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Observamos que entre os inventários da Faixa 3, que registraram cativos campeiros, o inventário do capitão Francisco Antônio de Araújo que tem o menor montante de capital declarado, é o que apresentou o maior número de cativos nessa faixa, num total de dezenove. Destes, onze do sexo masculino e oito do sexo feminino, em sua maioria, com idade entre um e vinte anos, sendo nove mulatos e dez pretos. Neste inventário, o capital referente ao valor atribuído aos trabalhadores escravizados, representou 22,6% do total de capitais. Sobre esta proporção, os cativos campeiros representaram 7,5%, variando os valores de avaliação dos trabalhadores entre trezentos e oitocentos mil-réis. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Ainda neste inventário, é importante observar que o cativo campeiro ao qual foi atribuído o menor valor, igual a 300\$000 mil-réis, está registrado como aleijado, justificando o menor valor de avaliação, pois os outros cinco cativos campeiros tiveram valores entre 550\$000 mil-réis e 800\$000 mil-réis. Destacamos também, o cativo Clasmiro (Casimiro), mulato, 49 anos, identificado com a profissão de arrieiro, que teve o maior valor de avaliação para este inventário, igual a 1:250\$000 mil-réis. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

A observação de cativos com profissões ligadas diretamente as atividades pastoris, como já assinalamos, reforçam nossas afirmações sobre a importância do trabalhador escravizado no desenvolvimento e manutenção da economia e sociedade dessa área pastoril. Nesse sentido, em outros dois inventários que registraram cativos

campeiros, encontramos trabalhadores escravizados desempenhando outras funções associadas diretamente à lida com o gado. No inventário do capitão Estevão Ribeiro do Nascimento, de 1874, encontramos doze trabalhadores escravizados, entre estes, dois campeiros: Antônio, mulato de 37 anos, avaliado em 350\$000 mil-réis, Basílio, mulato, de 15 anos, avaliado em 500\$000 mil-réis, e Luiz, preto, de 19 anos, avaliado em 700\$000 mil-réis desempenhando a função de domador. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Da mesma forma, no inventário do Major Joaquim Manuel de Oliveira Ribas de 1875, entre os dezessete cativos registrados, encontramos além dos cativos campeiros Manoel, pardo de 13 anos, avaliado em 1:100\$000 mil-réis e Henrique, preto de 11 anos, também com valor de 1:100\$000 mil-réis, outros dois trabalhadores escravizados com profissões ligadas diretamente a atividade pastoril. Registramos Joaquim, pardo, 22 anos, identificado como domador e avaliado em 1:400\$000 mil-réis, e Bento, pardo de 50 anos, caracterizado como aleijado e avaliado em 350\$000 mil-réis. A função atribuída ao trabalhador escravizado Bento foi a de tropeiro, sendo o único registrado com esta profissão nessa documentação. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Analisando os inventários localizados na Faixa 3, em que registramos o predomínio dos cativos campeiros, a profissão que apareceu em segundo lugar em quantidade numérica de trabalhadores, foi a de roceiro. O total de cativos roceiros nos inventários enquadrados nesta faixa, somaram-se nove, e apenas um cativo roceiro esteve localizado na Faixa 2. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Entre as diferentes profissões voltadas para as atividades de subsistência e mercantis nessas áreas, registramos também três cativos lavradores e um cativo identificado apenas como rural, que podemos concluir, desempenhava funções iguais as do roceiro ou mesmo do lavrador. Sobre a distribuição desses trabalhadores escravizados entre as propriedades, verificamos que dois lavradores estavam nas propriedades da Faixa 2, e um estava nas propriedades da Faixa 1. O trabalhador identificado apenas como rural, também estava localizado na Faixa 1. Desta forma, podemos verificar que, entre as propriedades com maior volume de capital e maior número de trabalhadores escravizados, a presença do cativo associado aos trabalhos da lavoura foi também maior. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Destacamos que entre as profissões relatadas e ligadas diretamente aos trabalhos externos para a subsistência e manutenção da sociedade e economia pastoril, a

presença masculina foi absoluta, o que não exclui a importância e contribuições do trabalho feminino em outros setores desta economia. Entre os vinte e dois inventários que registraram as profissões desses trabalhadores, dezenove descreveram profissões associadas aos trabalhadores escravizados do sexo feminino, com destaque para a função de cozinheira e costureira. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Entre os dezenove inventários, observamos que, em mais de 84%, a profissão de cozinheira foi registrada, ficando de fora em apenas três do total de registros. Nessas propriedades em que a profissão de cozinheira esteve ausente, encontramos o registro da profissão de doméstica, que acreditamos estar encarregada de todos os serviços da casa e afazeres específicos da sede da fazenda. Um dos inventários que registrou apenas a função de doméstica para a maioria dos trabalhadores escravizados do sexo feminino, foi do major Manoel Felix de Siqueira, que entre os doze trabalhadores que possuía na propriedade, sete foram identificados com a profissão de doméstica(o); seis do sexo feminino e um do sexo masculino. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Analisando a distribuição dos trabalhadores escravizados com profissões ligadas ao ambiente doméstico de acordo com a distribuição das propriedades por faixa numérica, observamos que oito dos inventários se enquadram na Faixa 1, cinco na Faixa 2, e seis na Faixa 3. A profissão de cozinheira, foi anotada em seis dos inventários localizados na Faixa 1, que registrou ainda, outros três com costureiras e dois com domésticas. Em relação a Faixa 2, os cinco inventários que registraram cativos do sexo feminino, anotaram doze cativas cozinheiras, uma costureira e uma mucama. Na Faixa 3, cinco dos seis inventários registraram a profissão de cozinheira, em quatro observamos a profissão de costureira, em dois a de doméstica(o) e em um, a profissão de lavadeira. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

A partir dos dados apresentados, observamos que o maior número de propriedades com trabalhadores escravizados identificados com profissões domésticas, em sua maioria do sexo feminino, foram registrados nas propriedades da Faixa 1, somando oito ao todo. Lembramos que, as propriedades desta faixa tiveram em média, menor volume de capitais e a quantidade de cativos limitada entre um e cinco. Conforme demonstramos, nas propriedades da Faixa 1, a posse do cativo foi reduzida, mesmo concentrando o maior número de proprietários. Para os cativos com profissões domésticas a presença registrada nas propriedades da Faixa 1 e Faixa 2 somaram a quantidade de 11 e 14 cativos respectivamente. Considerando que a quantidade de propriedades com trabalhadores escravizados enquadradas na Faixa 1, foi de vinte, e

para a Faixa 2, foi de apenas sete, confirma-se a baixa densidade demográfica nas propriedades da Faixa 1, para todas as categorias de profissionais observadas. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Da mesma forma, confirmamos que nas propriedades localizadas na Faixa 3, a posse dos trabalhadores escravizados foi numericamente superior em todos os níveis em que estes trabalhadores foram empregados, inclusive nas funções ligadas ao ambiente doméstico que em relação ao total registrado em todas as propriedades, representou 52,8%. Uma porcentagem elevada, mas ainda assim, inferior aos 58,1% representados pelos cativos com profissões ligadas diretamente às atividades pastoris. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

5 PROPRIEDADE PASTORIL ESCRAVISTA DOS CAMPOS DE PALMAS

Os Campos de Palmas abrigaram durante um longo período, quantidades expressivas de gados. De acordo com nossas observações anteriores, os gados criados ou invernados nessas áreas, em sua maioria, eram de grande porte, com destaque para o gado vacum, cavalar e muar. A partir da análise dos inventários *post-mortem*, além dos registros da quantidade de animais presentes nessas propriedades, onde os trabalhadores escravizados foram utilizados, observamos também, algumas características estruturais, relativas a formatação territorial, benfeitorias e bens móveis. Apesar de grande parte das informações serem superficiais, constituem documentação importante para caracterizar em certo sentido, a comunidade pastoril escravista nesses campos.

A partir do Capítulo 4, em tópico específico que tratamos da presença de trabalhadores escravizados nas propriedades dos Campos de Palmas, apresentados na Tabela 11, situamos as propriedades escravistas em três faixas numéricas distintas, divididas de acordo com o número de cativos contabilizados em cada uma delas. A partir desta estrutura, procuramos destacar as características gerais das propriedades e a distribuição dos gados segundo a mesma divisão por faixas.

A partir da Tabela 11, caracterizamos as propriedades da Faixa 1 como as que possuíam entre um e cinco trabalhadores escravizados, somando no total vinte propriedades. Na Faixa 2, concentramos as propriedades que possuíam entre seis e dez trabalhadores escravizados, somando um total de sete propriedades, e as localizadas na Faixa 3, as que registraram entre onze e vinte e um cativos, distribuídos entre nove propriedades.

Ao levantar o montante de capitais de cada propriedade, observamos que na Faixa 1, concentrou-se além das menores quantidades de cativos, também, os menores valores relativos aos bens de raiz, móveis, semoventes, prata e ouro. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Considerando a soma de capitais dos trinta e seis inventários analisados, os vinte inventários que se inserem na Faixa 1, representaram cerca de 20% dos capitais registrados. Estes capitais estão distribuídos entre as propriedades de forma variada, apresentando em alguns casos valores pouco expressivos, como demonstra o inventário do senhor Theodoro Ferreira de Araújo de 1882, que apresentou um montante de

capitais igual a um conto e setecentos mil-réis (1:700\$000). (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Ainda nesta faixa, o maior valor registrado em relação ao montante de capitais dessas propriedades foi próximo dos trinta e três contos e quinhentos mil-réis (33:506\$440). É importante destacar que este valor máximo da Faixa 1 é aproximado dos menores valores de capitais registrados em média, nas faixas dois e três, que tiveram estes valores em sua maioria, elevados acima dos trinta contos de réis, como observamos na Tabela 12. (CCA, 1859-1888; IFPRCP, 1859-1888).

Tabela 12 - Características gerais das propriedades dos Campos de Palmas

	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3
Montante de capitais inventariados	Min.: 1:700\$000	Min.: 9:022\$400	Min.: 27:014\$000
	Max.: 33:506\$440	Max.: 94:195\$000	Max.: 165:631\$920
Concentração de áreas de terra (propriedades) por inventário	0 a 5 propriedades	2 a 4 propriedades	2 a 5 propriedades
Montante de gados vacum, muar e cavalari contabilizados por faixas	Cabeças 5.064	Cabeças 4.181	Cabeças 10.946

Fonte: CCA: 1859-1888; IFPRCP, Relação de inventários – 1859-1888.

A observação da Tabela 12 nos permite visualizar as variações entre os montantes de capitais de acordo com as faixas numéricas, que demonstram de forma clara a diferença entre as somas de capitais das propriedades em que a presença de trabalhadores escravizados foi menor ou maior. Em relação a Faixa 1, apesar da referência ao menor valor que esteve abaixo de dois contos de réis, em média, as propriedades enquadradas nessa faixa se mantiveram com capitais entre dez e vinte contos de réis. Da mesma forma, na Faixa 2, apesar do menor valor ser de nove contos de réis, a média de capitais esteve entre vinte e sessenta contos de réis, e na Faixa 3, mantiveram-se elevados entre quarenta e cem contos de réis. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Em relação ao total de capitais registrados nesses inventários, as propriedades da Faixa 2, representaram cerca de 22%, superando desta forma as propriedades da

Faixa 1, não apenas na quantidade de trabalhadores escravizados, mas também na quantidade de capitais acumulados. Considerando esses dados, percebemos que a posse do cativo relacionou-se diretamente com a estrutura econômica das propriedades, pois a divisão dos inventários por faixa numérica que apresentou uma classificação entre pequenos, médios e grandes proprietários de trabalhadores escravizados, permaneceu inalterada em relação à concentração de capitais. Ou seja, nas propriedades em que registramos a maior quantidade de trabalhadores escravizados, também se registrou a maior concentração de capitais. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Destacamos os montantes totais de capitais apresentados nos inventários para que possamos, a partir desses dados, estabelecer as relevâncias dos diferentes elementos que os compõem. De acordo com as informações de todas as faixas da Tabela 12, ocorre uma expressiva variação de capitais, destacamos nesse contexto, que durante o levantamento dos dados, observamos um predomínio dos capitais associados aos bens de raiz sobre os demais bens.

Em geral, salvo poucas exceções, o capital associado aos bens imóveis como áreas de campos, invernadas, capoeiras, matos e casas, constituíram parte superior a 50% dos valores levantados nos inventários. O segundo maior valor levantado deriva dos gados, com destaque para o cavalar, que teve grande incidência nos inventários. Em terceiro lugar, com algumas variações em relação aos valores derivados dos gados, aparece o montante de capital representado pela avaliação de valor dos trabalhadores escravizados, que teve significativa expressão na proporção de capital individual, superando em alguns casos, os valores dos gados e bens móveis e imóveis. Os bens móveis representaram os menores valores em relação ao montante de capitais, tanto no geral como em cada propriedade. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Ao visualizar que os maiores valores de capitais estiveram associados aos bens de raiz, procuramos verificar a distribuição de terras entre as propriedades de acordo com as faixas numéricas. Já observamos que a distribuição de capitais ocorreu de forma desproporcional, sendo que os maiores valores estiveram concentrados na minoria das propriedades. Como a parte com maior proporção de capitais esteve relacionada com a posse da terra, procuramos verificar a distribuição das propriedades segunda as faixas.

Durante a análise da documentação, constatamos que os bens de raiz dos inventariados, em sua maioria, não eram constituídos de uma única propriedade, dividindo-se em vários terrenos ou fazendas que, em alguns casos, localizaram-se em regiões distantes umas das outras. Essas variações estão demonstradas na Tabela 12,

apresentando um índice que verificou a distribuição da terra nas diferentes faixas, sendo variável o número de propriedades que compunham os bens raiz dos inventariados entre uma e cinco propriedades. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

As descrições das propriedades nos documentos analisados, em sua maioria, não registraram a extensão das propriedades, definindo as fronteiras através de marcos simbólicos existentes no período de registro, atribuindo como limites, a encosta, as capoeiras, o carvalho, a margem do rio..., a propriedade do fulano, não definindo a extensão em hectares ou alqueires. Apenas em alguns dos inventários, foi possível obter dados relativos à extensão territorial em alqueires, ainda assim, não de toda a extensão de terras, mas de algumas partes.

Os registros em alqueires referem-se a partes específicas da relação de propriedades, como observamos no inventário de Manoel Lérias de Almeida, de 1859, em que se atribuiu a uma parte de capoeiras e pinheiros a extensão de oito alqueires. Da mesma forma no inventário de Joaquim Mendes de Souza, de 1869, se atribuiu a diferentes partes de capoeiras a extensão de 100 alqueires. Outro registro, de Maria Ferreira dos Passos de 1862, relatou duas partes de terras com capoeiras e pastagens, sendo uma com extensão de vinte e nove alqueires e outra com quinze alqueires. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Apesar das informações referentes a extensão das propriedades serem escassas na documentação, os registros dos inventários não deixaram de estabelecer valores as propriedades. Desta forma, considerando o valor atribuído as propriedades com medidas definidas em alqueires, seria possível usá-las como referência para obter a metragem das demais propriedades. No entanto, tomando como base as três referências que citamos, o preço do alqueire variou consideravelmente, dificultando a possibilidade de estabelecer o valor pago pelo alqueire, como um parâmetro pra calcular a medida das propriedades.

Em relação à propriedade de Manoel Lérias de Almeida, oito alqueires valiam em 1859, 64\$000 mil-réis, custando 8\$000 mil-réis o alqueire. Estas terras foram caracterizadas como terras de capoeiras e pinheirais. No segundo inventário, de 1869, a propriedade de Joaquim Mendes de Souza registrou três partes de terras, sendo uma parte de sessenta alqueires de capoeiras, valendo 240\$000 mil-réis, equivalendo a 4\$000 mil-réis o alqueire. Registrou também, uma parte de vinte alqueires de “capoeiras mais ou menos” boas, valendo 120\$000 mil-réis ou 6\$000 mil-réis o alqueire. E ainda, uma

outra parte de “capoeiras boas” valendo 200\$000 mil-réis, ou 10\$000 mil-réis o alqueire. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Nestes dois primeiros exemplos, é possível perceber a diferenças de valores atribuídos ao alqueire, uma variação que segue determinantes de avaliação, considerando que tipo de vegetação o terreno possui, benfeitorias, sua localização, e principalmente a adequação à atividade econômica pastoril. Apesar de já ficar evidente a variação de preços do alqueire de terra nessa região, estes dois primeiros exemplos demonstram uma relativa proximidade de valores, apresentando uma variação de 2\$000 mil-réis por alqueire. Para caracterizar melhor essas propriedades, destacamos que o inventário do primeiro exemplo, esta localizado na Faixa 1, onde se concentram as propriedades com os menores montantes de capitais, e o segundo exemplo, localiza-se na Faixa 2, onde estão as propriedades com os valores intermediários.

Mesmo que os valores do alqueire de terra registrados nos inventários não nos possibilite determinar a extensão correta das propriedades pastoris dos Campos de Palmas, o registro desses valores nos permitiu estabelecer características gerais das propriedades, de acordo com a faixa a qual pertence. O registro das propriedades nos inventários apresentaram algumas informações como localização, se era área de matos, campos/pastagens/invernada, lavoura/cultura, capoeiras, ou se tinha benfeitorias como casa, mangueira, piquete, paiol, monjolo, engenho, interferindo diretamente no valor dos imóveis que constituem os bens raiz.

Esta observação é importante, pois, a constituição total dos capitais das propriedades, como observamos anteriormente, variaram significativamente e, apesar das propriedades da Faixa 1 somarem vinte ao todo, representam o menor montante de capitais e trabalhadores escravizados. Desta forma, podemos sugerir que as propriedades da faixa dois e três, que juntas somam um total de dezesseis, não concentraram apenas as maiores extensões de terras, como também as áreas mais apropriadas à criação e à invernagem de gados, sendo, por isso, mais valorizadas e com maior investimento em benfeitorias.

Podemos visualizar essa característica de forma clara ao analisar o terceiro exemplo, o inventário de 1862 de Maria Ferreira dos Passos, localizado na Faixa 3, que entre outros terrenos, apresentou uma parte de quinze alqueires valendo 350\$000 mil-réis, que dividido valeria 23\$000 mil-réis o alqueire, e outra parte com extensão de vinte e nove alqueires, valendo 450\$000 mil-réis, representando 15\$000 mil-réis o alqueire. Em relação as propriedades da faixa um e dois, o menor preço pago pelo

alqueire de terra na Faixa 3, incorpora um aumento de pelo menos 50% se considerarmos o menor valor que é de 15\$000 mil-réis, considerando o valor de 23\$000 mil-réis o aumento chega a 130% por alqueire.

5.1 PROPRIEDADE PASTORIL E O CATIVO

A descrição dos bens inventariados, apesar de superficiais, relataram algumas características importantes em relação a constituição física das propriedades e do padrão de vida desta sociedade, uma vez que registrou os imóveis, os gados, a população cativa e os móveis, como alguns dos utensílios de uso doméstico e pessoais dos inventariados. A partir destas informações, procuramos classificar economicamente essa comunidade, de acordo com as características das propriedades e do montante de capitais acumulados, relacionado-as com a maior ou menor condição de posse e exploração da mão de obra escravizada.

Inicialmente procedemos a uma análise dos inventários enquadrados na Faixa 1. Mesmo representando os menores valores de capitais com nenhuma propriedade ultrapassando os quarenta contos de réis, a diversificação das propriedades e das benfeitorias foi semelhante as das propriedades localizadas na Faixa 3. Na Tabela 12 apresentamos a concentração de terras por inventários, e constatamos na Faixa 1, da mesma forma que na Faixa 3, inventariados que tiveram propriedades em até cinco locais diferentes, e registramos também na Faixa 1, inventariados que não possuíam imóveis, mas possuíam gados e trabalhadores escravizados. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

As propriedades da Faixa 1, em média, concentraram seus imóveis em um ou dois lugares, e apresentaram valores relativamente baixos por terem uma área produtiva que deduzimos ser menor e oferecia menos condições para a atividade de criação ou invernagem. Mesmo apresentando valores mais baixos que as propriedades da faixa dois e três, a terra e suas benfeitorias representaram a maior parte do montante de capitais. A propriedade com maior valor de capitais acumulados nesta faixa apresentou a soma de 33:506\$440 mil-réis, deste total, mais de 48% são representados pelos bens de raiz. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Considerando a soma total de bens em valores aproximados, os bens imóveis representam mais de 50% dos capitais acumulados na Faixa 1, seguidos pelos capitais associados aos gados, que representam mais de 25% do total. Os trabalhadores

escravizados tiveram representação superior a 15% dos capitais, e os móveis, considerando também dinheiro, ouro, e prata que estavam em posse dos inventariados, não chegam a 10% do total de capitais nesta faixa. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Uma observação generalizada sobre as três faixas nos permite considerar que os bens imóveis representaram as maiores importâncias na relação dos bens inventariados para todas as faixas. Neste contexto, a dimensão das propriedades, somada às características propícias para a criação e invernagem de gados, definiu seu maior ou menor valor. Nesse sentido, analisando as características das propriedades, foi possível observar que todas possuem uma estrutura semelhante na reprodução da economia pastoril e de subsistência, variando apenas na dimensão em que esta estrutura foi reproduzida, devido a maior ou menor condição de investimento e posse de terras apropriadas ao pastoreio.

Assim, as propriedades da Faixa 1, relataram estruturas com casa de moradia associada a áreas de campos e terras de agricultura. Apresentaram um aparelhamento das propriedades que destaca a produção, em grande parte, dos meios de subsistência, ao registrar benfeitorias como o monjolo, diretamente associado ao processamento de grãos, e o paiol, este associado a um armazém de alimentos, marcando a reserva de diversas áreas para a agricultura.

Considerando a associação entre o preço pago pelo alqueire de terra e a dimensão e qualidade da área, mesmo que não possamos apresentar limites bem definidos, podemos concluir que as propriedades da Faixa 1 constituíram-se de pequenas propriedades. Neste local, a existência da família do proprietário e da própria posse dos meios de subsistência foram dependentes do trabalho familiar com a participação efetiva de todos os seus membros, provavelmente de agregados, e onde houve condições mínimas, incluiu-se o trabalhador escravizado. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Podemos concluir isso pois com a suposição de que nessa faixa a dimensão territorial era menor e menos favoráveis à criação e invernagem de gados, o trabalho na propriedade deveria dar conta de todas as necessidades de subsistência. Dessa forma, os inventários da Faixa 1 registraram nas propriedades com áreas de campos e pastagens, além da existência de mangueiras, invernadas e piquete, diversas áreas destinadas ao cultivo de alimentos. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Nas condições de então, é correto observar que os trabalhadores escravizados desempenharam funções variadas e essenciais à manutenção dos escravizadores nesta região. Mesmo nessas propriedades da Faixa 1, a profissão do cativo campeiro representou em torno de 13% da mão de obra escravizada, legitimando seu emprego como fator fundamental quando existente na propriedade as mínimas condições para isso. A maior concentração de gados nesta faixa foi de 839 cabeças, considerando cavalares, muares e vacum, demonstrando que mesmo o cativo campeiro, apesar de sua condição de destaque, atuou em todos os setores da economia, tanto a pastoril, ligada ao comércio de animais objetivando grandes lucros, como a economia interna, ligada a manutenção da vida local. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Destaque-se que, oitocentos animais, exigiam em média, uma propriedade com uns 2.400 hectares de área, a três hectares por cabeça de animal. Eles possibilitavam, igualmente, um abate de 48 a 80 animais por ano. Retirando as necessidades de subsistência, dada rentabilidade da economia pastoral ser relativamente baixa. Tratava-se, no geral, o que foi definida como unidade produtiva pastoril de subsistência, que dificilmente alimentava mais do que a família do estancieiro e um ou outro agregado, entre os quais, eventualmente, cativo escravizado. Como comprovam os dados arrolados.

As propriedades desta faixa apresentam como reflexo da baixa concentração de renda, a menor posse de trabalhadores escravizados. Nesse sentido, em relação ao total de propriedades com trabalhadores escravizados da Faixa 1, as que registraram cativos campeiros representaram apenas 3%, constituindo no geral, uma tendência por trabalhadores que desempenhavam funções ligadas a economia doméstica, caracterizados portanto, como trabalhadores domésticos. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Uma característica importante dos trabalhadores escravizados nos inventários da Faixa 1, é que nas propriedades onde existiram dois ou mais cativos, ocorreu um equilíbrio entre os sexos, apresentando geralmente casais. Como a propriedade tem dimensões menores e o número de animais para pastorear era reduzido, o trabalhador escravizado legitimou-se a partir da sua indispensável contribuição para a manutenção da estrutura econômica familiar. Enquanto que a atividade econômica ligada ao pastoreio foi realizada predominantemente pelo proprietário com auxílio de agregados e trabalhadores livres, como foi comum nessas áreas de campos, o cativo campeiro como

vimos, foi empregado com menor frequência por questões econômicas. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Em algumas propriedades da Faixa 1, o inventariado não possuía bens imóveis, mas registrou-se bens semoventes como gados e cativos. Os gados nestes inventários, geralmente associaram-se ao trabalho do tropeiro, sendo basicamente formado por bestas arreadas. Em alguns casos, o inventariado não possuía campos nem gados, resumindo seus capitais a uma casa na vila e pelo menos um cativo. Em dois inventários pelo menos, não se registrou nenhum tipo de bens imóveis, resumindo-se as propriedades do inventariado em gados e cativos, nesse caso, geralmente cativos do sexo feminino. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Nessas estruturas, o emprego do trabalhador escravizado toma uma dimensão ampliada para a subsistência do escravizador, pelo fato de que nas propriedades onde o número de cativos limitou-se a um ou dois indivíduos, a profissão destes trabalhadores estiveram associadas a profissões como cozinheira ou costureira. No caso desta última, em uma sociedade que se demonstra relativamente pobre em relação ao consumo de artigos como roupas e adereços, ter a disposição uma costureira, em um ambiente urbano no caso dos escravizadores que residiam na Freguesia e posteriormente na Vila de Palmas, não significava utilizá-la apenas para os serviços da família. Podemos considerar que provavelmente a cativa costureira tinha sua mão de obra explorada de forma comercial, “costurando para fora”. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Em relação às propriedades da Faixa 2, as estruturas são semelhantes e as propriedades foram compostas de áreas de campos e pastagem, invernadas, e áreas de agricultura. Podemos destacar algumas alterações nesta faixa, relativas a ausência de uma estrutura de benfeitorias que foi característica nas propriedades da faixa um e três. Apesar de relatar áreas de cultivo entre as áreas de pastoreio, não foi registrado nenhum tipo de monjolo ou engenho, e mesmo em relação a paióis, registrou-se apenas um paiol velho, provavelmente inutilizado. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Sobre as benfeitorias, as propriedades da Faixa 2 restringiram-se ao registro de casas, mangueiras e invernadas. O que sugere que se tratavam essencialmente de fazendas pastoril. Da mesma forma que nas propriedades das outras faixas, não se registrou casas em todas as propriedades, o destaque nessa faixa especificamente é que, na maioria dos inventariados, relataram-se casas em vilas ou freguesias, muitas vezes distantes, como na Freguesia de Ponta Grossa, ou na Vila de Palmeira. Essa característica pode apontar para uma relação diferenciada entre o proprietário e suas

posses, principalmente em relação à forma de exploração da terra e da mão de obra escravizada. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Diferente das propriedades enquadradas nas faixas um e três, as propriedades da Faixa 2, estiveram mais concentradas, em média, em três partes, constituídas em grande parte de campos, pastagens e invernadas. Nesta faixa, considerando que a dimensão e a melhor qualidade das terras associam-se ao maior valor atribuído aos bens imóveis, os documentos demonstram uma significativa elevação do capital associado aos bens de raiz. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Acompanhando o aumento de capitais na Faixa 2, o número de gados concentrados nas propriedades alterou-se significativamente, destacando o elevado número de cavaleiros registrados. Elevadas as estruturas da posse da terra, seja em suas dimensões territoriais ou no fator qualidade e adequação a criação e invernação de gados, percebemos paralelamente na documentação, o aumento da posse de trabalhadores escravizados. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Lembrando que sobre o total de cativos contabilizados nos trinta e seis inventários que analisamos, os sete enquadrados na Faixa 2 representaram mais de 22% dos trabalhadores. Em relação ao total de cativos contabilizados nesta faixa, os cativos campeiros representaram 18.5% dos trabalhadores escravizados que tiveram suas profissões anotadas. Considerando todas as propriedades da Faixa 2, registrou-se apenas dois cativos ligados diretamente às atividades agrícolas, um roceiro e um lavrador, sugerindo a partir da falta de estrutura para beneficiamento de grãos, que as lavouras tinham uma dimensão reduzida, tornando essas propriedades mais dependentes dos alimentos trazidos de outras regiões ou produzidos e processados nas propriedades localizadas nas faixas um e três. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Reforçamos novamente que a partir do aumento dos capitais ligados aos bens imóveis, ocorreu, também, um aumento expressivo na utilização da mão de obra escravizada. Nas propriedades da Faixa 2, os valores referentes aos cativos estiveram próximos dos valores atribuídos aos gados, pelo menos em um primeiro momento. Podemos destacar essas relações aproximadas de capitais, a partir de uma divisão destas propriedades por ano em que foram inventariadas. Observamos que entre os inventários realizados em 1862 e 1876, a proporção de capitais representada pelos cativos em relação aos gados foi elevada. Neste espaço de tempo, registramos quatro inventários, dos quais, três apresentaram um montante de capitais relativos aos trabalhadores

escravizados superior ao total atribuído aos gados. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Certamente contribuiu para isso a menor quantidade de gados criados e invernados nessas áreas, pois ainda no ano de 1876, registrou-se uma propriedade onde estes valores foram invertidos e, a partir deste ano, até o ano de 1886, quando registramos o último inventário da Faixa 2, o montante de capitais representado pelos cativos foi inferior ao dos gados. Ocorreu a partir de 1876 um aumento expressivo no número de gados, tanto vacum quanto muar e cavalari. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Destacamos ainda que o número de cativos se manteve relativamente próximo nas propriedades desta faixa, a variação entre seis e dez cativos por propriedade não oscilou com o aumento dos gados. Assim, permaneceu entre seis e oito o número de cativos nessas propriedades, e mesmo nas propriedades com número de gados elevados, como foi o caso do inventário de Rufina Maurícia de Sá (1886), que registrou 2.343 cabeças de gados entre vacum muar e cavalari, os cativos somam um total de oito, divididos igualmente entre homens e mulheres. Neste caso específico, três dos cativos masculinos são identificados como campeiros e um como roceiro. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888). Nesse exemplo, tomando igualmente, hipoteticamente, três hectares por cabeça de gado, teríamos propriedade - ou propriedades - de em torno dos sete mil hectares. Se tomarmos, também em forma hipotética, que seria necessário um cativo para seiscentos animais, teríamos, no mínimo, quatro cativos dedicados às atividades pastoris. O que corresponde, a grosso modo, aos dados registrados.

Diante desta estrutura, podemos considerar que as características destas propriedades reforçam uma visão sobre a necessidade de cativos nos Campos de Palmas, que não se legitima unicamente pela relação direta com a atividade pastoril. A dependência da mão de obra escravizada apresentada por esta comunidade não se resume a reprodução econômica ligada ao pastoreio com a intenção do lucro, ainda que essa realidade seja dominante. Constitui-se não apenas em uma base para a economia pastoril, mas sim, em uma base para manutenção da comunidade como um todo, com importante aporte em atividades subsidiárias - trabalhos domésticos, trabalhos artesanais, etc.

Esta relação pode ser verificada também nas propriedades situadas na Faixa 3, onde se concentrou as maiores quantidade de capitais no geral e por inventariado. Nesta faixa, as propriedades estão fragmentadas de forma semelhante às propriedades da

Faixa 1, variando entre duas e cinco divisões. No entanto, os valores atribuídos a estas terras são significativamente maiores que os da Faixa 1, representando, conforme já observamos, uma maior extensão territorial e também, uma maior adequação as atividades criatórias extensivas. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

As propriedades localizadas nesta faixa apresentaram o maior aparelhamento em benfeitorias entre as três faixas. Além do maior número de registros relativos às áreas de campos, invernadas e terras de agricultura, registrou-se também, casas em quase todas as propriedades, pelo menos três monjolos, mangueiras, piquetes, paióis, dois engenhos e uma olaria. Destaque-se que, para seu funcionamento, engenho e sobretudo olaria exigiam importante mão de obra. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Esta infraestrutura relativa aos inventários da Faixa 3 demonstram uma dimensão ampliada das possibilidades de exploração da mão de obra escravizada. É certo que nesta faixa, localizam-se além das propriedades com as melhores condições econômicas, as com maiores extensões territoriais, possibilitando, por isso, a maior utilização do cativo na lida com os gados. Assim, foi justamente nesta faixa que se concentrou o maior número de cativos campeiros. O total contabilizado em todos os inventários, sem considerar os que se repetem, foi de trinta e sete, destes, 62% localizaram-se nas propriedades da faixa três, mais especificamente, em seis dos nove inventários enquadrados nesta faixa. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Através da Tabela 13, é possível observar as nove propriedades da Faixa 3, de acordo com a quantidade de gados e o montante de capitais que eles representaram. Verifica-se também, o número de cativos com seus respectivos valores por inventariado.

Tabela 13 - Representação dos capitais e cativos nas propriedades da Faixa 3

ESCRAVIZADORES INVENTARIADOS	ANO	QUANTIDADE E VALORES DE GADOS (G) E CATIVOS (C) NA FAIXA 3			
		G	VALOR	C	VALOR
Maria Ferreira de Sá Ribas	1862	1.912	15:918\$000	18	20:400\$000
Maria Ferreira dos Passos	1862	715	5:122\$000	11	7:910\$000
José Ferreira dos Santos	1868	2.934	24:701\$000	21	15:900\$000
Cap. Estevão R. do Nascimento	1874	1.322	11:509\$000	12	4:400\$000

Major Joaquim de O. Ribas	1875	738	9:477\$000	17	10:400\$000
Cap. Francisco A. de Araújo	1876	368	3:608\$000	19	11:000\$000
Francisco I. de Araújo Pimpão	1876	809	8:101\$000	14	13:250\$000
Major Manoel Felix de Siqueira	1887	384	6:600\$000	12	7:100\$000
Senhorinha Marcondes da Silva	1888	1.767	23:343\$000	11	5:771\$250

Fonte: CCA, 1859-1888; IFPRCP, 1859-1888.

Em relação às nove propriedades demonstradas na Tabela 13, em seis, o montante de capitais representado pela mão de obra escravizada foram superiores aos valores derivados dos gados. Para questão de exemplificação, destacamos dois inventários com espaço relativamente longo de tempo, para demonstrar a representatividade dos capitais derivados da mão de obra escravizada em relação aos bens semoventes gados. No inventário de Maria Ferreira de Sá Ribas (1862), o valor total dos gados foi de 15:918\$000 mil-réis e dos cativos 20:400\$000 mil-réis, em inventário posterior, do capitão Francisco Antônio de Araújo (1876), os gados somaram 3:608\$000 mil-réis e os trabalhadores escravizados, 11:000\$000 mil-réis. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Verificamos que ocorreu uma variação expressiva na diferença de capital derivado dos gados e dos cativos. De modos que, mesmo com a maior quantidade de gados criados e invernados nestes campos, o montante de capitais foi inferior ao investimento em mão de obra escravizada na maioria das propriedades. Nesse sentido, a relação que procuramos demonstrar é que a exploração dos trabalhadores escravizados nessa região de economia pastoril não esteve atrelada de forma essencial a quantidade de gados existentes nas propriedades. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

As características representadas nos documentos que analisamos, corroboram para uma compreensão das relações socioeconômicas da região dos Campos de Palmas em um sentido amplo e reproduzido caracteristicamente em regiões pastoris. Em todas as propriedades dos Campos de Palmas, independentemente da faixa, mas especificamente na Faixa 3, é possível observar, por exemplo, a desvinculação entre o aumento de gados em uma propriedade e o aumento do número de cativos. Esta relação esta clara na Tabela 13, onde podemos observar que a maioria das propriedades contabilizou cabeças de gados abaixo de oitocentas e mesmo assim mantiveram

contingentes de trabalhadores escravizados expressivos. Podemos destacar o inventário do capitão Francisco Antônio de Araújo que, possuindo um total de 368 cabeças de gados, manteve em suas propriedades dezenove trabalhadores escravizados, legitimando a renda fundiária baseada na posse da terra e na exploração diversificada dos cativos. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Nesses casos aparentemente paradoxais, o registro de moinhos e olarias e a exploração agrícola podem explicar a diferença entre a mão de obra e o número de cativos. Entretanto, temos também que considerar, sobretudo, o caráter, não raro, enganoso dos dados apresentados nos inventários, objeto, comumente, de partilhas, movimentações e acertos anteriores ao mesmo. Ou simplesmente, a subtração de dados.

Entre os cativos registrados no inventário do capitão Francisco Antônio de Araújo, sete tinham dez anos ou menos, não tendo profissão definida. Os doze trabalhadores restantes são constituídos por oito homens com idade entre 11 e 49 anos, e quatro mulheres com idades entre 18 e 39 anos. As quatro mulheres em idade fértil poderiam ser mães dos sete cativos com menos de dez anos. O que registrava, ainda, expansão vegetativa levemente negativa ou positiva da mão de obra escravizada [caso algum filho tivesse mais de 11 anos, tivesse sido doado, vendido, etc.] - para expansão positiva é necessário 2,1 filhos por mulher.

Em relação aos homens, seis são identificados como campeiros, um como roceiro e outro como arrieiro. As mulheres dividem-se em duas lavadeiras, uma cozinheira e uma costureira. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888). Os dados correspondem, portanto, a uma unidade doméstica escravista rica - quatro trabalhadores domésticos e uma propriedade pastoril que deveria abrigar, no mínimo, 3.600 unidades vacuns, totalizando seiscentos animais por cativo campeiro.

No caso deste inventário especificamente, podemos concluir que, de fato, as 368 cabeças de gados não justificam o contingente de mão de obra escravizada e, muito menos, o registro de seis cativos campeiros. O que sinaliza que eram utilizados em outras atividades. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Outro fator importante que devemos considerar é a relação entre a dimensão das propriedades e a criação extensiva de gados. A partir das características apresentadas nos inventários, que definem uma infraestrutura de benfeitorias reduzidas nas propriedades, resumindo-se em muitas delas a uma casa somente, não havendo registro sequer de mangueiras ou piquetes, poderíamos associar as técnicas e práticas criatórias desses campos como extensivas e rudimentares. Associaria-se tal realidade às

descrições de alguns campos sulinos, de final do século 18, início do século 19, sobretudo, onde o gado largado nos campos criava-se sem muitos cuidados, com os trabalhadores interferindo somente para procedimentos extremamente necessários. Mas, nesses casos, não haveria número significativo de cativos campeiros. Também aqui se pode tratar de pouca importância dada ao valor daquelas benfeitorias, eventualmente muito rústicas.

As propriedades pastoris em geral, necessitam de pouca mão de obra, fazendo com que os trabalhadores escravizados nestas áreas, tenham a importância do seu trabalho aumentada. No caso dos Campos de Palmas, e especialmente das propriedades da Faixa 3, o número elevado de cativos e principalmente de cativos campeiros foi definida pela formatação geográfica dos campos, uma vez que ainda nesse período os pontos delimitadores das fronteiras, em sua maioria, são naturais e em algumas áreas inexistentes, o que exigiu maior números de trabalhadores para costear os gados. (ZARTH: 2010, 181-211).

5.2 CRIAÇÃO, INVERNAGEM E REPRODUÇÃO

O levantamento dos bens inventariados nas propriedades dos Campos de Palmas demonstrou uma estrutura relativamente pobre, no relativo aos bens e objetos manufaturados e outros, registrando modos rústicos de vida. Em sua maioria as propriedades foram constituídas de poucas benfeitorias, sendo reduzido os registros de casas de pedras, cobertas de telhas com janelas envidraçadas. Os móveis e utensílios domésticos também não apresentaram luxo, apesar de registrar com certa frequência faqueiros e copos de prata, objetos tidos igualmente como forma de entesouramento.

Uma característica que chamou a atenção nos levantamentos de bens inventariados foi a ausência de armas de fogo, mesmo nos inventários dos membros da Guarda Nacional, elas não aparecem. Em contrapartida, não deixaram de registrar vestimentas como calças e camisas novas, velhas ou de pouco uso, e até mesmo meias, sejam velhas ou novas. Em relação as vestimentas femininas, quando se teve a oportunidade, que foram raras nestes inventários, registrou-se um ou outro vestido de seda, certamente por não fazer parte deste modo de vida desprovida de luxo. Em geral, os móveis se resumiram a bancos e mesas rústicas. Talvez onde se demonstrou maior luxo foi nas tralhas de montaria, que em alguns inventários registraram selas decoradas,

peitorais, passadores e esporas de prata. Os arreios eram importantes símbolos de distinção social. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

A montaria nessas áreas certamente constituiu-se de um elemento imprescindível de trabalho nas práticas pastoris e de distinção, pois entre os trinta e seis inventários analisados, apenas dois não registraram cavalos entre os bens semoventes. Percebemos nos registros uma certa valorização dos cavalos utilizados para o trabalho, com destaque para os pastores, que custaram em média o dobro do preço dos outros cavalos registrados, em torno de 30\$000 mil-réis, tendo este valor elevado a 60\$000 mil-réis quando foi identificado como pastor pampa. Os cavaleiros registrados assinalam a criação de uma grande quantidade destes animais nessas propriedades, principalmente de éguas. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Os inventariantes limitaram-se a registrar o básico sobre os animais, no caso dos cavalos, não é possível visualizar indicação de diferenciação de raça, possivelmente muito rara ou inexistente, resumindo-se ao relato de cavalos crioulos, pastores ou pastores pampas. As anotações sobre as características desses animais resumem-se em classificá-los como velho, novo, potro, potranca, redomão, xucro, manso, de cria ou defeituosos. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Nossas observações sobre a presença de gados cavaleiros nessas áreas demonstraram sua distribuição desigual em todas as faixas. No entanto, da mesma forma que a distribuição geral de gados, entre as propriedades, as maiores quantidades de animais cavaleiros estiveram concentradas na Faixa 3, seguidas pela Faixa 2 e 1 respectivamente. Na fazenda pastoril, o número de cavalo era proporcional ao número de bovinos a serem manejados, superando comumente as necessidades estritas. Como veremos a seguir, o número elevado de éguas devia-se igualmente à produção de muaras. Os números desta distribuição podem ser visualizados na Tabela 13.

Tabela 14 - Cavaleiros nas propriedades escravistas dos Campos de Palmas

Faixa numérica	GADOS CAVALARES		
	Nº DE CAVALOS	Nº DE ÉGUAS	TOTAL
Faixa 1	348	632	980
Faixa 2	350	1.721	2.071
Faixa 3	797	3.904	4.701
TOTAL GERAL	1.495	6.257	7.752

Fonte: (CCA, 1859-1888; IFPRCP, 1859-1888).

Os dados demonstrados na Tabela 13 são referentes aos cavaleares de modo geral, incluindo no número de cavalos, por exemplo, todos os que foram registrados como potros ou garanhões. Da mesma forma, incluiu-se na soma das éguas, as potrancas. Apesar de haver uma quantidade significativa de potros e potrancas, a maioria dos registros foram de cavalos e éguas em condições de trabalho ou reprodução. Consideramos que a menor representação dos cavalos nas propriedades se deve pela sua função essencial para os trabalhos de pastoreio nos campos.

Por isso, em relação ao total de gados, vacum, muar e cavalar, os cavalos representaram cerca de 7%. Em relação a distribuição por faixas, considerando o total de gados em cada faixa, os cavalos representaram na Faixa 1, porcentagem de 7.4% dos gados, na Faixa 2, esta representação manteve-se em 7.5%, e na Faixa 3, sua proporção foi de 7.2%, estas proporções mudam nos levantamentos de gados cavaleares nestas áreas, quando contabilizamos as éguas. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

De acordo com a Tabela 13, em relação ao total de gados contabilizados em todas as faixas, as éguas representaram cerca de 30%. É fundamental a observação destes dados, pois em grande parte deduzimos que estes animais destinaram-se a reprodução de mulas. Esta possibilidade afetou, em certo sentido, a configuração de trabalho nesses campos, que não se limitou em pastorear o gado vacum para a engorda, mas teve que imprimir uma frequência muito maior na vigia, guarda e costeamento destes gados cavaleares e muares. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Observamos uma relação estreita das propriedades escravistas dos Campos de Palmas e a criação de éguas, sendo esse tipo de gado encontrado na maioria delas. Com tudo, entre as três faixas, novamente, as propriedades da Faixa 3 destacaram-se por apresentar um elevado número desses animais por propriedade em comparação ao registrado nas faixas 1 e 2. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888). O trato desses animais exigia mais trabalho do que o vacum.

Enquanto que na Faixa 2 as éguas representaram cerca de 36% do total de gados para esta faixa, na Faixa 1 a proporção foi de 13% e na Faixa 3 atingiu 35%. Nessas proporções, temos que levar em consideração que a Faixa 1 esta composta por vinte propriedades as quais, de acordo com os dados da Tabela 13, representam em torno de 12% do total de gados cavaleares registrados. Já a Faixa 3, concentra um maior

número de gados em apenas nove propriedades, portanto, nesta faixa concentrou-se cerca de 60% de todos os gados registrados. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

A observação de que a concentração de números elevados de éguas nestes campos esteve relacionado a criação de mulas, se deve ao fato de que se registrou nas propriedades inventariadas, não apenas a presença de bestas, mas principalmente de “éguas com crias de mula”. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888). Neste contexto, a dimensão da atividade criatória nos Campos de Palmas possibilita outras análises sobre as atividades da economia pastoril. A porcentagem de muares nas três faixas de propriedades foi relativamente pequena, representando a menor proporção entre os gados desses campos.

Tabela 15 - Muares nas propriedades escravistas dos Campos de Palmas

Faixas numéricas	GADOS MUARES		
	Total por faixa	% por faixa	% sobre o total geral
Faixa 1	272	5.8	1.0
Faixa 2	212	4.5	1.3
Faixa 3	962	8.7	4.7

Fonte: (CCA, 1859-1888; IFPRCP, 1859-1888).

Em relação ao total de inventários analisados, em apenas três não foram registrados muares. Cabe aqui uma observação sobre o procedimento adotado para contagem deste tipo de gado, pois incluímos em uma mesma categoria (espécie), bestas (mulas e burros) e jumentos. É sabido, no entanto, que apenas mulas e burros são muares, enquanto que jumentos e jumentas são asininos. Para efeito de contagem, a referência é feita apenas como gado luar englobando estes dois grupos.

Em momentos anteriores do texto, afirmamos a estreita relação e mesmo dependência dos criadores dos Campos de Palmas em relação aos gados oriundos do Extremo Sul. A relação estreita que garantiu em certas proporções a sobrevivência dos criadores e proprietários de invernadas destes campos proporcionou também, a manutenção da atividade do tropeiro. Principalmente nas propriedades da Faixa 3, mas não exclusivamente nestas propriedades, ocorreu o relato de mulas arreadas. Concluimos que a posse de tropas de mulas arreadas está diretamente associada à função do tropeiro, fosse para conduzir as manadas adquiridas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e conduzi-las a estes campos pra engorda e reprodução,

seja para condução dos gados destes campos até os centros de comércio como Guarapuava e Castro. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Em relação à atividade tropeira, podemos concluir que nas condições sociais dos trabalhadores dessas áreas, os cativos não estiveram totalmente ausentes. Entretanto, nos parece que o trabalhador escravizado praticou apenas episodicamente tal atividade. No inventário do major Joaquim Manoel de Oliveira Ribas, de 1875, registrou-se a realidade que pode ser utilizada para demonstrar estas relações. Entre os gados registrados no inventário, constam 214 vacuns, 393 cavaleares, sendo destes, 356 éguas, além de 131 muares entre os quais, identificamos pelo menos 35 bestas mansas, sendo 26 arreaiadas. Outro destaque é que este inventário foi um dos únicos a registrar armazenamento de sal na propriedade, um elemento fundamental para a criação de gados e um grande problema para os criadores desta região, devido à dificuldade de compra, dada as péssimas condições dos caminhos de acesso a estes campos. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888; MENDES: 1989).

Contribui para a definição do inventariado Manoel de Oliveira Ribas como um criador-tropeiro as características dos trabalhadores escravizados relatados em seu inventário. Entre os dezessete cativos que possuía, apenas quatro estão abaixo dos dez anos, os demais, acima dos onze anos, apresentaram características diversas, sendo cinco mulheres, das quais, quatro costureiras e uma cozinheira, e sete homens, que dividiram-se nas profissões de cozinheiro, roceiro, campeiro, domador e tropeiro. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Entre todos os trabalhadores registrados neste inventário, o cativo Joaquim, vinte e dois anos, domador, foi o que teve maior valor de avaliação, 1:400\$000 mil-réis. Esta atividade, muito perigosa, exigia elevado nível de especialização. No entanto, o destaque recai sobre o cativo Bento, aleijado, tropeiro, de aproximadamente cinquenta anos de idade, que teve valor de avaliação de 350\$000 mil-réis. Como veremos a seguir, o baixo valor pode ser devido a idade, não a minoração física.

Tanto o cativo Joaquim quanto o Bento, aparecem como propriedade da família do major Manoel J. de Oliveira Ribas desde 1862, quando foram relacionados entre os bens inventariados da falecida Maria Ferreira de Sá Ribas, esposa do Major. Naquele momento o cativo Bento caracterizado como aleijado de um olho, e sem profissão definida, foi avaliado em 1:600\$000 mil-réis. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Provavelmente o cativo Bento desempenhava a profissão de campeiro em 1862, o que comumente significava certas vantagens e *status*, em relação aos demais trabalhadores escravizados. Sua elevação à tropeiro parece ter significado uma verdadeira evolução profissional, evidenciada por testamento em nome do cativo Bento, registrado como Bento Antônio Guedes, depositado no arquivo de notas do Tabelionato Leinig em Palmas, (ATL, Livro de Registros n.4 e 5, 1874-1879). Possivelmente, a função tropeiro, nesse caso, não assinalava apenas participação marginal na tropa, em atividade de menor importância.

Na realidade, existem dois testamentos. Um, de 7 de fevereiro de 1874, que deixou registrado o desejo do trabalhador escravizado Bento de dispor de seus bens em favor de seus herdeiros: Estevão, José e Antônio. Todos filhos seus com a liberta Antônia, antiga cativa do mesmo escravizador. E outro, de 20 de janeiro de 1879, onde Bento Antonio Guedes aparece como liberto, e inclui no testamento o nome de Maria, identificada como sua filha com Antônia.

A relação do cativo Bento com seu escravizador demonstrava sua condição social diferenciada, explícita ao deixar o próprio major como responsável pela repartição e distribuição de seus bens após sua morte. (ATL, Livro de Registros n.4, 1874-1876, fls. 7; Livro de Registros n.5, 1876-1879, fls. 99 - 100). No entanto, os bens a serem distribuídos entre os herdeiros de Bento não são relatados em nenhum dos testamentos, limitando-se a descrever a quantia de dez mil-réis destinada a encomenda de missas por sua alma.

O caso do cativo Bento nos permite articular as relações sociais estabelecidas nos Campos de Palmas à estruturas econômicas e sociais mais amplas, demonstrando que apesar das especificidades de cada região, a característica velada da escravidão colonial brasileira, ultrapassou os limites geográficos. Mesmo que a condição deste trabalhador em particular tenha sido diferenciada, a situação de escravizado permaneceu por quase toda sua vida, da mesma forma que os demais cativos com “menor destaque” nessa sociedade.

Casos escassos como do cativo Bento, alimentam ainda, um discurso na comunidade brasileira que reflete o posicionamento da comunidade desta região, de que essas relações, pelo seu pretensível caráter ameno, sugerindo uma “inclusão” desse trabalhador à comunidade, não se configuram como escravizadoras. A própria evolução social do cativo podia tornar a escravidão um fenômeno singularmente pesado.

De forma generalizada, as relações mantiveram fortes laços escravizadores, apresentando uma coerção voltada para a dimensão social que este trabalhador escravizado poderia atingir caso permanecesse assíduo e leal aos seus compromissos ordinários, podendo em alguns casos, formar uma frágil estrutura familiar. Uma dimensão destas estruturas podem ser observadas no trabalho de Daniele Weigert sobre as relações de compadrio nessas áreas, onde fica claro que em relação a população escravizada, as possibilidades de atingir uma condição social diferenciada como o casamento por exemplo, foram escassas.

A autora citada afirmou que as “propriedades de Palmas que identificamos nos inventários tiveram um número muito reduzido de escravos casados ao longo do tempo. Mesmo as propriedades com dez ou mais cativos eram formadas basicamente por solteiros.” (WEIGERT: 2010, 54).

O fato de existir a possibilidade de uma união religiosa entre os trabalhadores escravizados não significa que esta união fosse bem vista ou aceita pelo escravizador, principalmente pelos compromissos que teria que assumir diante da Igreja, que “condenaria” a separação do casal, limitando dessa forma, as possibilidades de manobra destes cativos que ao se serem submetidos ao casamento religioso não poderiam ser separados, pela venda de apenas um dos cônjuges. Para realizar uma análise deste contexto, e visualizar as dificuldades de ascensão destes cativos, é fundamental considerar outros fatores além da dificuldade criada pela condição de escravizado, como a baixa densidade demográfica nas propriedades e a menor proporção de mulheres, o relativo isolamento, e a própria recusa do trabalhador escravizado em casar-se. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Ou seja, o próprio desequilíbrio, em favor dos trabalhadores do sexo masculino nas unidades produtivas pastoris, assim como a estreiteza numérica dos trabalhadores escravizados, em relação à plantagem, dificultava extremamente a generalização de grupos matrimoniais oficiais ou oficiosos. O que podemos visualizar com a documentação referente aos Campos de Palmas é que o cativo formou em todas as frentes, base de apoio fundamental ou de auxílio, e em poucos e raros casos teve sua condição social melhorada em função disso.

Através do exemplo do cativo Bento, queremos demonstrar que, mesmo em atividades econômicas historicamente associadas aos trabalhadores livres, criadas as condições, o cativo participou ativamente. Os Campos de Palmas se revelam na documentação como área de criação, invernagem, mas também de reprodução de

animais vacum, cavalari e muar que somente foi possível, de acordo com nossas pesquisas, através da exploração intensa da capacidade de trabalho do cativo. A partir disso, podemos visualizar nessa região a diversificação de gados criados, invernados e reproduzidos, os quais pudemos visualizar a distribuição nas propriedades.

Devido ao grande número de gados cavalares registrados principalmente nas propriedades escravistas com maior volume de capitais, localizadas na Faixa 2 e 3, os números relativos a proporção geral de gado muar, cavalari e vacum nessa região, foram próximos. Em relação ao total de gado registrado em todas as faixas, o gado vacum, considerando bois (de corte), vacas, touros, novilhas, terneiros (as), bezerros, bois carreiros, representou 54.6%. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Se a relação entre o gado cavalari e vacum foi menor nas propriedades da Faixa 2 e 3, nas propriedades da Faixa 1, com menor volume de capitais, o gado vacum foi significativamente maior.

Tabela 16 - Proporção de gado vacum, cavalari e muar nas propriedades dos Campos de Palmas

Faixa numérica	Tipo de gado, número de cabeças e sua porcentagem aproximada sobre o total de gados em cada faixa e no geral.					
	Vacum	%	Cavalari	%	Muar	%
Faixa 1	3.435	73	980	20	272	5.8
Faixa 2	2.383	51	2.071	44	212	4.5
Faixa 3	5.286	48	4.701	42	962	8.7
Total geral	11.104	54.6	7.752	38.1	1.144	7.1

Fonte: (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Destacamos na Tabela 16, que as propriedades com menor concentração de capitais, o gado vacum teve maior incidência, de modo que, os gados muares e cavalares representaram uma proporção baixa, próximo dos 26%. A comparação dos dados relativos a Faixa 1 e 2 demonstram uma proximidade na quantidade de gados, a primeira reuniu 4.686 cabeças e a segunda, 4.666, um diferencial numérico pequeno de 20 cabeças de gado. No entanto, os gados da Faixa 1 estavam divididos entre vinte proprietários, enquanto que os gados da Faixa 2 dividiram-se entre sete apenas.

As propriedades que dependeram fundamentalmente do gado vacum tiveram seus capitais reduzidos. Verificou-se que a diversificação da atividade pastoril representou uma maior possibilidade de renda. De modo geral, o preço de uma vaca ou

boi, ou de uma égua, oscilou entre 5\$000 e 10\$000 mil-réis. Os bois carreiros, éguas e cavalos pampas tiveram seus preços elevados acima de 15\$000 mil-réis a cabeça, mas aparecem em número menor. Os muares que também aparecem em número relativamente menor, mas ainda assim significativos, também tiveram seus preços unitários elevados acima dos 15\$000 mil-réis. Mesmo com quantidade menor, acreditamos que a produção de muares e cavalares nessa região tenha sido responsável pela diferenciação da economia e renda das propriedades. (CCA: 1859-1888; IFPRCP: 1859-1888).

Esta conclusão é reflexo da condição de negócio a que os gados estiveram submetidos. Mesmo não registrando grandes quantidades de mulas nas propriedades, observamos o registro expressivo de éguas com cria de burro/mula nas propriedades com maior quantidade de gados cavalares. É preciso considerar, que mesmo as éguas sendo destinadas para a produção de cavalos, a relação de lucro extraído destes animais foi diferenciada. O mercado consumidor e as características valorativas dos gados foram favoráveis aos muares e cavalares a partir de determinado momento.

Em relatório de 1886, o presidente da Província do Paraná, Joaquim D'Almeida Faria Sobrinho, escreveu sobre os gados oriundos de Palmas. O presidente criticou os criadores paranaenses pela falta de investimento em melhores pastagens e cruzamento de raças. Neste período, os criadores reclamavam que os pastos estavam lotados de animais pela falta de compradores. Respondendo à pressão, o presidente destacou a inferioridade do gado vacum paranaense em relação aos gados de outras regiões, citando como exemplo, uma boiada de Apiahi (Apiai –SP), que foi vendida em Curitiba pelo preço de 40\$000 mil-réis a cabeça, sem registrar refugos, enquanto que os gados vacuns vindos de Palmas, Guarapuava e Castro, eram comercializados com dificuldade na capital a preços de 24\$000 e 32\$000 mil-réis a cabeça. (APPR, Relatório do Presidente da Província, 1886 b, 44 – 45).

A precarização dos gados oriundos destas regiões, e principalmente dos Campos de Palmas, foi acentuada pelas dificuldades de condução desses gados até os centros de comércio. Além da má qualidade genética dos rebanhos, destacada no relatório do presidente da província, o longo e difícil trajeto percorrido até os mercados compradores dos gados, fazia com que a qualidade dos animais decaísse ainda mais, diminuindo consideravelmente o lucro final. Neste mesmo relatório, Faria Sobrinho destacou em contrapartida, a grande expansão criatória e os elevados preços que vinham

apresentando os gados cavaleares. (APPR, Relatório do Presidente da Província, 1886 b, 44 – 45).

Inicialmente, o incentivo para o investimento em gados cavaleares esteve associado ao surgimento de Jockey Clubs no Rio de Janeiro, deslocando compradores para as regiões paranaenses em busca de animais de raça. Posteriormente, em 1873, foi criado o Club de Corridas Paranaense, que estimulou estas atividades criatórias, promovendo a melhoria das raças e contribuindo para a valorização deste tipo de gado. (APPR, Relatório do Presidente da Província, 1886 b, 44 – 45).

A associação entre a criação de gados cavaleares e as corridas de cavalos tornava essa atividade econômica frágil, uma vez que o comércio destes animais, mesmo pensando em um momento de popularidade das corridas de cavalos, não é de grande vulto, onde se possa vender manadas de cavalos. Este dado reforça a associação entre o maior número de éguas registradas nas propriedades e a produção de mulas e burros, comercializados em proporções maiores.

Mesmo considerando estas possibilidades, o assentamento das propriedades nos Campos de Palmas e sua atividade econômica fundamental foi a de gado vacum. Toda a estrutura socioeconômica desta região foi moldada a partir desta atividade que em determinadas condições foi dependente da mão de obra do trabalhador escravizado, introduzido tanto nas atividades básicas para a sobrevivência nessas áreas, como nas atividades diretamente ligadas ao pastoreio e a economia pastoril.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalhador escravizado na historiografia brasileira necessita ainda de estudos que possam dar conta de todas as dimensões sociais em que estiveram presentes, no contexto de sua ampla integração aos mais diversos níveis da antiga formação social e econômica do Brasil. Tradicionalmente, as contribuições destes trabalhadores estiveram ligadas a setores definidos e centrais da economia e sociedade da história do Brasil pré-1888, dando-se pouca atenção a regiões e atividades marginais ou acessórias. Esses modelos introduzidos para explicar a formação social e econômica brasileira deslocaram esses trabalhadores para posições marginais na dimensão teórica e histórica.

Trabalhos como do autor *Ciro Flamarión Cardoso* e *Jacob Gorender* (2010), possibilitaram uma abertura em relação às possíveis relações desses trabalhadores com outras dimensões da sociedade, ao analisar as formações sociais a partir da categoria de totalidade. Ao considerarem o trabalhador escravizado como condição indispensável à produção, no escravismo colonial, as dimensões de participação do cativo na estrutura social brasileira se ampliaram enormemente, assumindo posição fulcral.

Não se trata de uma introdução forçada, e sim de uma perspectiva de observação e análise que não elege os resultados da produção como definidora do modelo socioeconômico, mas sim, as estruturas que condicionaram a própria produção. Passou-se, portanto, a interpretar a sociedade a partir do trabalho servil, e não este, a partir daquela. Nessa perspectiva, o trabalhador escravizado constitui-se na base da sociedade e das relações econômicas, considerando que ele, no contexto de produção escravista colonial, espalhou-se para praticamente todos os setores de atuação produtiva.

A observação da presença de cativos em comunidades remotas ou em economias com características diferenciadas em relação ao engenho, as minas ou as lavouras de fumo, algodão e café, como é o caso dos trabalhadores escravizados em áreas de base econômica pastoril, contribuiu para o crescente conhecimento da realidade dos cativos e da real base socioeconômica brasileira. Ou seja, de uma visão global e integradora dessas realidades.

A partir da visualização dos cativos em sua dimensão ampliada, estendemos nossa análise para regiões que estiveram dependentes da economia pastoril e empregaram também trabalhadores escravizados, como foi o caso do Paraná. Observamos que a estrutura que proporcionou o crescimento econômico e expansão das

comunidades paranaenses para o interior, baseou-se em grande parte na exploração da mão de obra escravizada.

Nesse sentido, observamos que a forma de tratamento dispensada pelos colonizadores à população nativa ainda nas fases iniciais da colonização do Brasil, se repete durante a expansão das propriedades paranaenses no século 19. Destacamos que as comunidades nativas influenciaram diretamente a forma de ocupação dos territórios, contribuindo com os colonos ou aumentando as dificuldades e forçando esses colonos a elaborar novas estratégias. Também a ocupação territorial das regiões por nós analisadas deu-se através da literal *limpeza dos campos* das comunidades nativas.

Com as observações sobre a expansão das áreas criatórias paranaenses, atingimos nosso objeto principal de estudo, os Campos de Palmas. A partir da análise dessa região, foi possível concluir que a presença de trabalhadores escravizados esteve diretamente associada à manutenção da economia e sociedade pastoril. Observamos que a presença masculina foi maior que a presença feminina. Entre os 105 inventários que analisamos, verificamos a presença de 235 cativos dispostos em 36 inventários. Deste total, considerando sua contagem uma única vez o número de cativos foi de 201, sendo 58,2% do sexo masculino e 41,7% do feminino. Supondo uma distribuição uniforme deste total de cativos sobre os 36 inventários, teríamos uma média de 3.2 cativos do sexo masculino e 2.3 do sexo feminino por inventário. Possibilitando demonstrar que as características gerais dessa sociedade, enquadraram-se nos padrões estabelecidos na mesma atividade, em outras regiões do Brasil.

Reforçando esta estatística, nas notas de compra e venda, registramos 84 cativos, dos quais 57% do sexo masculino. A análise dos diversos documentos referentes aos Campos de Palmas demonstrou que apenas nas cartas de liberdade o número de cativos do sexo feminino foi maior, igual a 55,9% dos registros. Uma condição que demonstra a relação de maior dependência e emprego do cativo do sexo masculino, utilizado em sua maioria nos trabalhos de substância como o cultivo de alimentos e na própria economia pastoril.

A partir da expansão das propriedades pastoris de Guarapuava, os Campos de Palmas tornaram-se densamente povoados de gados. Assim, foi possível observar que os trabalhadores escravizados nessa área de campos foram empregados nas atividades de manutenção da economia pastoril e nos serviços domésticos. Em relação aos inventários, encontramos o registro de profissões em dezenove dos 36 documentos analisados. Nestes documentos, as profissões domésticas registradas foram de

cozinheira, doméstica, lavadeira, costureira e mucama, envolvendo 53 trabalhadores escravizados. Isso demonstra que um percentual superior a 26% dos cativos registrados nos inventários desempenhavam serviços domésticos com alguma especialização.

Sobre este levantamento, a profissão de cozinheira registrada em dezesseis inventários, representou 47%, a profissão de costureira 26,4%, aparecendo em oito inventários, seguida da profissão de doméstica, com porcentagem de 20,7%. As profissões de lavadeira e mucama, representaram 5,6%, distribuídas em duas propriedades. Esta proporção pode ser observada também nos documentos de compra e venda e cartas de liberdade. Dos 143 trabalhadores escravizados observados nestes documentos, 34,2% registraram profissões, sendo 18% profissões domésticas. Entre o total de cativos nestes documentos, 57% são de cozinheiras, 23% de domésticas e 11% de costureiras. As funções desempenhadas estão associadas a manutenção das atividades domésticas. A presença reduzida de trabalhadores na maioria das propriedades não permitiu no geral, a proposta ostentação da posse por *status*.

Os trabalhadores do sexo masculino com profissões definidas, foram associados principalmente a trabalhos como de roceiro, domador e campeiro. Observamos que esporadicamente registrou-se alguma profissão distinta, como pode ser observado nos documentos de compra e venda o registro de um cativo com profissão de pedreiro. Da mesma forma, nos inventários registramos a profissão de arreieiro, tropeiro e sapateiro. Estes trabalhadores especificamente, representaram proporções pequenas em relação ao contingente de cativos desses campos, no entanto, contribuem muito para que possamos demonstrar os objetivos de nossa pesquisa, registrando através da presença generalizada destes cativos sua condição essencial para a manutenção e desenvolvimentos desta comunidade e economia pastoril.

Apesar das contribuições importantes das atividades especializadas e específicas desempenhadas por estes trabalhadores, o direcionamento e legitimação dos objetivos de nossas pesquisas, que são o de demonstrar o trabalhador escravizado como base econômica e social mesmo em áreas localizadas fora do círculo econômico minerador ou agroexportador, como é o caso dessa área pastoril, recaiu sobre os trabalhadores identificados com a profissão de campeiro. E não apenas este, mas também o cativo roceiro teve destacada atuação nessa região.

Entre os documentos de compra e venda e cartas de liberdade, cerca de 12% dos cativos foram identificados como roceiro, já nos inventários, em relação aos 201 cativos contabilizados, considerando roceiro, lavrador e rural, a proporção foi de 6,4%.

A partir destes dados, destacamos a contribuição dos trabalhadores envolvidos com as atividades agrícolas, já que foi possível observar sua condição indispensável para a economia doméstica. Nesse sentido não nos referimos estritamente aos cativos do sexo masculino mas também aos do sexo feminino, que configuraram juntos, uma base segura de sobrevivência e produção nessa área pastoril.

Quando nos referimos a uma maior segurança de sobrevivência e produção associada a presença equivalente de cativos masculinos e femininos nas propriedades, se deve ao fato de que as características descritas nos inventários nos levam a concluir que a economia doméstica foi em grande parte produzida nas próprias unidades pastoris. Entre os 105 inventários que analisamos, encontramos dois de comerciantes de produtos secos e molhados nesta região. Os produtos contidos nos inventários variaram entre remédios, ferramentas, utensílios domésticos e alimentos em conserva tais como: enlatados de doces e peixes, ou ainda temperos como açúcar e sal. Pensando na manutenção da vida cotidiana, a economia doméstica teve de ser muito regrada, baseada na manutenção de culturas de grãos e produtos derivados de gados.

Neste sentido, é curioso nos inventários a ausência do registro de porcos entre os animais, que poderíamos considerar fundamental por se tratar de um animal que fornece produtos importantes que servem como base e complemento para outros alimentos como por exemplo, a banha. No entanto, durante o texto destacamos que as autoras BALHANA; WESTPHALEN (1975), ao realizar um extenso levantamento sobre os gados criados nas propriedades paranaenses, destacaram a existência entre os animais desta região, um número significativo de porcos, distribuídos de forma diversa entre as propriedades. Outro animal que foi registrado e pode ser relacionado a uma economia local e doméstica, foram as ovelhas. Em cinco dos 36 inventários que analisamos observamos a criação de ovelhas em números que variaram entre 10 e 180 por propriedade.

A partir destas características, concluímos que mesmo que esporadicamente, produtos enlatados fossem consumidos pelos moradores desta região, como uma espécie de regalia, basicamente a compra de produtos alimentícios se resumiu ao sal e ao açúcar. Isso celebra uma característica encontrada em várias propriedades que foi a de manter um relativo equilíbrio entre os sexos dos trabalhadores escravizados. Considerando a escassez de recursos registrados nas propriedades, presumimos que quanto menor o montante de capitais apresentados nos inventários, maior foi a dependência da economia doméstica, em relação a mão de obra do cativo.

Nesse sentido, observamos que nas propriedades com menor montante de capitais e neste caso com menor número de cativos, em sua maioria, a composição foi mista e proporcional entre masculino e feminino. Entre os 36 inventários, 47% registraram números idênticos para cativos masculinos e femininos, sendo que a proporção maior, de 33% foi encontrada nas propriedades com até dois trabalhadores. Ou seja, dada a condição existente para manutenção, tanto da economia doméstica, quanto da economia pastoril, a distribuição dos cativos foi estratégica, pois a transformação de produtos para a economia doméstica, geralmente associada a mão de obra do cativo feminino, foi tão importante quanto a produção de produtos para uma economia doméstica e pastoril, associada não estritamente a mão de obra masculina.

O estudo da região dos Campos de Palmas forneceu dados que permitiram registrar não apenas a presença dos trabalhadores escravizados, mas principalmente estabelecer relações entre sua presença nessas áreas e o grau de dependência que esta comunidade manteve em relação a estes cativos.

Os dados observados permitiram concluir que as funções desempenhadas pelos trabalhadores escravizados nessa região, foram essenciais para a manutenção da economia e da organização social local. O cativo constitui o núcleo da economia pastoril, e estende-se também para a manutenção das estruturas domésticas.

Com isso, destacamos no texto a relação dos cativos com a manutenção da vida nessa região em setores amplos, evidenciando uma proporção significativa de cativos campeiros, dados que contribuíram positivamente para concretizar nossas hipóteses de pesquisa, observando o trabalhador escravizado envolvido diretamente também na produção econômica pastoril.

Em relação aos documentos do Tabelionato Leinig – notas de compra e venda e cartas de liberdade – contabilizamos 143 cativos, sendo 49 os que apresentaram registro de profissão. Sobre o total de profissões anotadas, os cativos campeiros representaram mais de 34%, sem considerar as repetições em diferentes inventários e períodos. Certamente estes registros se constituem em subsídios importantes para a construção de uma visão ampliada em relação a participação dos cativos na economia e sociedade do Brasil.

Além dos registros nos documentos do Tabelionato Leinig, foi fundamental a visualização destes trabalhadores escravizados nos inventários. Nesses documentos, o cativo campeiro esteve presente em 16. Ou seja, mais de 44% das propriedades registraram cativos campeiros. Entre os 201 cativos levantados nos 36 inventários,

53,7% tiveram suas profissões anotadas. Sobre esta porcentagem, 34,2% dos registros são de cativos campeiros. Tanto nos documentos de compra e venda como nos inventários, ficou evidente a presença e condição estratégica do cativo campeiro para a produção pastoril. Sobre estes trabalhadores destacamos também as faixas etárias, constatando um grande número de cativos campeiro com idade abaixo dos 15 anos, apresentando a condição diferenciada em que foram explorados os trabalhadores escravizados também nestas áreas pastoris.

Na análise da documentação, constatamos que a maioria dos cativos estiveram concentrados nas propriedades com montante de capitais elevados. Entre os 105 inventários analisados, os valores totais de bens em cada propriedade variaram muito, mas em sua maioria se mantiveram com valores abaixo de um conto de réis, no momento da separação dos inventários com registros de trabalhadores escavizados, foi verificado que estes documentos, além de registrar cativos e um grande número de gados entre seus bens, também apresentaram montantes de capitais elevados, entre 1:700\$000 e 165:631\$000 mil-réis. A partir desta constatação verificamos a relação entre os gados e capitais acumulados em cada propriedade e a concentração de cativos.

Nesta perspectiva, dividimos as propriedades em três faixas numéricas, de acordo com a concentração de cativos. Com alguma variação, o aumento da presença do cativo seguiu o aumento da concentração de capitais e vice e versa. Desta forma, observamos que entre os 36 inventários, 57% dos cativos registrados, estavam concentrados em apenas nove propriedades. Destacadamente, entre todas, propriedades com as maiores concentrações de capitais. Concluimos que, de acordo com as condições favoráveis a aquisição e aplicação do cativo na economia pastoril principalmente, os capitais se mantiveram elevados através da produtividade regular da mão de obra escravizada.

A observação sobre a maior concentração de cativos nas propriedades com elevados valores de capitais e gados é muito significativa por demonstrar que não se trata de qualquer cativo, já que observamos uma concentração maior de cativos campeiros justamente nessas propriedades. Em relação aos 135 cativos concentrados nas nove propriedades da faixa 3, 18,5% foram identificados como campeiro. Uma proporção bem superior as outras profissões registradas, citando apenas as principais como a de costureira 8%, doméstica 6,6%, roceiro 5,9%, cozinheira 4,4%.

A importância atingida pelo trabalhador escravizado na região em questão pode ser observada pelo fato de que a maioria masculina esteve diretamente associada

ao trabalho com o gado ou a produção de alimentos. Funções igualmente importantes. Para estes trabalhadores escravizados do sexo masculino, a documentação mostrou o predomínio da profissão de campeiro, ou seja, aquele que desempenhava funções diretamente ligadas a lida de campo. Essa constatação ajuda a superar interpretações que desqualificam a presença e contribuições do cativo em áreas pastoris.

A partir da documentação relativa aos Campos de Palmas foi possível observar que as relações escravistas na sociedade brasileira foram extremamente dinâmicas, não limitando-se ao seu enquadramento característico das atividades vigiadas pessoalmente, o que reforça a tese do modo de produção historicamente novo, pois deriva de condições socioeconômicas específicas.

Considerando a movimentação de cativos e a presença destes trabalhadores nos inventários, podemos afirmar que a estrutura econômica e social buscou, onde as condições foram favoráveis, a exploração dessa mão de obra.

Além disso, a visualização do cativo como base econômica e social permite incluir na composição étnica da região, grupos geralmente negados a partir de uma associação do colonizador a origem europeia. Entre os 235 cativos relacionados nos inventários todos registraram a descrição de cor destes trabalhadores. Os dados demonstraram que 42,1% dos cativos eram *Pretos*, 36,1% eram *Mulatos*, 15,3% eram *Pardos* e 6,3% eram de cor *Fula*.

Diante destas constatações, podemos afirmar que esta sociedade baseou-se, predominantemente, na exploração da mão de obra escravizada de origem africana, uma vez que na maioria dos casos, ela esteve ausente ali onde as condições econômicas não permitiram, por sua escassez. Ou seja, a acumulação de riquezas supunha o uso da mão de obra escravizada. Mesmo assim, registramos propriedades com capitais reduzidos, que possuíam pelo menos um cativo, e conforme demonstramos, geralmente do sexo feminino, ligando-se diretamente a manutenção das condições de sobrevivência nessa região. Ou seja, aos serviços domésticos.

Durante o desenvolvimento do texto, procuramos demonstrar as relações sociais e econômicas em diferentes períodos da história do Brasil, considerando as configurações diferenciadas pelas quais passaram as relações escravistas, e principalmente, tentando demonstrar que a compreensão destas relações são fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira.

Através do estudo das propriedades escravistas pastoris dos Campos de Palmas, procuramos demonstrar que as questões relativas ao passado escravista do

Brasil só pode ser compreendido de fato quando as comunidades tidas de dimensão local ou regional forem percebidas corretamente como parte de um todo orgânico e dominante, nesse caso, o modelo escravista colonial, proposto por Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso. (GORENDER: 2010; CARDOSO; BRIGNILI: 1983).

A demonstração de que a comunidade regional nascida a partir dos Campos de Palmas teve como base a exploração da mão de obra escravizada contribui para que esta comunidade possa compreender melhor sua formação, tirando do anonimato sujeitos históricos tão ou mais importantes para a construção desta comunidade quanto os “primeiros colonizadores”, que em geral se serviram de seu trabalho.

Neste processo, a consciência regional incorporaria a sua gênese e formação a essencial contribuição do trabalhador escravizado e das populações nativas integradas comumente como trabalhadores semi-servis ou explorados.

FONTES

ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE PALMAS

Livro e Registro de batismos 2b, 1872-1875.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Relatório dos Presidentes da Província, 1854-1888. Disponível em <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/menu/mapadosite.php>> Acesso em: 13 out. 2013.

ARQUIVO DO TABELIONATO LEINIG

Livro de Registros 1-13, 1859-1888.

COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3.pdf>. Acesso em : Jan. de 2014.

FÓRUM MUNICIPAL DE PALMAS

Cartório do Cível e Anexos: Registros de Inventários, 1859-1888.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS PALMAS

Relação de Inventários, 1859-1888.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1960.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: As relações econômicas Internacionais no Império*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1967.

BALHANA, Altiva Pilatti; EL-KHATIB, Faissal (Org.). *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1.

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Fazendas do Paraná provincial*. In: *Simpósio nacional dos professores universitários de História*, 8., 1975, Aracaju. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v.2, 391-406.

BARROS, Mirian Vizintim Fernandes; Colavite, Ana Paula. *Geoprocessamento Aplicado a Estudos do Caminho de Peabiru*. Revista da Anpege, Dourados, v. 5, n. 5, 2009. Disponível em: <www.anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/41/pdf-mm> Acesso em: 12 out. 2013.

EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de soledade (1867-1883)*: Passo Fundo: UPF, 2007.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BOXER, C. R. *O Império colonial português*. São Paulo: textos de cultura portuguesa: Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Sobre os campos de vacaria do Sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão (1830 – 1889)*. In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, M. C. *Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. Vol.1. pp. 219-250.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

CANCIAN, Elaine. *Propriedades pastoris e escravidão no Pantanal de Miranda (séc. 19)*. In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, M. do C. (org.). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. Vol. 1. pp. 251-289.

CAPELA, José. *Escravidão: a empresa de saque, o abolicionismo (1810-1875) e o afrontamento*. Porto Alegre, 1974.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. *A Linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARDOSO, Ciro F; BRIGNILI, Héctor. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CAREGNATO, Lucas. *O conceito de escravidão: definição e controvérsias no caso da antiguidade, das comunidades aldeãs Bantus e do sistema colonial escravista americano*. In: Anais do IV Seminário de História Regional. Passo Fundo: 2010 441-454. Disponível em: <http://www.ppgh.upf.br/index.php?option=com_content&view=article&id=36&Itemid=30> Acesso em: 14 nov. 2012.

CARRARA, Angelo Alves. *Para uma história dos preços do período colonial: questões de método*. Locus revista de história, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, 163-194, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/76.pdf>> Acesso em: 10 Jul. 2014.

CASTELLANOS, Alfredo R. *Breve História de la Ganadería em el Uruguay*. Montevideo: Banco de Crédito, 1971.

CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala a Colônia*. – 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DORFMUND, Luiza Pereira. *Geografia e História do Paraná*. 5ª ed. São Paulo; F.T.D., s.d.

DOURADO, Mecenas. *A conversão do gentio*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1968.

ELTIS, Devid. *Estimates. The trans-atlantic slave trade database, 2009*. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>> Acesso em: 29/08/2013.

ESSELIN, Paulo M. *A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense*. In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, M. do C. (org.). et al. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, 2009. pp. 290-354. Vol.1.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910)*. Dourados: UFGD, 2011.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 6 ed. rev. atual – Curitiba: Positivo, 2005.

FIABANI, Adelmir. *Fazendas, cativos e gado na história do Tocantins*. In: MAESTRI, Mário & LIMA, Solimar Oliveira (org.). et al. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010. Vol. 2, pp. 53-88.

FIABANI, Adelmir. *Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e Família em Guarapuava no século XIX*. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2004.

FREITAS, Décio. *Escravos e senhores de escravo*. Porto Alegre. Universidade de Caxias do Sul, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. – 4. ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GOULART, José Alípio. *O Brasil do Boi e do Couro*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1966.

GOULART, Mauricio. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. 3 ed. rev. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GUTIÉRRES, Horácio. *Donos de Terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX*. Revista História, São Paulo, v. 25, n. 1, 100-122, 2006.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco*. – Passo Fundo: Méritos, 2007.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

LIMA, Solimar de Oliveira. *Origens e espaços de produção das fazendas pastoris do Piauí*. In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, M. do C. (org.). et al. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. Vol. 2. pp. 355-381.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LAGO, Lourdes Stefanello. *Origem e evolução da população de Palmas – 1840-1899*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1987.

PALERMO, Eduardo R. *Tierra esclavizada: el norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Montevideo: Tierra Adentro, 2013.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná I: formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: *Simpósio dos professores universitários de História*, 2., 1962, Curitiba. Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, [1963?].

MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral: Conquista portuguesa e agonia Tupinambá no litoral Brasileiro*. Séc. 16. 3 ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2013a.

MAESTRI, Mário. *A guerra no papel: história e historiografia da guerra do Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013b.

MAESTRI, Mário. Práticas corambreras na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, Maria do Carmo. (org.); *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009. Vol.1.

MAESTRI, Mário & LIMA, Solimar Oliveira Lima. (org). et al. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010. Vol. 2.

MAESTRI, Mário & SANTOS, Júlio R. Quevedo dos & ESSELIN, Paulo. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010. Vol. 3.

MAESTRI, Mário. *O escravismo antigo*. 4 ed. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1988.

MAESTRI, Mário. *O escravismo no Brasil*. 11 ed. São Paulo: Atual, 1994.

MAESTRI, Mário. *O Escravo Gaúcho: resistência e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Mapa da hidrografia do Paraná adaptado, baseado no modelo elaborado por Breno Klamas Disponível em:
<www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=223>
<<http://www.probst.pro.br/guaira.php>> Acesso em: 30 de set. 2013.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. Tradução: C. Lacerda. 2 ed. São Paulo: Nacional; Brasília, INL, 1980.

MARQUES, João Pedro. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

MEILLASSOUX, Claude. *mulheres, celeiros & capitais*. Porto, Afrontamento, 1977.

MENDES, Adilson Miranda. *Origem e Composição das Fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense: Palmas – 1859 – 1903*. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 1989.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTT, Luiz. A pecuária no sertão do Piauí (1697-1818). In: MAESTRI, Mário & BRAZIL, M. do C. (org). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2010. Vol. 1. pp. 7-14.

MOURA, Zilda. *Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no sul de Mato Grosso – séculos 18 e 19*. Passo Fundo: EdUPF, 2008.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. 3ª reimpr. São Paulo, Brasiliense, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

QUEIRÓS, Suelly R. de. *A abolição da escravidão*. São Paulo. Brasiliense, 1981.

RITTER, Marina Lourdes. *As Sesmarias do Paraná no Século XVIII*. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1980.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários no tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia de Letras, 2005.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1992.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. 6 ed. São Paulo. Melhoramentos; Brasília, INL, 1975.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida material e econômica*. – Curitiba: SEED, 2001.

SILVA, Nery Luiz Auler Da. *Antigas fazendas: arquitetura rural do Planalto Médio*. Séc. XIX. Passo Fundo: Edição do Autor, 2003.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil: 1500/1820*. São Paulo: Nacional, 1978.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. 3 ed. 6 v. São Paulo: Obelisco, 1965.

SOUZA, Bernardino José de. *Ciclo do carro de bois no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1958.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. – Londrina: Ed. UEL, 2002.

TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. Dissertação de Mestrado, Campinas, São Paulo: [s. n.], 2005.

UNESCO. *O tráfico de escravos negros*. Séc. XV- XIX. Lisboa: Edições 70, 1979.

VIANA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 6 ed. 2 v. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

WACHOWICZ, Ruy C. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Litero-Técnica, 1985.

WEIGERT, Daniele. *Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888)*. Dissertação de Mestrado, Curitiba, 2010.

ZARTH, Paulo A. *Escravidão nas estâncias pastoris de São Pedro do Rio Grande do Sul*. In: MAESTRI, Mário (org.). et al. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*.